



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

**RESOLUÇÃO Nº 42 DO CONSELHO SUPERIOR,
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do Campus Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, conforme designação estabelecida pelo Decreto Presidencial de 16 de maio de 2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 95, de 17 de maio de 2024, Seção 2, RESOLVE, *Ad Referendum*:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com oferta de 35 (trinta e cinco) vagas anuais, do Campus Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

Art. 2º AUTORIZAR o funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia no Campus Santa Maria da Boa Vista no segundo semestre de 2026.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jean Carlos Coelho de Alencar
Presidente do Conselho Superior

PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM: 24/11/2025.

PPC

Projeto
Pedagógico
do Curso

Graduação

Licenciatura em Pedagogia



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

PPC

Projeto
Pedagógico
do Curso

Graduação

Licenciatura em Pedagogia

IFSertãoPE

Campus Santa Maria da Boa Vista

Autorizado pela Resolução nº _____ do Conselho Superior de _____ de 20____.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Camilo Sobreira de Santana

Ministro da Educação

Marcelo Bregagnoli

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Jean Carlos Coelho de Alencar

Reitor do IFSertãoPE

Eudis Oliveira Teixeira

Pró-Reitor de Ensino

Francisco de Assis de Lima Gama

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Adeisa Guimarães Carvalho

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Klemmerson Amariz Gomes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Fabírcia Nadjá de Oliveira Freire

Pró-Reitora de Orçamento e Administração

Vanicleia Oliveira da Silva

Diretora Geral do Campus

Deivid Andrade Porto

Chefe do Departamento de Ensino do Campus

Comissão de Elaboração do PPC

André Ricardo Lucas Vieira (Presidente)

Cristiane Moraes Marinho

Francisco de Assis de Lima Gama

Fábio André Porto Alves

Netanias Mateus de Souza Castro

Roviane Oliveira Santana

Colaboradoras(es)

Ana Paula Candido de Souza

Josivan Antonio do Nascimento

Maria Clara de Sousa Tavares

Mateus Breno Campos de Carvalho

Paulo Anchieta Florentino da Cunha

Ricardo Luiz de Souza

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	8
2.1 Identificação da Instituição e Base Legal	8
2.2 Identificação do Campus e Base Legal	9
2.3 Características Socioeconômicas e Culturais da Região	9
2.4 Breve Histórico do Campus	12
3. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA DO CURSO	15
3.1 Quadro resumo de identificação do curso	15
3.2 Justificativa da Oferta do Curso	16
3.3 Concepções e Objetivos	18
3.4 Perfil Profissional do(a) Egresso(a)	21
3.5 Estrutura e Organização Curricular	26
3.6 Matriz Curricular	28
3.6.1 Fluxograma	41
3.6.2 Organização por Períodos Letivos e Pré-requisitos	43
3.7 Metodologia	47
3.7.1 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	51
3.8 Avaliação da Aprendizagem	52
3.9 Estágio Supervisionado	56
3.10 Atividades Acadêmico Científico Culturais	59
3.11 Trabalho de Conclusão de Curso	61
3.12 Critérios de Aproveitamento de Estudos e/ou Validação de Competências	63
3.13 Políticas Institucionais no âmbito do Curso	65
3.13.1 Educação Ambiental	66
3.13.2 Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	68
3.13.3 Gênero, raça e sexualidade	69
3.13.4 Atendimento aos(as) discentes	70
3.13.5 Política de Combate à Evasão	72
3.13.6 Curricularização da Extensão	74
3.13.7 Língua Brasileira de Sinais	77
3.14 Ementas	78
3.14.1 Componentes Curriculares Obrigatórios por Semestre	80
3.14.2 Componentes Curriculares Optativos	132
3.15 Certificação	148
3.16 Ações Decorrentes do Processo de Avaliação do Curso	148

4. CORPO DOCENTE E TÉCNICO	150
4.1 Coordenação do Curso	151
4.2 Núcleo Docente Estruturante	153
4.3 Colegiado do Curso	154
4.4 Corpo Docente	157
4.5 Corpo Técnico de Apoio ao Ensino	159
5. INFRAESTRUTURA	162
5.1 Salas de Aula	163
5.2 Laboratórios didáticos de uso geral	163
5.2.1 Laboratório de Informática	163
5.2.2 Laboratório de Biologia	164
5.2.3 Laboratório de Química	164
5.2.4 Laboratório de Física	164
5.2.5 Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática	165
5.2.6 Laboratório de Línguas e Artes	165
5.3 Sala Coletiva de Professores	166
5.4 Biblioteca Física e/ou Virtual	166
5.5 Outros espaços físicos	167
5.6 Atendimento Educacional Especializado	169
5.7 Acessibilidade	169
5.8 Comitê de Ética em Pesquisa	170
REFERÊNCIAS	172

1. APRESENTAÇÃO

A escrita de um texto que pretende ser coletivo, por situar-se nos limites formativos das palavras que fazem parte da pluralidade constituinte dos Institutos Federais, em seus contextos político-sociais, históricos e geográficos, se faz a partir de muitas mãos, vozes, escutas atentas e responsivas, com base em diálogos que consideram a diversidade e diferenças de enunciados frente aos eventos presentes na sociedade.

No âmbito desses postulados, a ato de pensar o Projeto Político Pedagógico de qualquer curso de formação docente se insere nos liames das muitas dimensões humanas, que mesmo marcadas por suas singularidades, buscam traçar linhas comuns em busca de um projeto civilizatório pautado na promoção e no desenvolvimento humano em sua integralidade, como habitantes de um viver que envolve diversas escalas (locais, municipais, estaduais, nacionais ou internacionais) que ao se justaporem nos conclamam a escolhas axiológicas e éticas em busca de um bem comum.

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) Campus Santa Maria da Boa Vista – PE, constitui-se enquanto instrumento que reflete os aspectos identitários, as dimensões e a direção do curso, elucidando as práticas educativas, pedagógicas e as peculiaridades necessárias à efetivação dos escopos e intencionalidades. É no PPC que está evidenciada a organização do curso no que se refere tanto a sua estruturação, quanto ao trabalho pedagógico em sua complexidade.

A ênfase teórico-metodológica do curso volta-se ao fortalecimento da Pedagogia como área de conhecimento com centralidade nos processos educativos e na docência, tendo em vista o artigo 67, inciso VI, parágrafo 1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9394/96, que indica: “A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções do magistério [...]” (Brasil, 1996). Com foco na formação de professores(as) de crianças, jovens e adultos para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental), bem como nas demais possibilidades de atuação do(a) licenciado(a) em Pedagogia, o PPC pauta-se em uma visão articulada do exercício da docência, pesquisa e gestão em espaços escolares e não escolares.

Enraizado no interior do Estado de Pernambuco (PE), o curso de Pedagogia do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) Campus Santa Maria da Boa Vista, a partir das discussões realizadas na comunidade acadêmica, em suas múltiplas formas e em todas as instâncias institucionais em que a participação democrática dos envolvidos se fazia presente, foram registradas as contribuições para formulação deste projeto, no sentido de construir junto com esses atores e atrizes um currículo que reconhece e potencializa os diferentes espaços e territórios, as diversidades étnicas,

de gênero, sexual, geracional, as distintas linguagens e tempos de aprendizagem. Foram realizados debates com o objetivo de criar um documento compatível com os anseios e aspirações da comunidade acadêmica, visando a proposição de um projeto para oferecer a formação inicial de professores(as) com qualidade socialmente referenciada.

Nessa direção, o foco recai nos sujeitos do processo educativo, valorizando os saberes locais na perspectiva de romper com a colonialidade e contribuindo para os desafios educacionais atuais referentes à oferta e qualificação da Educação Básica.

Para além disso, a proposta em questão encontra-se ainda assentada nas orientações da legislação educacional brasileira desde a Constituição Federal de 1988, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9394/96, e com inspirações nas Diretrizes Curriculares Nacionais - Resolução CNE n.º 04, de 29 maio de 2024.

A partir desse entendimento, o curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, em consonância com os marcos legais supracitados, compreende que a formação do(a) pedagogo(a) deve favorecer a construção de uma identidade profissional fundamentada na docência com ênfase na Educação Básica, sobretudo na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na gestão educacional, na coordenação dos processos educativos, na pesquisa em educação, na produção e difusão de conhecimentos acerca dos fenômenos educativos, entendendo que a atuação do(a) pedagogo(a) se dá tanto em espaços escolares, ou seja, escolas da Educação Básica, instituições de ensino técnico, universidades, dentre outros, quanto nos espaços não-escolares, hospitais, abrigos, assentamentos, associações, sindicatos, empresas, etc., o que imprime à formação do(a) pedagogo(a) uma complexa e articulada rede de saberes que embasam uma diversidade de práticas educativas demandadas intencionalmente pela sociedade (Libâneo, 2002).

Dessa maneira, o curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, consiste em um curso presencial, que preza por processos didáticos críticos e reflexivos, valorizando os saberes socializados a partir das experiências vivenciadas pelos(as) discentes, fundamentando-se em conhecimentos científicos e no permanente diálogo com o conjunto de saberes tradicionais, bem como em novas práticas que têm viabilizado a vida solidária de inúmeros coletivos, e instigado o desenvolvimento territorial participativo.

Ciente de seu compromisso com a formação acadêmica, científica e profissional dos(as) discentes e com o desenvolvimento social, cultural e econômico do Território, onde se encontra situado, o Campus Santa Maria da Boa Vista do IFSertãoPE, busca estruturar o curso de Licenciatura em Pedagogia com base nos princípios recomendados pela Lei n.º 9.394/96, que ressalta a importância

da construção dos conhecimentos mediante políticas e planejamentos educacionais capazes de garantir o padrão de qualidade no ensino, flexibilizando a ação educativa, valorizando a experiência do(a) estudante, respeitando o pluralismo de ideias e princípios básicos da democracia.

Assim, a proposta aqui apresentada tem por base os princípios epistemológicos que norteiam o marco legal que lhe dá lastro, bem como os princípios democráticos que fundamentam nosso Estado de Direito, quais sejam: a construção de processos decisórios participativos, a escuta sensível do conjunto de sujeitos envolvidos no processo formativo, o que traduz a essência dessa proposta: um currículo concebido, percebido e tecido em tramas individuais e coletivas, à luz da permanente análise crítica dos constructos que o curso de Pedagogia tem oportunizado e seu confronto com as demandas sociais, tecnológicas, científicas e culturais do território em que se insere.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O IFSertãoPE é uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, baseando-se na conjugação dos conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas, com o objetivo de aprimorar a ação sistemática da educação, através da interiorização e socialização do conhecimento, popularização da ciência e da tecnologia, desenvolvendo arranjos produtivos sociais e culturais regionais, focando na redução das desigualdades sociais.

A constituição dos diversos campi do IFSertãoPE foi realizada a partir da base territorial de atuação e caracterização das regiões de desenvolvimento, onde estão situados. Os cursos do IFSertãoPE são destinados a um público-alvo existente tanto na região do Sertão Pernambucano como em diversas cidades dos Estados do Piauí e da Bahia, abrangendo aproximadamente 20 municípios. As áreas regionais de abrangência institucional estão contempladas na Mesorregião Sertão Pernambucano e Mesorregião São Francisco Pernambucano, no semiárido, submédio São Francisco.

2.1 Identificação da Instituição e Base Legal

Tabela 1: Identificação do IFSertãoPE

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)	
CNPJ: 10.830.301/0001-04	Contato: (87) 2101-2350
Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240 – Centro, CEP: 56302-100, Petrolina/PE - Brasil	
Site institucional: www.ifsertaope.edu.br	
Base Legal: Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	

2.2 Identificação do Campus e Base Legal

Tabela 2: Identificação do IF SertãoPE/ CSMBV

Unidade de ensino: Campus Santa Maria da Boa vista (IFSertãoPE/CSMBV)	
CNPJ: 10.830.301/0007-91	Contato: (87) 99952-8816
Endereço: BR 428, km 90, Zona Rural, CEP: 56380-000, Santa Maria da Boa Vista/PE - Brasil	
Site institucional: www.ifsertaope.edu.br/santamaria/	
Base Legal: Portaria n.º 1.074, de 30 de dezembro de 2014 do MEC.	

2.3 Características Socioeconômicas e Culturais da Região

Nesta seção, apresentamos uma sistematização das informações socioeconômicas dos municípios de Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Cabrobó e Orocó, situados no estado de Pernambuco, e de Curaçá, localizado no norte da Bahia, território diretamente impactado pela implantação do curso de Licenciatura em Pedagogia no IF SertãoPE, Campus Santa Maria da Boa Vista (CSMBV). De acordo com as estimativas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), essa região concentra aproximadamente 150 mil habitantes, número expressivo que evidencia a demanda por políticas públicas de educação em todos os níveis de ensino.

Esses municípios integram a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro (RIDE), instituída pela Lei Complementar n.º 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto n.º 4.366/2002. A RIDE é um espaço de articulação territorial voltado ao planejamento e à execução de políticas integradas de desenvolvimento, cujo impacto é especialmente significativo em áreas historicamente marcadas por desigualdades, como o Semiárido.

Com efeito, tanto os municípios pernambucanos (Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Cabrobó e Orocó) quanto Curaçá, na Bahia, estão inseridos no Semiárido Brasileiro (SAB), região que ao longo do tempo recebeu diferentes denominações, como “Polígono das Secas” ou “Nordeste das Secas”. A primeira delimitação legal desse espaço ocorreu em 1936, com a Lei n.º 175, que definiu o Polígono das Secas, mas o reconhecimento técnico do Semiárido somente se consolidou com a Constituição Federal de 1988, ao instituir o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e sua vinculação à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Hoje, o Semiárido abrange 1.427 municípios em 11 estados brasileiros, ocupando uma área de aproximadamente 1,3 milhão de km², o que o torna a maior região semiárida do planeta.

Essa região abriga o bioma Caatinga, único exclusivamente brasileiro, que reúne uma biodiversidade singular, com centenas de espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e

abelhas. A singularidade ambiental do Semiárido exige que ele seja pensado não como espaço homogêneo de carência, mas como território plural, portador de potencialidades, como ressaltam autores que propõem a noção de “Semiáridos” (Schistek; Carvalho, 2011; Pereira; Baracuhy, 2011). Tal perspectiva desloca o olhar de uma visão centrada na seca como problema para a compreensão da complexidade histórica, cultural, social e ecológica que marca o cotidiano dessas populações.

Não obstante, historicamente, o Semiárido tem sido alvo de políticas emergenciais e descontextualizadas, frequentemente baseadas na lógica assistencialista e centralizadora do Estado. Essa postura reforça o que Carvalho (2011) denomina de “trato secundário” dispensado à região, em que as intervenções públicas se dão de modo pontual e fragmentado. Romper com esse paradigma implica adotar a perspectiva da convivência com o Semiárido, que se fundamenta na valorização do território e de suas identidades culturais, na crítica ao modelo civilizatório modernizante e na proposição de um desenvolvimento sustentável e contextualizado.

A região do Submédio do Vale do São Francisco, onde se inserem os municípios analisados, expressa de forma clara as contradições e as riquezas do Semiárido. Do ponto de vista demográfico, observa-se uma significativa predominância da população residente em áreas rurais, com exceção de Cabrobó, que apresenta maior concentração urbana. Essa realidade impõe desafios específicos à organização da educação, uma vez que a escolarização se estrutura de forma descentralizada, com escolas dispersas em povoados, comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária. Tal configuração demanda políticas voltadas ao acesso, à infraestrutura e à permanência escolar, revelando que a democratização da educação no Semiárido não pode ser pensada nos mesmos termos que em regiões de maior urbanização.

Os indicadores sociais reforçam esse cenário de vulnerabilidade. Os índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM), ainda baseados nos dados do Censo de 2010, permanecem em níveis médios ou baixos, variando entre 0,58 e 0,62, todos abaixo da média nacional. Esses valores evidenciam as persistentes desigualdades que marcam a região e apontam para a necessidade de políticas educacionais comprometidas não apenas com a expansão da oferta, mas sobretudo com a equidade e a transformação social.

A economia, por sua vez, combina atividades de subsistência com práticas voltadas ao mercado. Em municípios como Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, a agricultura irrigada e a fruticultura exportadora, especialmente a vitivinicultura no caso de Lagoa Grande, se destacam como vetores de dinamismo econômico, embora convivam com uma agricultura familiar que enfrenta dificuldades estruturais. Já em Orocó, Cabrobó e Curaçá, o setor de serviços e a administração pública possuem maior relevância, ainda que a agropecuária permaneça como atividade importante. Os PIB

per capita da região permanecem, contudo, abaixo das médias estadual e nacional, o que demonstra a persistência de limitações econômicas estruturais.

Culturalmente, a região é marcada por forte diversidade. Em Santa Maria da Boa Vista, encontram-se ruínas coloniais, igrejas barrocas e registros históricos ligados à escravidão, ao lado de práticas culturais vivas, como vaquejadas, reisados, batuques e samba lelê, que expressam a herança afro-indígena da região. Ademais, a presença de movimentos sociais, em especial os ligados à luta pela terra, é significativa: apenas em Santa Maria da Boa Vista existem mais de 35 assentamentos da reforma agrária, abrigando milhares de famílias. Os demais municípios também concentram assentamentos, fortalecendo a identidade da região como território de resistência e de construção coletiva de alternativas de vida no Semiárido.

A existência de comunidades quilombolas e indígenas amplia ainda mais a diversidade sociocultural. Quilombos certificados estão presentes em todos os municípios, e as comunidades indígenas, como os Truká em Cabrobó e Orocó, somam-se às reivindicações de outros povos, como os Pipipã, Pankará e Atikum, que seguem lutando pela demarcação de seus territórios. Essa presença reitera a necessidade de uma educação comprometida com a valorização das identidades culturais, o respeito à diversidade e a inclusão social.

No campo educacional, a realidade é de contrastes. Embora os municípios da região contem com um número expressivo de escolas de Educação Básica, essa rede ainda se mostra insuficiente diante da demanda populacional e das especificidades do território. Em Santa Maria da Boa Vista, por exemplo, 57 escolas atendem a mais de 12 mil estudantes, contando com pouco mais de 500 docentes. Lagoa Grande, com 25 escolas, atende cerca de 7 mil alunos com apenas 219 professores. Orocó dispõe de 30 escolas para pouco mais de 4 mil estudantes, enquanto Cabrobó soma 44 escolas para cerca de 8,5 mil matrículas, e Curaçá possui 39 escolas para quase 9,3 mil estudantes, mas com apenas 146 professores. Esses dados evidenciam um cenário no qual a expansão da rede escolar não acompanha, de forma proporcional, o crescimento populacional e a necessidade de atendimento em comunidades rurais dispersas.

A desproporção entre matrículas e número de docentes resulta em turmas numerosas e em sobrecarga de trabalho, especialmente em contextos de difícil acesso, onde um(a) mesmo(a) professor(a) muitas vezes precisa assumir múltiplas turmas, anos ou até componentes curriculares distintos. Essa condição compromete a qualidade do ensino, pois reduz o tempo de acompanhamento individualizado dos(as) estudantes e fragiliza os processos de ensino e aprendizagem. Além disso, as escolas localizadas em áreas rurais e assentamentos da reforma agrária enfrentam desafios adicionais, como infraestrutura precária, longas distâncias percorridas pelos(as) estudantes e carência de recursos

pedagógicos.

Esse conjunto de fatores ajuda a explicar por que, mesmo com uma rede escolar numerosa em termos quantitativos, a região ainda apresenta déficits qualitativos significativos. O desafio não está apenas em ampliar o número de instituições, mas em garantir a presença de profissionais suficientes, devidamente qualificados e preparados para atuar em realidades complexas, multiculturais e adversas. Nesse sentido, a implantação do curso de Pedagogia no Campus Santa Maria da Boa Vista se justifica como resposta concreta à necessidade de formar educadores(as) capazes de enfrentar tais condições, contribuindo para a consolidação de uma educação contextualizada, comprometida com a equidade e com a transformação social no Semiárido.

Assim, o Submédio do Vale do São Francisco configura-se como um território de singular complexidade, atravessado por vulnerabilidades, mas também por resistências culturais, experiências de organização social e práticas de convivência com o Semiárido. A implantação do curso de Pedagogia no CSMBV deve, portanto, dialogar com essa realidade, assumindo como princípios a educação contextualizada, a valorização dos saberes locais, o fortalecimento das identidades culturais e o compromisso com a equidade social. Formar educadores(as) nesse território significa reconhecer que a escola não pode ser apenas um espaço de reprodução de modelos exógenos, mas deve constituir-se como lugar de construção de alternativas de vida, de afirmação cultural e de promoção no Semiárido brasileiro.

2.4 Breve Histórico da Instituição e do Campus

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) carrega em sua história uma trajetória marcada por transformações institucionais e pela busca de responder, de forma cada vez mais qualificada, às demandas sociais, econômicas e educacionais da região. Sua origem remonta à Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela (EAFDABV), criada em 1993 como autarquia federal. A escola, desde o início, adotou o Sistema Escola-Fazenda, inspirado no lema “Aprender a Fazer e Fazer para Aprender”, que buscava articular teoria e prática em unidades de ensino e produção voltadas às atividades agrícolas, em sintonia com a realidade do semiárido pernambucano. Essa concepção pedagógica conferiu à instituição uma identidade própria, voltada para a valorização do saber científico sem perder de vista a experiência concreta dos(as) estudantes e a vocação produtiva da região.

Nos anos seguintes, a instituição ampliou sua atuação, passando a oferecer cursos técnicos com estruturas curriculares mais flexíveis e contextualizadas, em consonância com as transformações educacionais que se desenhavam com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB, n.º 9.394/96) e do Decreto n.º 2.208/97. Em 1998, com apoio do Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional (PROEP), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a escola recebeu recursos que possibilitaram investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e capacitação de servidores(as). Foi, inclusive, a primeira instituição da rede a ser contemplada por esse tipo de programa, o que evidenciou sua relevância no cenário nacional da educação profissional.

O reconhecimento institucional veio em 1999, quando a EAFDABV foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET Petrolina). A partir de então, iniciou-se um processo de expansão mais robusto: novos cursos foram incorporados, o número de estudantes aumentou, houve ampliação do quadro de servidores(as) e criação de unidades descentralizadas. Em 2007, a instituição absorveu a escola federalizada de Floresta, e, pouco depois, recebeu também unidades em Ouricuri e Salgueiro, estrategicamente localizadas em áreas de relevância geográfica e econômica do sertão pernambucano. Com a Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais em todo o país, o CEFET Petrolina passou a ser oficialmente o IFSertãoPE, consolidando-se como uma das principais referências de educação profissional, científica e tecnológica da região.

Figura 1: Cronologia da instituição



Fonte: IFSertãoPE, 2017.

No contexto desse processo de interiorização da Rede Federal, o Campus Santa Maria da Boa Vista foi anunciado em 2011, fruto da segunda grande fase de expansão. O lançamento da pedra fundamental ocorreu em fevereiro de 2014 e, ainda no mesmo ano, tiveram início as atividades administrativas em sede provisória no centro da cidade. Três anos depois, em outubro de 2017, foi inaugurada a sede definitiva, erguida às margens da BR-428, em uma localização estratégica que

conecta diferentes municípios do Sertão do São Francisco e do norte da Bahia.

A estrutura do campus foi projetada para acolher até 1.200 estudantes com qualidade e conforto, contemplando laboratórios de ciências, quadra poliesportiva, biblioteca, auditório, refeitório e espaços de vivência, todos concebidos dentro dos critérios de acessibilidade. Essa infraestrutura reflete não apenas uma preocupação com as condições físicas de ensino, mas também com a criação de um ambiente formativo que valorize a convivência, a interdisciplinaridade e o bem-estar estudantil.

A oferta de cursos reflete a diversidade de demandas locais e regionais. No nível técnico, o campus disponibiliza o Ensino Médio Integrado em Agropecuária e em Edificações, além do curso Subsequente em Agropecuária. No Ensino Superior, consolidou a Licenciatura em Matemática (2019) e, atualmente, já conta com o funcionamento do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, inaugurado em 2025, que vem fortalecendo a formação acadêmica e profissional no campo das artes, da técnica e do urbanismo. Além disso, o campus oferta duas especializações lato sensu desde 2022, uma em Gestão Escolar e outra em Ensino de Ciências e Matemática, voltadas para atender educadores(as) da região.

Paralelamente aos cursos, o campus desenvolve projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica que impactam diretamente a realidade regional. Projetos ligados à sustentabilidade, como o uso racional da água e o manejo de culturas adaptadas ao semiárido, têm contribuído para a agricultura familiar e para a convivência com as condições climáticas locais. Na área educacional, iniciativas voltadas para a formação continuada de professores(as), o incentivo à leitura e ao pensamento científico e o fortalecimento de práticas pedagógicas inovadoras vêm ampliando o alcance da instituição. Há também ações de extensão que aproximam a comunidade do campus, por meio de oficinas, cursos de formação inicial e continuada, projetos culturais, feiras científicas e atividades esportivas.

Com essa atuação, o IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista não apenas amplia o acesso à educação técnica e superior, mas também se afirma como um polo de transformação social e desenvolvimento regional. Sua presença contribui para a qualificação profissional, para a geração de oportunidades e para a valorização das potencialidades culturais e produtivas do Sertão do São Francisco, reafirmando o papel da educação pública como ferramenta de inclusão, emancipação e construção de futuros mais dignos e equitativos.

3. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 Quadro resumo de identificação do curso

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Denominação do curso	Licenciatura em Pedagogia
Área de Conhecimento	Ciências Humanas
Modalidade de oferta	Presencial
Tipo do curso	Graduação (Licenciatura)
Título conferido	Licenciada(o) em Pedagogia
Endereço de funcionamento do curso	BR 428, km 90, Zona Rural, CEP: 56380-000, Santa Maria da Boa Vista/PE
Número de vagas pretendidas ou autorizadas	35 vagas
Turnos de funcionamento do curso	Vespertino / Noturno
C/h total do curso	3440 horas
C/h Estágio Curricular Supervisionado	405 horas
C/h Atividades Curriculares Extensionistas	345 horas
C/h Atividades Curriculares Complementares	200 horas
Tempo de duração do curso	4 (quatro) anos
Tempo mínimo para integralização	8 (oito) semestres letivos
Tempo máximo para integralização	12 (doze) semestres letivos
Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE	Será composto ao longo do primeiro semestre do curso.
Requisitos e Formas de Acesso	Sistema de Seleção Unificada (SiSU), Transferência facultativa, Transferência <i>ex officio</i> , Portador de diploma de graduação, Convênios ou acordos culturais, Matrículas cortesia (diplomática), Avaliação do Histórico Escolar do Ensino Médio, Processo seletivo regular, mediante prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, contemplando conteúdo do Ensino Médio.
Periodicidade de oferta	Anual
Ato de criação do curso	Resolução n.º XX/20XX do CONSUP IF Sertão PE

3.2 Justificativa da oferta do curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia inscreve-se no cenário de consolidação do Campus Santa Maria da Boa Vista do IF Sertão PE na busca da democratização do acesso à educação superior; interiorização dos Institutos Federais e ampliação da presença da educação pública. Objetiva atuar, nesse sentido, como via democratizante, que oportuniza o acesso a um curso de qualidade, público e gratuito, coadunando-se ao perfil institucional, na condição de uma instituição multicampi, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade sócio-histórica, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e ampliando seus fundamentos, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) apresenta as diretrizes para a educação brasileira, a saber, dentre elas: universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade da educação (Brasil, 2014). Há, pois, o reconhecimento da imprescindibilidade, para o alcance destas diretrizes, a formação dos profissionais da educação. A valorização profissional pode ser identificada ou relacionada com outros aspectos, e o PNE (2014-2024) destaca, nas metas de n.º 15 a 18, a questão da “formação dos profissionais da educação” de que tratam os incisos I, II e III do caput do artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), ao indicar a formação dos professores e das professoras da Educação Básica em nível superior.

O marco regulatório para a formação docente pressupõe o desenvolvimento pelo licenciando(a) das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017; 2018), bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

A defesa da escola pública e democrática, criadora de direitos, tornou-se prioridade, e o(a) pedagogo(a) é entendido como um(a) docente capaz de pensar, articular e recriar a teoria e as práticas educativas. Compreende-se, assim, a importância da oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Santa Maria da Boa Vista – PE, abrangendo além do próprio município de Santa Maria da Boa Vista, demandas de formação dos municípios de Orocó, Cabrobó e Lagoa Grande todos no estado de Pernambuco e do município de Curaçá no estado da Bahia, a partir dos seguintes pontos: o entendimento de que essa oferta é parte integrante do fortalecimento das redes de Educação Infantil e Ensino Fundamental e da integração às necessárias políticas do governo federal para a interiorização e expansão do Ensino Superior. A reversão do processo de esvaziamento populacional e profissional, com reflexos na educação, é um desafio posto, e o curso de Licenciatura em Pedagogia tem papel decisivo no

desenvolvimento socioeconômico regional. Isto significa dizer no preparo de profissionais em condições efetivas de compreender o que vem ocorrendo com a educação brasileira, propor análises para reinvenção da escola e, também, ampliar a capilaridade de conhecimentos novos que possam instrumentalizar sujeitos e instituições, na direção de caminhos emancipatórios.

Ressalta-se, com isso, o trabalho pedagógico, a formação e a atuação nas escolas, como algo individual e coletivo. Desse modo, parte-se do entendimento de que o processo formativo envolve a construção de saberes, habilidades e competências, tanto individuais, quanto organizacionais.

Nesse contexto, o Campus Santa Maria da Boa Vista do IFSertãoPE se compromete com a oferta de um curso que intencionalmente se estabelece para dar conta das demandas territoriais postas por uma diversidade de sujeitos e coletivos mobilizados em torno da construção de um Projeto de Nação livre, solidário, diverso e inclusivo; que vem historicamente se afirmando em ações de desenvolvimento contra hegemônicos; que assume a educação como processo emancipatório permanente que se desenvolve na vida familiar, na escola, no trabalho; um conjunto de valores, práticas, saberes necessários à superação de todas as desigualdades sociais, regionais, geracionais, de gênero explicitamente estabelecidas como horizonte da República Federativa do Brasil.

Assim, este projeto de curso além de reconhecer as finalidades estabelecidas no artigo 3º da Constituição Federal (1988), e no artigo 2º da LDB que reafirma o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, também se espelha no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n.º 8.069/90) ao assegurar à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, o que significa proporcionar uma educação de qualidade e, portanto professores(as) que tenham uma formação sólida, capaz de lidar com as questões inerentes ao seu trabalho nos mais diferentes contextos sociais.

Esse conjunto de direitos concerne a outros direitos, o que reafirma nosso entendimento de educação como prática social que dialoga permanentemente com outras práticas e de onde se exige uma formação inicial e continuada dos(as) professores(as). Nesse sentido, atendendo às atuais exigências legais no que se refere à formação de profissionais para a educação emancipatória em seus paradigmas educacionais e às necessidades de organização e modernização do trabalho interpostos pela ordem social, o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia caracteriza-se por conter a organização curricular e metodológica indispensáveis à formação de profissionais capazes de compreender a educação como processo histórico-social, de contribuir para a transformação qualitativa da sociedade e de entender o incremento e as mudanças aceleradas nos conhecimentos

como elementos básicos da formação pessoal, e esta, como condição à apropriação de saberes produzidos pela humanidade, essenciais à atuação do(a) pedagogo(a).

Por fim, a inserção do curso em Santa Maria da Boa Vista, cidade com a terceira maior extensão territorial do estado (IBGE, 2022) e onde localizam-se inúmeros assentamentos rurais e comunidades tradicionais, oferece um campo profícuo para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, considerando as características do processo de ocupação do território e sua evolução urbana.

3.3 Concepção e Objetivos

O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia do Campus Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados(as) não licenciados(as) e cursos de segunda licenciatura) normatiza princípios, que têm como horizonte a construção de um projeto nacional da educação brasileira que permita a consolidação do Projeto de Nação livre, solidário e para todos e todas, como estabelece o Artigo n.º 3 da Constituição Federal de 1988.

Para os fins deste Projeto, assume-se que o magistério na Educação Básica compreende, para além da dimensão técnica, o compromisso com a afirmação de um Projeto Nacional de Educação que contribua para a consolidação de um projeto de nação solidário, inclusivo e equitativo. Nesse sentido, evidencia-se também uma dimensão política orientada por questões socioambientais, articulada a dimensões éticas e estéticas que favoreçam uma formação integral e consistente. Nesse sentido, como preceitua a Resolução CNE/CP n.º 4/2024, a docência é assumida como

Ação educativa, a partir da condução de processos pedagógicos intencionais e metódicos, os quais baseiam-se em conhecimentos e conceitos próprios da docência e das especificidades das diferentes áreas do conhecimento, incluindo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diferentes linguagens, tecnologias, evidências científicas e inovações (Brasil, 2024, p. 02).

Nessa concepção de docência o diálogo permanente com outras práticas sociais inerentes à vida dos sujeitos constitui-se como eixo formativo essencial e se alinha com a assunção de educação como processo formativo permanente que se dá tanto nos espaços organizados para esse fim, como na família, no trabalho, nos movimentos sociais e em todas as relações que o ser humano estabelece

com o mundo, o que imprime aos processos educativos escolares a contextualização como princípio e percurso formativo.

O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia do Campus Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal do Sertão Pernambucano tem como objetivo garantir uma formação ampla e sólida dos(as) pedagogos(as) para atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, na Coordenação Pedagógica, na Gestão Educacional, nas diversas modalidades da Educação Básica: Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial e Educação em espaços de privação de liberdade.

Nesse sentido, em conformidade com o estabelecido na Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024, que orienta os cursos de formação docente, e em coerência com a base teórica adotada neste projeto, reafirmam-se os objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, que são:

- I - o reconhecimento da importância do domínio dos conhecimentos da Educação Básica que serão objetos de ensino nos diferentes componentes curriculares e áreas do conhecimento, considerando as etapas e modalidades nas quais o futuro profissional do magistério atuará;
- II - a presença de sólida formação que propicie o conhecimento dos fundamentos epistemológicos, técnicos e ético-políticos das ciências da educação e da aprendizagem e que permita ao futuro profissional do magistério o desenvolvimento das capacidades de análise e reflexão sobre as práticas educativas e sobre a progressão e os processos de aprendizagem e o aprimoramento constante de suas competências de trabalho;
- III - a associação entre teorias e práticas pedagógicas, mediante o desenvolvimento de atividades práticas, orientadas a partir das realidades educacionais em que o futuro profissional do magistério atuará e vinculadas aos diferentes componentes curriculares do curso de licenciatura e ao estágio curricular supervisionado; e
- IV - a presença de conteúdos, atividades formativas e processos pedagógicos que permitam ao futuro profissional do magistério a compreensão das múltiplas formas de desigualdade educacional que se manifestam nas escolas, redes e sistemas de ensino, associadas às dinâmicas macroestruturais da sociedade brasileira e a apropriação de conhecimentos profissionais necessários ao seu enfrentamento (Brasil, 2024, p. 03).

A partir dessa perspectiva, é essencial destacar os princípios que orientam a formação dos profissionais do magistério na educação escolar básica, conforme descrito na Resolução CNE/CP n.º 04/2024. Essa formação é fundamentada em diretrizes que buscam atender às especificidades do exercício docente, garantindo que os(as) educadores(as) estejam preparados para enfrentar os desafios e demandas contemporâneas da educação. Entre os fundamentos que sustentam essa formação, destacam-se:

I - a garantia da oferta de formação de profissionais do magistério para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso público de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas, sociais e técnicas sólidas e em consonância com as diretrizes dos documentos nacionais e marcos normativos de orientação curricular específicos de cada etapa e de cada modalidade;

II - a colaboração constante entre os entes federativos, suas escolas e seus sistemas de ensino e destes com as IES que formam professores na consecução dos objetivos da política nacional de educação, sob articulação e coordenação do Ministério da Educação - MEC;

III - a garantia de parâmetros de qualidade dos programas e cursos destinados à formação dos profissionais do magistério, orientados para assegurar o adequado desenvolvimento das capacidades profissionais definidas no perfil do egresso e a socialização inicial na profissão, à luz dos fundamentos e princípios definidos nesta Resolução;

IV - a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais do magistério, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos licenciandos nas instituições de Educação Básica, espaço privilegiado da práxis docente;

V – o reconhecimento das instituições de Educação Básica como instituições formadoras indispensáveis à formação do licenciando e de seus profissionais como agentes fundamentais no processo de socialização profissional;

VI - o reconhecimento, por parte dos licenciandos, dos múltiplos contextos e formas de exercício do magistério na Educação Básica;

VII - a existência de um projeto formativo nas IES estruturado a partir de bases teórico-epistemológicas, estéticas, ético-políticas, metodológicas e técnico-pedagógicas com caráter transformador, emancipador e humanizador e que reflita a especificidade e a multidimensionalidade da formação dos profissionais do magistério da educação escolar básica, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso e na permanência dos licenciandos nos programas e cursos de formação inicial de profissionais do magistério, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, de gênero e de qualquer outra natureza;

IX - a compreensão de que profissionais do magistério da educação escolar básica são agentes motivadores e impulsionadores de formação e transformação das identidades, sociabilidades e dos repertórios culturais dos seus estudantes e o reconhecimento desta relevância nos PPC das licenciaturas, prevendo estratégias de ampliação, e diversificação do acesso dos licenciandos às informações, vivências e experiências culturais diversificadas;

X - o compromisso de que a formação dos profissionais do magistério busque contribuir para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, laica, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

XI - educação para a construção de um mundo sustentável, abordando questões que ameaçam o futuro, tais como, a pobreza, o consumo predatório, a deterioração

urbana, o conflito e a violação dos direitos humanos, sempre respeitando a pluralidade e a diversidade cultural; e
XII - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Brasil, 2024. p. 03-04).

Dentre os aspectos das normativas nacionais orientadoras da formação inicial de professores(as), será priorizada a ampla articulação deste campus com as instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, instituições governamentais e não governamentais, fóruns de educação, e coletivos socioeducacionais, a partir da presença ativa do Colegiado de Pedagogia.

3.4 Perfil profissional do(a) egresso(a)

É importante justificar que o Projeto do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE propõe trabalhar com o conceito de conhecimentos necessários para a formação de pedagogos(as), superando a noção de competências e habilidades. Isso porque entendemos que essa concepção impõe uma perspectiva teórica que não corresponde ao perfil do curso aqui estabelecido, o qual defende uma formação teórico-prática robusta. Essa formação se baseia em conhecimentos historicamente e cientificamente produzidos no campo das ciências, das artes, da filosofia, da sociologia, entre outros, que são essenciais para garantir aos(as) futuros(as) pedagogos(as) as condições necessárias para desenvolver uma prática pedagógica capaz de dialogar com a realidade social e suas demandas.

A formação de competências exige uma pequena ‘revolução cultural’ para passar de uma lógica do ensino para uma lógica do treinamento (coaching), baseada em um postulado relativamente simples: constroem-se as competências exercitando-se em situações complexas (Perrenoud, 2009, p. 54).

A abordagem teórica adotada por este curso de Pedagogia não se alinha à visão de formação docente como mero treinamento, embora reconheçamos que o treinamento pode fazer parte das práticas formativas, dado a diversidade e especificidade dos processos educacionais e dos diferentes contextos em que ocorrem. A pedagogia das competências, que pressupõe que todo conhecimento deve ter uma aplicação prática imediata, parte do princípio de que “o método de construção do conhecimento é mais importante do que o conhecimento já produzido socialmente” (Duarte, 2001, p. 37). Por isso, foca na formação em competências específicas, buscando respostas para problemas que a prática imediata apresenta. Em nossa análise, essa abordagem negligencia os conhecimentos

teórico-científicos que não só auxiliam na resolução de tais problemas, mas também na compreensão de suas origens e implicações.

Neste PPC, o ensino é visto como um ato de comunicação e produção contínua do conhecimento, sempre em articulação com a prática social, incluindo as práticas educativas. O conhecimento, por sua vez, é entendido como uma produção cultural da humanidade e, por meio do ensino (especificidade do trabalho escolar), torna-se possível que as gerações presentes e futuras acessem essa produção. Assim, numa postura crítica e transformadora, terão condições de contribuir para o avanço da humanidade em todas as suas dimensões.

Diante dessa explicação, afirmamos que a rejeição ao conceito de competências se deve ao nosso entendimento de que não queremos formar um profissional focado apenas em identificar quais competências a realidade social exige dos indivíduos (Duarte, 2001), o que, em nossa avaliação, reflete uma visão meramente adaptativa do sujeito às demandas da atual forma de sociabilidade. Buscamos, ao contrário, formar um(uma) profissional que se volte para essa realidade com o objetivo de criticá-la e, assim, construir uma educação comprometida com sua transformação radical em favor de um modo de sociabilidade mais igualitário. Para isso, é fundamental que o percurso formativo do curso ofereça uma sólida base teórica, sem dissociá-la das demandas da prática social, entre as quais a educação e o universo da docência se inserem.

Conforme disposto no Art. 8º da Resolução CNE/CP n.º 4/2024, o(a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá estar apto(a) a:

- I - demonstrar conhecimento e compreensão da organização epistemológica dos conceitos, das ideias-chave, da estrutura da(s) área(s) e componentes curriculares para os quais está sendo habilitado para o exercício da docência;
- II - compreender criticamente os marcos normativos que fundamentam a organização curricular de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica e, em particular, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular;
- III - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e de relações democráticas na escola;
- IV - reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua e, também os contextos de vidas dos estudantes, propiciando assim, aprendizagens efetivas;
- V - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir, por meio do acesso ao conhecimento, para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- VI - compreender como as ideias filosóficas e as realidades e contextos históricos influenciam a organização dos sistemas de ensino, das instituições de Educação Básica e das práticas educacionais;

- VII - demonstrar conhecimento sobre o uso da linguagem e do pensamento lógico-matemático no desenvolvimento do conteúdo específico de ensino;
- VIII - demonstrar conhecimento sobre diferentes formas de apresentar os conteúdos dos componentes e das áreas curriculares para os quais está habilitado à docência, utilizando esse conhecimento para selecionar recursos de ensino adequados que contemplem o acesso ao conhecimento para um grupo diverso de estudantes;
- IX - aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes, incluindo aqueles que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos;
- X - estruturar ações pedagógicas e ambientes educativos que promovam a aprendizagem dos estudantes a respeito:
- a) das relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade brasileira no presente e no passado e que garantam a apropriação dos conhecimentos relativos à história e cultura africana, afrobrasileira e dos povos originários do Brasil, bem como de valores e atitudes orientados à desconstruir e combater todas as expressões do racismo, com a devida valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileiras;
 - b) das múltiplas formas de participação e atuação das mulheres na sociedade brasileira, no passado e no presente, bem como de conhecimentos, valores e atitudes orientados à prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.
- XI - construir ambientes de aprendizagens que incentivem os estudantes a solucionarem problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança;
- XII - planejar e organizar suas aulas de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação dos profissionais do magistério da educação escolar básica;
- XIII - recontextualizar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- XIV - conhecer e utilizar os diferentes tipos de avaliação educacional, bem como os limites e potencialidades de cada instrumento para dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz e replanejar suas práticas de ensino de modo a assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam superadas por meio de sua atuação profissional em suas aulas;
- XV - reconhecer e utilizar em sua prática as evidências científicas advindas de diferentes áreas de conhecimento, atualizadas e aplicáveis aos ambientes de ensino onde atua profissionalmente, de forma que possa favorecer os processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;
- XVI - demonstrar conhecimento sobre o desenvolvimento físico, socioemocional e intelectual dos estudantes das etapas da Educação Básica para as quais está habilitado a atuar;
- XVII - demonstrar conhecimento sobre os mecanismos pelos quais crianças, jovens e adultos aprendem, utilizando esse conhecimento para planejar as ações de ensino e selecionar estratégias pedagógicas e recursos que sejam adequados à etapa da Educação Básica a qual seus alunos pertencem;
- XVIII - manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a instituição de Educação Básica, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento;

XIX - dominar conhecimentos relativos à gestão das escolas de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica;

XX - demonstrar conhecimento e, sempre que possível, colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo educacional de maneira a refletir sobre sua própria prática docente e aplicar tal conhecimento em sua prática (Brasil, 2024, p.7-8).

Espera-se que o(a) profissional formado pelo curso de Pedagogia, em conformidade com a legislação educacional vigente, desenvolva uma base teórico-prática que reflita a diversidade de conhecimentos essenciais para sua atuação profissional. Com isso em mente, este Projeto foi estruturado para que a formação profissional seja orientada pelos princípios estabelecidos na LDB e na Resolução CNE/CP n.º 04/2024, cuja concepção sócio-histórica de educação e formação docente se harmoniza com os objetivos e princípios deste curso de Pedagogia. Esses princípios estão organizados em eixos que afirmam a relação entre educação e sociedade, vinculando a formação de professores(as) às questões que atravessam a Educação Básica, especialmente suas finalidades e objetivos.

Nesse contexto, espera-se do egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista:

- compreensão da docência como base da formação e a instituição educativa como organização complexa na função de promover uma educação emancipatória, a partir da sua permanente relação com a sociedade em geral;
- domínio dos conhecimentos necessários para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental em articulação com os fundamentos mais gerais da educação, numa postura crítica frente à realidade social e educacional brasileira;
- capacidade de pesquisar e acessar conhecimento acumulado com vistas a subsidiar a política educacional em seu município, território, estado e nação;
- alto potencial para desenvolver com competência, suas atividades nas áreas de ensino, gestão e coordenação de processos educativos, seja nas instituições de ensino e pesquisa, seja nas demais instâncias e organizações que sua área profissional requer.

Para o fortalecimento da formação do(a) pedagogo(a), em consonância tanto com a Resolução CNE/CP n.º 04 de 29 de maio de 2024, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o(a) egresso(a) do curso de Pedagogia deverá possuir no seu repertório formativo:

- conhecimento do contexto educacional e dos mais diferentes espaços escolares, recreativos, desportivos, nos movimentos sociais, nas instituições não escolares, empresas, entre outras;

- capacidade de trabalho coletivo e interdisciplinar com clareza de propósitos que culmine na construção de uma nação soberana e socioambientalmente justa;
- capacidade para planejamento e execução de atividades nos diferentes espaços formativos em níveis crescentes de complexidade, tendo como horizonte a autonomia dos estudantes;
- participação em atividades de planejamento, de elaboração, acompanhamento e condução do projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- capacidade de análise do processo pedagógico e de ensino e aprendizagem de conteúdos específicos, além das diretrizes e currículos educacionais da Educação Básica;
- domínio de leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;
- domínio da legislação educacional;
- potencial de desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;
- capacidade de sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento;
- conhecimento para compreender e atuar em processos de inclusão escolar de pessoas com deficiência, com transtorno globais do desenvolvimento (TGD) e com altas habilidades/superdotação;
- capacidade para elaboração e atuação em projetos educacionais na área da diversidade cultural, de gênero, étnica e comunidades tradicionais, nos grupos de terceira idade e comunidades vulneráveis;
- capacidade de articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- capacidade de criar e desenvolver metodologias e materiais pedagógicos que potencializam a relação com as tecnologias da informação e da comunicação como práticas educativas produtoras de conhecimentos que se voltem à formação humana;
- capacidade de estabelecer relações de respeito e colaboração com a família dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e uma comunicação fluente entre eles e a escola.

3.5 Estrutura e organização curricular

A organização curricular de um curso de licenciatura está intrinsecamente ligada à sua estrutura de funcionamento, pois define não apenas o conteúdo e as competências que os(as) futuros(as) professores(as) devem adquirir, mas também a forma como esses elementos serão integrados e desenvolvidos ao longo do curso. A estrutura de funcionamento, por sua vez, abrange aspectos como a distribuição das disciplinas, a carga horária, os estágios supervisionados, e as atividades complementares, todos organizados para assegurar que o currículo seja implementado de maneira coerente e eficaz. Essa organização deve garantir uma formação abrangente, articulando teoria e prática, e promovendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas, científicas e éticas, fundamentais para a atuação docente. Assim, o sucesso do curso de licenciatura depende de uma estrutura funcional que facilite a concretização dos objetivos curriculares, proporcionando uma formação sólida e alinhada com as exigências da Educação Básica e as demandas sociais contemporâneas.

Partindo desse contexto, a perspectiva adotada na construção deste Projeto de Curso, no que se refere ao currículo, baseia-se na concepção de que o currículo é uma intencionalidade que integra diversas dimensões: epistemológicas, políticas, econômicas, técnicas, ideológicas, estéticas e históricas, além das dimensões socioambiental, ética e pedagógica. Em outras palavras, o currículo é uma construção social e coletiva, um campo de produção de significados que promove a socialização dos conhecimentos trabalhados nos diversos componentes curriculares, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de personalidades e subjetividades. Assim, o currículo deve superar a compartimentalização e os conteúdos estanques, buscando uma abordagem mais integrada e holística.

Neste sentido pode-se afirmar que “currículo é formação” e, ancorados(as) nesse princípio e nos estudos contemporâneos desse campo, compreendemos que qualquer proposta formativa traduz uma concepção curricular, a qual revela um conjunto de objetivos, ideologias, saberes, práticas, significações, culturas, valores, crenças e políticas próprias de uma comunidade de atores e atrizes sociais que o representam. Daí a necessidade de explicitar e definir uma concepção de formação que se constitua em diretriz para as práticas curriculares.

O currículo, no contexto da formação, não se constitui em mecanismo de instrumentalização técnica do(a) profissional docente, mas como um dispositivo político, pedagógico e sociocultural para transformar as práticas socioeducacionais, e ao mesmo tempo, o(a) próprio(a) docente, em sua condição sócio existencial e profissional. O currículo é, portanto, como um artefato socioeducacional que se configura nas ações de conceber, selecionar, produzir, organizar, institucionalizar, implementar,

dinamizar saberes, conhecimentos, atividades, competências e valores, visando uma “dada” formação, configurada por processos e construções constituídos na relação com conhecimento eleito como educativo (Goodson, 2024).

A concepção de currículo pode ser compreendida como um conjunto de valores, práticas e significados que orientam a formação humana e a construção da identidade sociocultural dos sujeitos. Essa perspectiva dialoga com o pensamento de Moreira, Almeida e Ribeiro (2018), ao reconhecer que o currículo está imerso em relações de poder e, portanto, transmite visões sociais específicas e interessadas, capazes de produzir identidades individuais e coletivas.

Assim, assumindo o princípio da autonomia, estabelecido no inciso II, do Artigo 53, da LDB 9.394/96, como premissa para construir uma proposta curricular, explicitamos a compreensão de currículo que é assumida na organização desse Projeto de Curso, que é compreendido como um potente dispositivo socioeducacional de empoderamento, implicado com um projeto específico de formação. Comungando, assim, com o pensamento de Silva (2010, p. 27) ao afirmar que “o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz”.

Nessa perspectiva, o currículo é pensado e proposto de modo que os sujeitos da formação, ou seja, formadores(as) e formandos(as) possam expressar sua existência, e ao mesmo tempo, (re)construir sua identidade político-cultural ao produzir, conjuntamente, saberes, práticas, experiências e conhecimentos capazes de alterar os contextos os quais possam estar inseridos.

Passando agora para a apresentação da estrutura do curso, destacamos que a Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista prevê a oferta de 35 vagas anuais. O curso possui uma carga horária total de 3.440 horas, com uma duração mínima de 4 anos, o que corresponde a 8 semestres letivos. Cada semestre compreende o mínimo de 20 semanas, com pelo menos 100 dias letivos por semestre, integralizando 200 dias letivos por ano. As aulas serão ministradas em módulos de 45 minutos cada, de segunda a sexta-feira, turno noturno, podendo ocorrer, a critério do Colegiado do Curso, aulas no turno matutino ou vespertino. Também a critério do Colegiado, ou em função do calendário acadêmico do campus, as aulas poderão ocorrer eventualmente aos sábados.

A matrícula ocorrerá por componente curricular (disciplina), devendo o(a) aluno(a) matricular-se em disciplinas cuja soma das cargas horárias seja no mínimo de 180 horas que equivalem a 12 aulas por semana e no máximo de 375 horas que equivalem a 25 aulas por semana. O quadro resumo seguinte apresenta a organização do curso.

Tabela 3: Resumo de Identificação do Curso

Número de vagas anuais	35 vagas
Turno de Funcionamento	Vespertino / Noturno
Regime de Matrícula	Semestral
Tempo Mínimo de Integralização do Curso	08 semestres
Tempo Máximo de Integralização do Curso	12 semestres
Carga Horária total	3440 horas
Regime Acadêmico	Por componente curricular (disciplina)
Carga Horária Mínima por Semestre	180 horas (12 aulas por semana)
Carga Horária Máxima por Semestre	375 horas (25 aulas por semana)

3.6 Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia foi concebida como um espaço de diálogo entre saberes, reconhecendo a diversidade de experiências educativas e a multiplicidade de formas de compreender o mundo. Mais do que um conjunto de disciplinas, a matriz representa uma orientação intencional sobre como o conhecimento é organizado, articulado e experienciado, refletindo a concepção de currículo como prática social, dinâmica e em constante construção.

O curso propõe-se a formar professores(as) capazes de pensar criticamente sobre a educação, integrando teoria e prática, e considerando o currículo não apenas como um conjunto de conteúdos, mas como um espaço de mediação entre diferentes saberes, contextos e experiências de aprendizagem. A matriz curricular é, portanto, um instrumento vivo, que organiza o percurso formativo de modo a estimular reflexões sobre os propósitos da educação, a responsabilidade social do(a) docente e a importância de criar condições para que todos(as) os(as) estudantes desenvolvam competências cognitivas, emocionais e sociais.

Essa perspectiva o currículo se constitui como um espaço de negociação entre conhecimento formal e vivências do cotidiano escolar, em que os(as) licenciandos(as) aprendem a construir práticas pedagógicas sensíveis às necessidades e potencialidades dos(as) estudantes. As disciplinas, os projetos integradores, as atividades práticas e as oportunidades de observação e intervenção pedagógica são articuladas para promover uma aprendizagem significativa, incentivando a reflexão sobre o impacto da educação na formação de sujeitos críticos, autônomos e engajados socialmente.

Assim, a matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia reflete o compromisso de formar professores(as) que compreendam o currículo como instrumento de transformação educativa, capazes de atuar em contextos diversos, promovendo uma educação inclusiva, reflexiva e

comprometida com a formação integral dos(as) estudantes. A concepção adotada privilegia a integração entre conhecimento, prática e valores, estimulando uma atuação docente que vai além da transmissão de conteúdos, buscando efetivamente contribuir para a construção de escolas criativas e significativas.

A concepção do curso de Licenciatura em Pedagogia integrada aos núcleos básicos, conforme Resolução do CNE/CP n.º 04/2024, art. 13, incisos I, II, III e IV, está distribuída em quatro núcleos formativos obrigatórios.

O **Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG)** reúne componentes curriculares que exploram os fundamentos sociológicos, filosóficos, históricos e epistemológicos da educação, assim como princípios, valores e atitudes voltados ao reconhecimento e respeito à diversidade, à promoção da participação, da equidade e da inclusão, e à gestão democrática. Ao integrar essas dimensões, o EFG oferece aos futuros(as) pedagogos(as) uma compreensão ampla e crítica do fenômeno educativo, permitindo que desenvolvam uma visão holística da educação, capaz de abarcar suas múltiplas dimensões, contextos e desafios.

O núcleo também reforça a importância de princípios éticos e sociais fundamentais, preparando profissionais para atuar em ambientes educativos diversos, valorizando diferenças e contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa. Mais do que possibilitar bases teóricas, o EFG articula conhecimento e prática, incentivando os(as) licenciandos(as) a refletirem sobre suas ações e decisões no cotidiano escolar. Essa reflexão crítica é essencial para que sua atuação docente seja não apenas eficaz, mas também ética, comprometida com os direitos e o desenvolvimento integral dos(as) estudantes. Em nosso curso, o Núcleo I, é composto por 17 componentes curriculares descritos na Quadro 1, tendo carga horária de 885 horas.

Quadro 1: Componentes Curriculares do Núcleo I

Núcleo I Estudos de Formação Geral	Componentes Curriculares	C.H.
	História da Educação	90h
	Filosofia da Educação	60h
	Língua Brasileira de Sinais I (Libras I)	60h
	Antropologia da Educação	45h
	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	30h
	Sociologia da Educação	60h
	Políticas Educacionais	60h
	Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusiva	45h
	Metodologia da Pesquisa em Educação	45h
	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	60h

Educação Ambiental	45h
Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	45h
Educação do Campo	45h
Educação Indígena e Quilombola	45h
Direitos Humanos, Diversidade e Educação	60h
Trabalho de Conclusão de Curso I	45h
Trabalho de Conclusão de Curso II	45h
TOTAL	885h

O componente **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** é obrigatório (Parecer CNE/CES n.º 13.022, de 2001) e deve ser realizado durante o último ano do curso, os dois últimos semestres que identificamos na matriz curricular como ciclo de integralização. Trata-se de atividade de iniciação científica como requisito parcial da formação docente que visa investigar temas de interesse do(a) acadêmico(a) e/ou da comunidade utilizando-se instrumentalização metodológica para aprofundamento do tema. A matriz do curso prevê os componentes de TCC I e II (45h cada), com creditação total de 90 (noventa) horas e será regido por normativa elaborada especificamente para o curso de Licenciatura em Pedagogia.

O **Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE)** concentra-se na construção sólida dos conhecimentos próprios da Pedagogia, promovendo o aprofundamento teórico e prático necessário para a atuação docente. Seus componentes curriculares englobam disciplinas que abordam diretamente os processos de ensino e aprendizagem, a organização do trabalho pedagógico, as políticas educacionais, as metodologias de ensino, a avaliação educacional e a gestão escolar, entre outros campos específicos da formação pedagógica.

Ao integrar esses conteúdos, o AACE oferece aos(as) futuros(as) pedagogos(as) oportunidades de compreender com profundidade os conceitos, teorias e práticas que fundamentam a educação. Essa abordagem permite que desenvolvam competências essenciais para planejar, implementar e avaliar processos educativos de maneira crítica, reflexiva e adaptada às diferentes realidades escolares e contextos socioculturais.

Além do domínio técnico dos conteúdos, o núcleo enfatiza a articulação entre teoria e prática, incentivando os(as) licenciandos(as) a refletirem sobre a aplicação do conhecimento em situações concretas, construindo soluções pedagógicas criativas e efetivas. Essa reflexão contribui para a formação de profissionais capazes de promover aprendizagens significativas, respeitar as singularidades dos(as) estudantes e atuar de forma ética e comprometida com a melhoria contínua da educação. O Núcleo II, é composto por 29 componentes curriculares descritos na Quadro 2, tendo carga horária de 1605 horas.

Quadro 2: Componentes Curriculares do Núcleo II

	Componentes Curriculares	C.H.
Núcleo II Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos	Psicologia da Educação e do Desenvolvimento	45h
	Educação e Tecnologias Contemporâneas	45h
	Psicologia da Educação e da Aprendizagem	60h
	Prática Pedagógica	60h
	Infância e Educação	60h
	Didática I	45h
	Arte e Educação	45h
	Fundamentos Teórico-Prático do Ensino de Matemática I	60h
	Planejamento e Avaliação em Educação	60h
	Currículo	60h
	Trabalho Pedagógico na Educação Infantil	60h
	Didática II	45h
	Alfabetização e Letramento I	45h
	Educação Profissional e Tecnológica	60h
	Literatura Infanto-juvenil	60h
	Fundamentos Teórico-Prático do Ensino de Matemática II	60h
	Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60h
	Alfabetização e Letramento II	45h
	Educação, Ludicidade e Corporeidade	45h
	Fundamentos Teórico-Prático do Ensino de Língua Portuguesa	60h
	Fundamentos Teórico-Prático do Ensino de História	60h
	Fundamentos Teórico-Prático do Ensino de Geografia	60h
	Fundamentos Teórico-Prático do Ensino de Ciências Naturais	60h
	Fundamentos Teórico-Prático do Ensino de Artes	45h
	Gestão Educacional e Escolar	60h
	Coordenação Pedagógica	60h
	Cultura Digital e Educação	60h
	Componente Optativo I	60h
	Componente Optativo II	60h
		TOTAL 1605h

Os **Componentes Curriculares Optativos**, no curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, têm como finalidade ampliar o percurso formativo dos(as) estudantes, possibilitando o aprofundamento em temáticas específicas de acordo com seus interesses acadêmicos, experiências e projetos profissionais. Esses componentes não substituem os conhecimentos estruturantes da formação docente, mas os complementam, oferecendo espaço para

a construção de trajetórias formativas singulares, alinhadas às demandas contemporâneas da educação e às diversas áreas de atuação do(a) pedagogo(a).

A oferta de disciplinas optativas está prevista na matriz curricular no 7º e 8º semestres, contudo ocorre também a qualquer tempo, conforme demanda apresentada pelos(as) estudantes e/ou professores(as). A carga horária mínima a ser cumprida pelo(a) estudante em Componentes Curriculares Optativos é de 120 horas. Cada componente optativo possui carga horária de 60 horas., de modo que o(a) estudante pode escolher, dentre as opções disponibilizadas, aquelas que melhor dialoga com seu percurso formativo, interesse de aprofundamento e projeto de atuação profissional.

Nesse sentido, as disciplinas optativas favorecem o exercício da autonomia intelectual e a reflexão crítica sobre diferentes dimensões da prática educativa, estimulando iniciativas investigativas, metodológicas e formativas em contextos variados. Ao escolher esses componentes, o(a) estudante fortalece sua identidade profissional, compreende a complexidade dos espaços educativos e amplia sua capacidade de intervenção pedagógica sensível, crítica e socialmente comprometida.

Quadro 3: Componentes Curriculares Optativos

Componentes Curriculares Optativos	Componentes	C.H.
	Pedagogia em Espaços Não Escolares	60h
	Educação Popular	60h
	Fundamentos e Princípios Teórico-Metodológicos da Pedagogia Freiriana	60h
	Ludicidade na Educação Escolar: Recreação, Jogos e Brincadeiras	60h
	Processos Interdisciplinares na Construção de Conhecimento	60h
	Epistemologia da Educação	60h
	Autobiografia e Educação	60h
	Profissionalização Docente	60h
	Língua Inglesa Instrumental	60h
	Língua Espanhola Instrumental	60h
	Língua Brasileira de Sinais II (Libras II)	60h
	Dificuldades no Ensino/Aprendizagem da Leitura e da Escrita	60h
	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Educação Física	60h
	Projetos Educacionais	60h
	Educação a Distância	60h
	Educação, Gênero e Sexualidade	60h

Dessa forma, os componentes curriculares optativos assumem papel estratégico no Projeto Pedagógico do Curso, ao contribuírem para a formação de profissionais da educação capazes de compreender a pluralidade dos contextos sociais, produzir conhecimentos significativos e desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, éticas e comprometidas com a qualidade social da educação.

O **Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)** é constituído por componentes curriculares voltados à execução de ações de extensão. Esses componentes, de caráter multidisciplinar, atendem às demandas específicas dos(as) discentes e contribuem para qualificar sua atuação profissional na área da Pedagogia. Eles promovem a integração entre os conhecimentos adquiridos pelos(as) estudantes e as demandas e saberes da sociedade, possibilitando uma articulação prática entre teoria e realidade social.

Além disso, o Núcleo III enfatiza a aplicação da práxis pedagógica, permitindo que os(as) licenciandos(as) reflitam sobre os conteúdos didáticos à luz de experiências concretas e diversificadas. Essa abordagem favorece a construção de novas práticas pedagógicas, incentivando formas inovadoras de reflexão e atuação docente contextualizada.

O objetivo central do Núcleo III é relacionar os conteúdos didáticos com situações concretas do cotidiano, contextos educacionais e práticas socioculturais diversas, promovendo a troca de experiências, o desenvolvimento de competências profissionais e o aprendizado significativo para a formação de pedagogos(as) reflexivos(as) e preparados(as) para atuar de forma inovadora e responsável na educação. Em nosso curso, o Núcleo III, é composto por 04 componentes curriculares descritos no Quadro 4, tendo carga horária de 345 horas.

Quadro 4: Componentes Curriculares Núcleo III

Componentes Curriculares		C.H.
Núcleo III Atividades Acadêmicas de Extensão	Prática Extensionista I	75h
	Prática Extensionista II	90h
	Prática Extensionista III	90h
	Prática Extensionista IV	90h
	TOTAL	345h

O **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS)** é composto por componentes curriculares dedicados à prática do Estágio Supervisionado, que consiste em experiências efetivas de docência e/ou de gestão escolar. Essa atividade inicia-se, a partir do quinto semestre do curso e constitui componente curricular obrigatório, planejado coletivamente e regulamentado pelo

Colegiado do Curso. O estágio será realizado em escolas e instituições educativas, sob a orientação de um professor de Estágio designado pelo corpo docente do curso. Envolverá atividades relacionadas ao planejamento, à docência e à gestão escolar, permitindo que os(as) licenciandos(as) apliquem os conhecimentos adquiridos nas diferentes áreas da Pedagogia, respeitando os dispositivos estabelecidos nos Artigos 13 e 14 da Resolução CNE/CP n.º 04, de 29 de maio de 2024.

O exercício da prática pedagógica possibilita a consolidação do aprendizado teórico e o desenvolvimento de competências essenciais à atuação docente. Por meio do estágio, os(as) estudantes têm a oportunidade de planejar e implementar práticas pedagógicas, refletir sobre suas ações e adaptar estratégias de ensino às necessidades e contextos das escolas em que atuam. O Estágio Supervisionado será regido por normas elaboradas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovadas pelo Colegiado de Curso, especificamente para a Licenciatura em Pedagogia, garantindo alinhamento com a matriz curricular e a formação integral do(a) futuro(a) professor(a). Em nosso curso, o Núcleo IV, é composto por 04 componentes curriculares descritos na Quadro 5, tendo carga horária de 405 horas.

Quadro 5: Componentes Curriculares do Núcleo IV

Componentes Curriculares		C.H.
Núcleo IV Estágio Curricular Supervisionado	Pesquisa e Estágio em Espaços não Escolares	90h
	Pesquisa e Estágio na Educação Infantil	120h
	Pesquisa e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	120h
	Pesquisa e Estágio em Gestão	75h
	TOTAL	405h

As **Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC)** constitui um espaço da formação em Pedagogia voltado ao enriquecimento da trajetória acadêmica dos(as) licenciandos(as) por meio de experiências complementares que ampliem e aprofundem seus conhecimentos e competências profissionais. Essas atividades incluem cursos, oficinas, participação em seminários, congressos, projetos de pesquisa, grupos de estudo, atividades culturais, atividades de extensão e outras iniciativas que complementem a formação teórica e prática do curso.

As AACC permitem que os(as) estudantes explorem áreas do conhecimento relacionadas à educação que vão além da matriz curricular obrigatória, promovendo interdisciplinaridade, criatividade, reflexão crítica e engajamento social. Ao participar dessas atividades, os(as) licenciandos(as) desenvolvem habilidades importantes, como comunicação, liderança, planejamento,

trabalho em equipe e capacidade de resolver problemas educativos de maneira contextualizada. São AACC:

-  atividades desenvolvidas pelo próprio IFSertãoPE ou outra Instituição de Ensino Superior (iniciação científica, atuação em programas e projetos de extensão, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil como os Centros Acadêmicos (CAs), as Associações Atléticas Acadêmicas e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que desempenham papel fundamental na defesa dos direitos dos/as discentes, na articulação de pautas coletivas e na promoção de atividades culturais, esportivas e de integração;
-  atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, entre outros);

Para validação das horas e lançamento no sistema acadêmico o(a) estudante deverá entregar o comprovante e acompanhar o registro das horas na matriz curricular, seguindo as orientações e os prazos definidos institucionalmente.

A realização e comprovação das AACC deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na matriz curricular. As atividades citadas, serão contabilizadas com uma carga horária geral de no mínimo 200 horas e serão avaliadas por comissão específica designada para esse fim, sendo regulamentadas por resolução própria elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado do Curso, em consonância com a organização acadêmica vigente.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares que fundamentam o desenho do curso, os conteúdos curriculares propostos para a Licenciatura em Pedagogia alinham-se às proposições do perfil profissional desejado, contribuindo para a materialização das competências, atitudes e habilidades necessárias.

A interdisciplinaridade no curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista está presente na organização curricular, em diálogo com diferentes campos do conhecimento, evidenciado pela diversidade de disciplinas na matriz curricular. Essa característica da formação docente é uma demanda do mundo contemporâneo, proporcionando ao(a) futuro(a) egresso(a) as condições necessárias para identificar e resolver problemas surgidos na prática profissional.

Portanto, os conteúdos do curso serão pautados pelas especificidades da formação em Pedagogia, privilegiando o conhecimento pedagógico, as práticas educativas e as diferentes dimensões

da aprendizagem. Haverá ênfase nos processos de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento de competências pedagógicas e na promoção de pesquisa acadêmica e científica aliadas às práticas educacionais, sociais e culturais presentes nos contextos escolares e comunitários.

A organização curricular do curso contempla conteúdos diversos da Pedagogia, articulando teoria e prática de forma integrada, com foco na formação de profissionais críticos, reflexivos e preparados para atuar em diferentes contextos educativos. O objetivo é atender às demandas específicas dos(as) docentes em formação, contribuindo para qualificar sua atuação profissional na área da educação em que atuam ou atuarão.

Para a obtenção do título de Licenciada(o) em Pedagogia, a(o) discente deverá ter frequência mínima de 75% em todas as disciplinas, tanto em aulas teóricas quanto práticas, e ter obtido todos os créditos das atividades acadêmicas propostas na estrutura curricular, dentro dos prazos estabelecidos.

Quadro 6: *Resumo da Carga Horária do Curso por Núcleo de Formação*

Atividade	Carga Horária	Percentual
Componentes Curriculares do Núcleo I Estudos de Formação Geral (EFG)	885h	27,31%
Componentes Curriculares do Núcleo II Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE)	1605h	49,54%
Componentes Curriculares do Núcleo III Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	345h	10,65%
Componentes Curriculares do Núcleo IV Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	405h	12,50%
TOTAL	3240h	100,0%

Assim, a matriz curricular que se apresenta reflete o compromisso institucional do IFSertãoPE com a formação inicial de professores(as) pedagogos(as), fundamentada nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na articulação entre teoria e prática e no compromisso social da educação. O curso busca assegurar a formação de profissionais éticos, críticos e competentes, capazes de compreender e intervir nos diferentes contextos educativos, contribuindo para a melhoria da qualidade da Educação Básica e para o fortalecimento das comunidades em que atuam.

Quadro 7: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF SertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré- Requisito
			Presencial	Não Presencial /EaD	Presencial	Não Presencial /EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
1º Sem.	EDU01	06	90	-	-	-	-	120	90	0	EFG	-
	EDU02	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
	EDU03	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
	EDU04	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
	EDU05	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	EDU06	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	EDU07	02	30	-	-	-	-	40	30	0	EFG	-
Subtotal do Semestre		25	375	-	-	-	-	500	375	0		
2º Sem.	EDU08	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
	EDU09	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU10	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
	EDU11	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU12	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
	EDU13	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
	AAE01	05	-	-	-	-	75	100	75	0	AAE	-
Subtotal do Semestre		27	330	-	-	-	75	540	405	0		

	Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré- Requisito
				Presencial	Não Presencial /EaD	Presencial	Não Presencial /EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
3º Sem.	EDU14	Infância e Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU15	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
	EDU16	Direitos Humanos, Diversidade e Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
	EDU17	Didática I	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	EDU18	Arte e Educação	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	EDU19	Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	AEE02	Prática Extensionista II	06	-	-	-	-	90	120	90	0	AAE	-
Subtotal do Semestre			27	315	-	-	-	90	540	405	0		
4º Sem.	EDU20	Planejamento e Avaliação em Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU21	Currículo	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU22	Trabalho Pedagógico na Educação Infantil	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU23	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Matemática I	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU24	Didática II	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	EDU25	Alfabetização e Letramento I	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	AEE03	Prática Extensionista III	06	-	-	-	-	90	120	90	0	AAE	-
Subtotal do Semestre			28	330	-	-	-	90	560	420	0		

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré- Requisito	
			Presencial	Não Presencial /EaD	Presencial	Não Presencial /EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD			
5º Sem.	EDU26	Literatura Infanto-Juvenil	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU27	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Matemática II	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU28	Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU29	Alfabetização e Letramento II	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	EDU30	Educação, Ludicidade e Corporeidade	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	ECS01	Pesquisa e Estágio em Espaços não Escolares	06	30	-	60	-	-	120	90	0	ECS	-
	AEE04	Prática Extensionista IV	06	-	-	-	-	90	120	90	0	AAE	-
Subtotal do Semestre		30	300	-	60	-	90	600	450	0			
6º Sem.	EDU31	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Língua Portuguesa	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU32	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de História	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU33	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Geografia	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU34	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Ciências Naturais	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU35	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Artes	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	ECS02	Pesquisa e Estágio em Educação Infantil	08	30	-	90	-	-	160	120	0	ECS	-
Subtotal do Semestre		27	315	-	90	-	-	540	405	0			

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito	
			Presencial	Não Presencial /EaD	Presencial	Não Presencial /EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial / EaD			
7º Sem.	-	Optativa I	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU36	Gestão Educacional e Escolar	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU37	Coordenação Pedagógica	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU38	Educação Indígena e Quilombola	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
	EDU39	Educação Ambiental	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
	EDU40	Trabalho de Conclusão de Curso I	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	EDU12
	ECS03	Pesquisa e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	08	30	-	90	-	-	160	120	0	ECS	-
Subtotal do Semestre			29	345	-	90	-	-	580	435	0		
8º Sem.	-	Optativa II	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU41	Cultura Digital e Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU42	Educação Profissional e Tecnológica	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
	EDU43	Educação do Campo	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
	EDU44	Trabalho de Conclusão de Curso II	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	EDU40
	ECS04	Pesquisa e Estágio em Gestão	05	30	-	45	-	-	100	75	0	ECS	-
Subtotal do Semestre			23	300	-	45	-	-	460	345	0		
Estágio Curricular Supervisionado				120	-	285	-	-	540	405	0		
TOTAL DA C/H DO CURSO				2610	-	285	-	345	4320	3240	0		

Segue um quadro-resumo que organiza os componentes do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista. O objetivo é facilitar a visualização do percurso formativo do(a) licenciando(a), sintetizando o itinerário acadêmico e reafirmando o compromisso com uma formação integral, que articula saberes teóricos e práticas pedagógicas contemporâneas.

Quadro 8: Quadro Resumo da Matriz Curricular

N.º	ATIVIDADE		Carga Horária (H/R)	%
1	Componentes Curriculares Obrigatórios	Presencial	2280h	70,37
		Não Presencial/EaD	0	0
2	Componentes Curriculares Optativos	Presencial	120h	3,70
		Não Presencial/EaD	0	0
3	Componentes Curriculares Eletivos	Presencial	0	0
		Não Presencial/EaD	0	0
4	Estágio Curricular Supervisionado		405h	12,50
5	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		90h	2,78
6	Atividades de Extensão (dentro do componente curricular obrigatório)		0	10,65
7	Atividades de Extensão (como componente curricular específico)		345h	
	Subtotal (Carga Horária Curricular)		3240h	100
8	Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC)		200h	
	C/H Total do Curso		3.440h	

3.6.1 Fluxograma do Curso

O fluxograma do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista foi elaborado como um guia que orienta a trajetória formativa dos(as) estudantes. Mais do que a organização de disciplinas e cargas horárias, ele expressa uma proposta de formação integral que articula teoria, prática e compromisso social.

Assim, o fluxograma não é apenas uma sequência de disciplinas, mas um mapa de percursos que traduz a identidade do curso e o compromisso do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista em formar pedagogos(as) preparados(as) para os desafios da educação contemporânea.

Licenciatura em Pedagogia

Vigência: 2026.1

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

CARGA HORÁRIA	Núcleo de Formação Geral (EFG)	Núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE)	Núcleo de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	Núcleo do Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	Atividades Acadêmicas Científicas Culturais (AACC)	TOTAL	DURAÇÃO EM SEMESTRES	
							MÍN.	MÁX.
	885h	1605h	345h	405h	200h	3440h	08	12

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
História da Educação 90	Sociologia da Educação 60	Educação de Jovens, Adultos e Idosos 60	Currículo 60	Educação, Ludicidade e Corporeidade 45	Fund. Teórico-Práticos do Ens. de Língua Portuguesa 60	Educação Indígena e Quilombola 45	Educação do Campo 45
Filosofia da Educação 60	Políticas Educacionais 60	Direitos Humanos, Diversidade e Educação 60	Planejamento e Avaliação em Educação 60	Literatura infanto-juvenil 60	Fund. Teórico-Práticos do Ens. de História 60	Educação Ambiental 45	Educação Profissional e Tecnológica 60
Língua Brasileira de Sinais I 60	Metodologia da Pesquisa em Educação 45	Infância e Educação 60	Trabalho Pedagógico na Educação Infantil 60	Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 60	Fund. Teórico-Práticos do Ens. de Geografia 60	Gestão Educacional e Escolar 60	Cultura Digital e Educação 60
Antropologia da Educação 45	Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusivas 45	Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena 45	Alfabetização e Letramento I 45	Alfabetização e Letramento II 45	Fund. Teórico-Práticos do Ens. de Ciências Naturais 60	Optativa I 60	Optativa II 60
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos 30	Psicologia da Educação e da Aprendizagem 60	Didática I 45	Didática II 45	Fund. Teórico-Práticos do Ens. de Matemática II 60	Fund. Teórico-Práticos do Ens. de Artes 45	TCC I 45	TCC II 45
Educação e Tecnologias Contemporâneas 45	Prática Pedagógica 60	Arte e Educação 45	Fund. Teórico-Práticos do Ens. de Matemática I 60	Pesquisa e Estágio em Espaços não Escolares 90	Pesquisa e Estágio na Educação Infantil 120	Coordenação Pedagógica 60	Pesquisa e Estágio em Gestão 75
Psicologia da Educação e do Desenvolvimento 45	Prática Extensionista I 75	Prática Extensionista II 90	Prática Extensionista III 90	Prática Extensionista IV 90		Pesquisa e Estágio nos Anos Iniciais do Ens. Fundamental 120	
CH Semestral – 375h	CH Semestral – 405h	CH Semestral – 405h	CH Semestral – 420h	CH Semestral – 450h	CH Semestral – 405h	CH Semestral – 435h	CH Semestral – 345h

3.6.2 Organização por períodos letivos e pré-requisitos

Quadro 9: Componentes Curriculares do 1º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
EDU01	História da Educação	06	90	-	-	-	-	120	90	0	EFG	-
EDU02	Filosofia da Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
EDU03	Língua Brasileira de Sinais I	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
EDU04	Antropologia da Educação	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
EDU05	Psicologia da Educação e do Desenvolvimento	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
EDU06	Educação e Tecnologias Contemporâneas	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
EDU07	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	02	30	-	-	-	-	40	30	0	EFG	-
Subtotal do Semestre		25	375	-	-	-	-	500	375	0		

Quadro 10: Componentes Curriculares do 2º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
EDU08	Sociologia da Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
EDU09	Psicologia da Educação e da Aprendizagem	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU10	Políticas Educacionais	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
EDU11	Prática Pedagógica	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU12	Metodologia da Pesquisa em Educação	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
EDU13	Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusivas	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
AAE01	Prática Extensionista I	05	-	-	-	-	75	100	75	0	AAE	-
Subtotal do Semestre		27	330	-	-	-	75	540	405	0		

Quadro 11: Componentes Curriculares do 3º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
EDU14	Infância e Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU15	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
EDU16	Direitos Humanos, Diversidade e Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	EFG	-
EDU17	Didática I	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
EDU18	Arte e Educação	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
EDU19	Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
AEE02	Prática Extensionista II	06	-	-	-	-	90	120	90	0	AAE	-
Subtotal do Semestre		27	315	-	-	-	90	540	405	0		

Quadro 12: Componentes Curriculares do 4º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
EDU20	Planejamento e Avaliação em Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU21	Currículo	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU22	Trabalho Pedagógico na Educação Infantil	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU23	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Matemática I	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU24	Didática II	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
EDU25	Alfabetização e Letramento I	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
AEE03	Prática Extensionista III	06	-	-	-	-	90	120	90	0	AAE	-
Subtotal do Semestre		28	330	-	-	-	90	560	420	0		

Quadro 13: Componentes Curriculares do 5º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
EDU26	Literatura Infanto-Juvenil	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU27	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Matemática II	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU28	Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU29	Alfabetização e Letramento II	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
EDU30	Educação, Ludicidade e Corporeidade	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
ECS01	Pesquisa e Estágio em Espaços não Escolares	06	30	-	60	-	-	120	90	0	ECS	-
AEE04	Prática Extensionista IV	06	-	-	-	-	90	120	90	0	AAE	-
Subtotal do Semestre		30	300	-	60	-	90	600	450	0		

Quadro 14: Componentes Curriculares do 6º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
EDU31	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Língua Portuguesa	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU32	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de História	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU33	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Geografia	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU34	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Ciências Naturais	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU35	Fundamentos Teórico-Práticos do Ensino de Artes	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
ECS02	Pesquisa e Estágio em Educação Infantil	08	30	-	90	-	-	160	120	0	ECS	-
Subtotal do Semestre		27	315	-	90	-	-	540	405	0		

Quadro 15: Componentes Curriculares do 7º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
-	Optativa I	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU36	Gestão Educacional e Escolar	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU37	Coordenação Pedagógica	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU38	Educação Indígena e Quilombola	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
EDU39	Educação Ambiental	03	45	-	-	-	-	60	45	0	AACE	-
EDU40	Trabalho de Conclusão de Curso I	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	EDU12
ECS03	Pesquisa e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	08	30	-	90	-	-	160	120	0	ECS	-
Subtotal do Semestre		29	345	-	90	-	-	580	435	0		

Quadro 16: Componentes Curriculares do 8º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia

Cód.	Componente Curricular	Créd.	C/H TEÓRICA (H/R)		C/H PRÁTICA (H/R)			C/H GERAL			Núcleo	Pré-Requisito
			Presencial	Não Presencial/ EaD	Presencial	Não Presencial/ EaD	Extensão	H/A	H/R	% Não Presencial/ EaD		
-	Optativa II	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU41	Cultura Digital e Educação	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU42	Educação Profissional e Tecnológica	04	60	-	-	-	-	80	60	0	AACE	-
EDU43	Educação do Campo	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	-
EDU44	Trabalho de Conclusão de Curso II	03	45	-	-	-	-	60	45	0	EFG	EDU40
ECS04	Pesquisa e Estágio em Gestão	05	30	-	45	-	-	100	75	0	ECS	-
Subtotal do Semestre		23	300	-	45	-	-	460	345	0		

3.7 Metodologia

A proposta metodológica do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista encontra-se fundamentada na Resolução CNE/CP n.º 04, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, e na Organização Acadêmica dos Cursos do IFSertãoPE, aprovada pela Resolução n.º 41/2020 do Conselho Superior. Essa base normativa assegura que a formação oferecida se estruture de maneira coerente com as demandas atuais da educação brasileira, respeitando tanto os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão quanto a necessidade de promover uma prática educativa crítica, emancipadora e humanizadora.

A metodologia do curso, portanto, não se restringe a procedimentos técnicos de ensino, mas busca ser expressão de um compromisso pedagógico mais amplo, capaz de articular diferentes dimensões do processo formativo. Ao integrar teoria e prática, pesquisa e intervenção, comunicação e avaliação, o curso procura construir um percurso formativo que ultrapassa a lógica da transmissão de conteúdos, convidando os(as) discentes a assumirem papel ativo na construção do conhecimento e no exercício da docência. Como destaca Freire (2019, p. 68), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Esse princípio norteia o entendimento de que a docência exige uma postura ética, criativa e dialógica diante do mundo e dos sujeitos.

Nesse sentido, a prática pedagógica é compreendida como eixo central da formação, pois é por meio dela que os(as) licenciandos(as) têm a oportunidade de experimentar, refletir e reconstruir saberes a partir das demandas reais da Educação Básica. O ato de ensinar, nesta perspectiva, não se reduz a um processo de transmissão, mas constitui um gesto político e ético de diálogo com a realidade, com os sujeitos e com suas histórias. Assim, a metodologia do curso orienta-se pelo princípio de que a prática pedagógica deve ser espaço de transformação social, possibilitando que os(as) futuros(as) pedagogos(as) desenvolvam uma consciência crítica sobre as desigualdades e contradições da sociedade. Como afirma Saviani (2008, p. 71), “a educação é, simultaneamente, determinada e determinante: determinada pelas condições sociais e determinante na medida em que atua sobre essas condições, transformando-as”.

A transformação social almejada pelo curso ocorre quando a prática pedagógica extrapola os muros da instituição e se coloca em diálogo com os diferentes espaços educativos e comunitários. Nesse movimento, a pesquisa assume papel central como princípio pedagógico, pois permite que o estudante investigue a realidade, problematize práticas escolares e proponha alternativas inovadoras e inclusivas. A extensão, por sua vez, é assumida como dimensão indissociável da formação, uma vez

que, como defende Arroyo (2013, p. 45), “a docência se faz nos encontros com os sujeitos concretos e nas lutas de suas comunidades”. Assim, a formação docente não apenas forma profissionais competentes, mas cidadãos comprometidos com a sociedade, a equidade e a democracia.

Por outro lado, a proposta metodológica do curso também reconhece a necessidade de uma transformação ontológica, ou seja, a transformação do próprio ser do(a) futuro(a) pedagogo(a). A formação docente, nessa perspectiva, não se limita à aquisição de competências técnicas, mas constitui uma experiência formativa integral, capaz de provocar mudanças na forma como o(a) estudante se compreende e compreende o mundo. Para Pimenta (2012, p. 23), “a identidade do professor é construída a partir da significação social da profissão, do contexto histórico e das experiências pessoais e profissionais”. Essa visão reforça a ideia de que a docência é uma prática que se renova constantemente, demandando autoconhecimento, reflexão crítica e ressignificação contínua da identidade docente.

Essa transformação ontológica se manifesta na medida em que o curso possibilita ao(à) futuro(a) pedagogo(a) compreender-se como sujeito histórico, social e inacabado, em permanente processo de formação. A experiência acadêmica, nesse sentido, é compreendida não apenas como um espaço de aquisição de conteúdos, mas como caminho de emancipação e afirmação da dignidade humana. Paulo Freire (2020, p. 23) lembra que “ninguém se forma sozinho, é na comunhão, na interação, no diálogo com os outros que nos constituímos como seres humanos”. Assim, a docência é concebida como prática existencial, que exige compromisso ético e político com a vida, com a dignidade e com os direitos humanos.

Nesse contexto, o curso também contempla atenção especial aos(às) estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, reafirmando seu compromisso com uma perspectiva inclusiva que favoreça o pleno acesso ao currículo e a efetiva participação de todos(as). Para tanto, prevê a possibilidade de flexibilizações e adequações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos, a adoção de metodologias de ensino adaptadas e o uso de recursos didáticos diferenciados. Essa orientação encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que assegura o direito de todos à educação (art. 205), sem qualquer forma de discriminação, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n.º 9.394/1996), que determina, em seu art. 59, que os sistemas de ensino devem garantir currículos, métodos, técnicas e recursos educacionais adequados às necessidades dos(as) estudantes com deficiência.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei n.º 13.146/2015) reforça que é dever das instituições educacionais assegurarem condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, eliminando barreiras que impeçam a plena inclusão dos(as) estudantes.

Nesse sentido, a proposta metodológica do curso integra ações de acessibilidade metodológica que abrangem desde a produção de materiais em formatos acessíveis, o uso de tecnologias assistivas e recursos digitais inclusivos, até estratégias de tutoria especializada, acompanhamento pedagógico individualizado e adaptações nos processos avaliativos. Tais medidas visam não apenas a remoção de barreiras físicas e comunicacionais, mas também a superação de barreiras atitudinais e pedagógicas, historicamente enraizadas no contexto escolar.

Do ponto de vista pedagógico, essa concepção dialoga com a perspectiva defendida por Mantoan (2006), segundo a qual a inclusão escolar não deve ser vista como mera adaptação para atender a estudantes com deficiência, mas como oportunidade de transformação da própria escola, tornando-a mais democrática, plural e sensível às diferenças. Para a autora, uma escola inclusiva é aquela que reorganiza seus tempos, espaços, conteúdos e práticas de modo a acolher todos(as), promovendo a convivência na diversidade como princípio pedagógico. Nesse mesmo sentido, Carvalho (2012) argumenta que a acessibilidade metodológica constitui um dos pilares fundamentais para garantir a aprendizagem significativa e a efetiva cidadania dos sujeitos com deficiência, demandando que os(as) professores(as) sejam formados(as) para planejar e implementar estratégias diversificadas de ensino.

O curso, ao assumir esse compromisso, alinha-se também às metas do Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014), em especial a Meta 4, que estabelece como objetivo universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa meta reforça que a inclusão deve se concretizar na prática pedagógica cotidiana e não apenas em dispositivos normativos. Assim, a formação docente em Pedagogia é chamada a preparar profissionais que reconheçam as necessidades específicas dos(as) estudantes e que, a partir desse reconhecimento, sejam capazes de elaborar práticas criativas e emancipadoras.

Considerando esses elementos, o curso deverá contemplar os seguintes procedimentos metodológicos, sem prejuízo de outros aspectos formativos:

- a problematização como estratégia pedagógica fundamental, estimulando a reflexão crítica, a autonomia intelectual e a capacidade de intervir na realidade educacional;
- a pesquisa como princípio educativo, integrando ensino e aprendizagem à produção de conhecimento científico, cultural e pedagógico;
- o protagonismo discente, promovido por metodologias ativas e colaborativas que incentivam a participação, a autoria e a corresponsabilidade no processo formativo;
- a extensão como prática articuladora entre universidade e sociedade, fortalecendo o

diálogo entre diferentes saberes e práticas;

-  o uso crítico e criativo das tecnologias de informação e comunicação, potencializando processos de ensino e aprendizagem inovadores;
-  e a centralidade da prática pedagógica como espaço de articulação entre teoria e ação, reflexão e intervenção, saber e fazer, assegurando que a formação seja significativa e transformadora.

O desenvolvimento dessa proposta pode se dar de diferentes formas, sempre em sintonia com os princípios democráticos, inclusivos e emancipatórios. Os componentes curriculares serão desenvolvidos a partir de planejamentos integrados, nos quais docentes e discentes constroem conjuntamente as propostas, fortalecendo o caráter dialógico do processo formativo. Além disso, o uso de metodologias ativas, como a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos e a resolução de problemas, permitirá que o(a) estudante assuma um papel protagonista em sua formação, favorecendo a autonomia intelectual e a construção de um olhar crítico sobre a realidade educacional.

Toda prática pedagógica será permeada pela pesquisa, compreendida não apenas como requisito acadêmico, mas como atitude permanente de questionamento, análise e produção de conhecimento, o que possibilita ao(a) futuro(a) pedagogo(a) atuar como um(a) profissional crítico(a) e transformador(a). As atividades acadêmicas não se restringirão à sala de aula, mas se articularão com projetos de extensão e pesquisa que dialoguem com as demandas sociais da comunidade, promovendo o contato direto com a realidade escolar e comunitária e ampliando a compreensão do papel social da pedagogia.

Reconhecendo que a prática pedagógica está sempre situada em contextos históricos, sociais e culturais específicos, o curso valorizará a análise crítica da realidade local, articulando os conteúdos acadêmicos com os desafios vividos pela escola pública e pela sociedade. Essa formação será acompanhada de monitorias, atendimentos pedagógicos, apoio psicológico e políticas de assistência estudantil, assegurando condições para que todos os(as) estudantes possam participar ativamente do processo formativo.

Por fim, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) não serão vistas apenas como instrumentos auxiliares, mas como parte constitutiva da prática pedagógica, potencializando uma aprendizagem criativa e colaborativa. Essa concepção metodológica reafirma o compromisso de formar pedagogos(as) capazes de articular competência técnica, sensibilidade humana e compromisso ético-político. A educação, nessa perspectiva, é entendida como prática social e ontológica que transforma não apenas a realidade em que se insere, mas também a própria existência de quem dela

participa. Como sintetiza Libâneo (2013, p. 170), “o conteúdo determina o método, pois é base informativa concreta para atingir os objetivos”, reforçando que a formação docente deve integrar objetivos, conteúdos e práticas numa articulação indissociável.

Assim, formar pedagogos(as) é assumir a educação como ato de esperança, de resistência e de criação. Trata-se de um projeto comprometido com a construção de um mundo mais democrático e humanizado, em que o(a) professor(a) é sujeito de transformação social e ontológica, protagonista de sua própria formação e corresponsável pela formação das novas gerações.

3.7.1 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

A atuação do(a) professor(a) transcende os limites da sala de aula, exigindo uma formação que articule saberes teóricos, metodológicos e práticos em consonância com as demandas contemporâneas da sociedade. A construção do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia está, portanto, comprometida com a formação de docentes capazes de atuar de maneira crítica, reflexiva e transformadora nos contextos em que vivem e ensinam, considerando os avanços científicos e tecnológicos e os desafios educacionais do século XXI. Nesse sentido, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento deste curso representam também o compromisso do IF Sertão PE com o fortalecimento da Educação Básica, contribuindo com a formação docente prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), bem como com os marcos legais estabelecidos pelo Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016, e pelo Decreto n.º 10.195, de 30 de dezembro de 2019, que definem as competências da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB/MEC).

O curso de Licenciatura em Pedagogia integra TDICs e tecnologias assistivas como ferramentas centrais para o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando acesso a conteúdos e materiais didáticos, favorecendo a interatividade entre docentes, discentes e mediadores (quando presentes), e promovendo a inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. As TDICs serão utilizadas de forma planejada para ampliar o protagonismo discente, a autoria, a criatividade e a colaboração, permitindo a mediação pedagógica tanto em atividades presenciais quanto a distância.

No ambiente presencial, as TDICs são integradas como apoio às práticas pedagógicas no campus, por meio de plataformas virtuais de aprendizagem, repositórios digitais, salas de videoconferência e ferramentas colaborativas. Esses recursos favorecem o acesso a materiais didáticos, a organização de projetos coletivos, a comunicação assíncrona e síncrona entre estudantes e docentes, bem como o registro e o acompanhamento das atividades formativas.

Em atividades a distância, as TDICs permitem a continuidade do processo educativo,

garantindo suporte pedagógico, orientação acadêmica e acesso a conteúdos em diferentes formatos, como textos, vídeos, áudios e recursos interativos. Ferramentas como ambientes virtuais de aprendizagem, salas de videoconferência e repositórios digitais possibilitam que todos(as) os(as) envolvidos(as) no curso participem ativamente, independentemente de sua localização geográfica ou das condições individuais de aprendizagem, assegurando a inclusão e o uso de tecnologias assistivas quando necessário.

O uso das TDICs e das tecnologias assistivas promove interatividade constante entre docentes e discentes, permitindo debates, trocas de experiências, coautoria em produções acadêmicas, desenvolvimento de projetos colaborativos e acompanhamento individualizado do progresso dos estudantes. Além disso, os recursos digitais garantem a acessibilidade aos materiais do curso, favorecendo a participação plena de estudantes com necessidades educacionais especiais, por meio de softwares, leitores de tela, legendas, audiodescrição e adaptações específicas de conteúdo e formato.

A inovação pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia não se limita à adoção de tecnologias digitais, mas implica também mudanças nas concepções de ensino e aprendizagem, adotando metodologias ativas, centradas na autonomia dos sujeitos, no estímulo à criatividade, na resolução de problemas e na elaboração de projetos contextualizados. A integração de TDICs e tecnologias assistivas contribui para a formação de docentes críticos, reflexivos e preparados para atuar em contextos diversos, fortalecendo competências que englobam a comunicação, a colaboração, o pensamento crítico, a inclusão e o protagonismo estudantil.

Dessa forma, o curso proporciona uma formação docente que alia prática pedagógica inovadora, acessibilidade e uso estratégico das tecnologias digitais, preparando os(as) licenciandos(as) para atuar de forma inclusiva, eficiente e transformadora na Educação Básica e em outros espaços educativos contemporâneos.

3.8 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é uma atividade didática necessária e acompanhará o processo de ensino e aprendizagem ao longo do curso, norteando o trabalho conjunto do(a) professor(a) e do(a) aluno(a) em consonância com os objetivos propostos. Seu principal intuito é constatar os progressos e as dificuldades dos(as) estudantes, possibilitando reorientações pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e contribuam para a formação integral. Entende-se que a avaliação é uma tarefa complexa e não se limita à realização de provas ou à simples atribuição de notas. A

mensuração de resultados fornece informações que devem ser analisadas de forma qualitativa, considerando não apenas o rendimento escolar, mas também as funções educativas do processo.

No panorama institucional, a avaliação da aprendizagem deve promover a melhoria da qualidade da educação, com ênfase no acompanhamento contínuo dos processos individuais e coletivos de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a avaliação assume caráter contínuo e cumulativo, sendo parte integrante do ato educativo, com ênfase nas funções diagnóstica, formativa e somativa. A função diagnóstica ocorre no início do processo, auxiliando o(a) professor(a) a identificar os conhecimentos prévios dos(as) alunos(as), permitindo o redirecionamento do planejamento. A função formativa propicia o acompanhamento do percurso de aprendizagem dos(as) discentes, favorecendo reorientações permanentes e ações que promovam o desenvolvimento. Já a função somativa é realizada ao final de um ciclo, com o objetivo de classificar os(as) estudantes quanto ao nível de desenvolvimento alcançado.

A partir da concepção de Libâneo (2013), compreende-se que a avaliação escolar deve cumprir pelo menos três funções interdependentes: pedagógico-didática, diagnóstica e de controle. A função pedagógico-didática está relacionada ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar. A função diagnóstica permite a identificação de progressos e dificuldades dos(as) estudantes, possibilitando a reorganização das práticas pedagógicas. A função de controle diz respeito à sistematização e periodicidade das verificações, além da qualificação dos resultados escolares, contribuindo para a análise das situações didáticas.

Além dessas funções, a avaliação também deve estar ancorada em princípios como a cooperação, a pesquisa e a dialogicidade. A cooperação se manifesta quando o processo avaliativo é construído de forma compartilhada, considerando a escuta ativa, a corresponsabilidade entre docentes e discentes e o fortalecimento de vínculos pedagógicos. A pesquisa implica compreender a avaliação como um processo investigativo, voltado para a análise crítica do percurso formativo e dos contextos de aprendizagem, que permite intervenções pedagógicas mais assertivas. Já a dialogicidade, inspirada em uma perspectiva freiriana de educação, reconhece que o ato de avaliar deve ser um momento de escuta, de construção coletiva de sentidos e de reconhecimento das trajetórias individuais, respeitando o tempo e a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo formativo.

Superando a lógica tradicional de verificação, muitas vezes restrita à confirmação de conteúdos, o ato de avaliar deve ser entendido como um momento de análise crítica e valorativa do processo educativo. Conforme destaca Luckesi (2011, p. 52), a avaliação é a “coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de valor ou qualidade, que se

processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto.” Portanto, a avaliação exige tomada de decisão, direcionamento e reflexão constante, sendo um instrumento essencial para a melhoria da qualidade da aprendizagem.

Nesse contexto, a avaliação no curso de Licenciatura em Pedagogia será realizada considerando as especificidades da formação e serão mediadas diretamente pelo(a) professor(a), utilizando múltiplas estratégias avaliativas alinhadas aos objetivos de cada componente curricular. Entre essas estratégias, destacam-se: autoavaliação; arguições; fichas de observação; estudo de casos; exercícios; experimentações em laboratório; exposições; inventários; levantamento de campo; observação; relatórios; resolução de situações-problema; produção de artigos; projetos de pesquisa e extensão; provas escritas; trabalhos individuais e coletivos; utilização de programas computacionais, entre outros. O acompanhamento pedagógico será constante e possibilitará devolutivas formativas presenciais, promovendo reflexões conjuntas e reorientações necessárias. O Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) será utilizado como sistema oficial para o registro das avaliações, médias, frequência e informações acadêmicas.

Para além disso, as estratégias avaliativas terão caráter contínuo, processual e formativo, considerando os contextos socioculturais dos(as) estudantes e suas condições de acesso a recursos educacionais. As atividades poderão ser planejadas, com orientações claras quanto aos objetivos, prazos e critérios, permitindo a realização em ambiente comunitário. Serão priorizadas metodologias que valorizem a autonomia, a investigação e a produção de conhecimentos vinculados à realidade da educação brasileira. O acompanhamento e a mediação das aprendizagens poderão se dar por meio de ambientes virtuais, como o Google Classroom, o Google Meet ou outras plataformas institucionais, viabilizando o envio das atividades, a devolutiva dos(as) professores(as) e o acompanhamento individual e coletivo. Sempre que possível, serão considerados o acesso às tecnologias e a conectividade local. Quando o acesso digital não for viável, serão adotadas estratégias presenciais ou alternativas, combinadas previamente entre docentes e discentes.

Ao longo de cada componente curricular, será incentivado o uso de, no mínimo, dois instrumentos avaliativos distintos por componente curricular, garantindo a diversidade metodológica e o respeito à complexidade dos processos de aprendizagem.

Os critérios, instrumentos e valores atribuídos às avaliações serão apresentados no início de cada período letivo, assegurando clareza e participação ativa dos(as) estudantes no processo

avaliativo. O(A) estudante terá garantido o direito de acesso aos resultados das avaliações, às médias e ao controle de frequência, por meio do SUAP.

O controle da frequência é parte integrante do acompanhamento acadêmico e da avaliação do processo formativo no Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, devendo refletir não apenas a presença física, mas também o envolvimento efetivo dos(as) estudantes nas atividades de ensino e aprendizagem.

A frequência será registrada de forma presencial, em cada encontro, considerando a participação efetiva do(a) estudante nas aulas, oficinas, práticas, atividades em laboratório, projetos de extensão e demais atividades presenciais previstas no plano de ensino do componente curricular.

Compreendendo as especificidades da formação do(a) pedagogo(a) e a necessidade de articulação com os contextos escolares, o controle de frequência se dará prioritariamente pela realização das atividades pedagógicas propostas pelos(as) docentes e acordadas previamente com os(as) estudantes. As tarefas poderão envolver projetos, estudos dirigidos, pesquisas, produção de materiais, registros reflexivos, entre outras ações formativas vinculadas aos objetivos do curso e dos componentes curriculares. A entrega ou apresentação dessas atividades, conforme orientações específicas, será considerada critério para cômputo da frequência correspondente ao período de realização.

O acompanhamento será realizado mediante registros no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), sendo responsabilidade do(a) docente assegurar o lançamento das informações de frequência conforme as normas institucionais.

Este procedimento visa assegurar a participação efetiva dos(as) estudantes no seu processo formativo, respeitando os diferentes tempos e espaços do curso e valorizando a autonomia, a corresponsabilidade e a articulação no desenvolvimento das atividades.

O registro do rendimento acadêmico considerará a assiduidade e o desempenho qualitativo e quantitativo do(a) estudante em cada componente curricular. Para aprovação, exige-se o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e média igual ou superior a 7,0 (sete) nas avaliações realizadas ao longo do período letivo.

O instrumento final de avaliação, quando necessário para recuperação, será estruturado como oportunidade de superação das dificuldades, mediante retomada dos conteúdos e resolução de dúvidas. Essa avaliação final, escrita ou prática, exigirá média mínima de 5,0 (cinco) para aprovação.

Após o final de cada semestre, o(a) estudante terá registrado em seu histórico o Coeficiente de Rendimento Escolar (CRE), correspondente à média dos componentes cursados com aprovação ou reprovação, ressalvando que componentes reprovados por falta não serão considerados para o cálculo do CRE.

Para colação de grau, o(a) estudante deverá ter sido aprovado(a) em todos os componentes obrigatórios, cumprido a carga horária prevista para as Atividades Curriculares Complementares e disciplinas optativas, concluído o TCC e as horas exigidas de Estágio Supervisionado Curricular, conforme a legislação vigente.

As avaliações ocorrerão ao longo de cada semestre, de acordo com a Organização Acadêmica do IFSertãoPE, com registro sistemático no SUAP. Casos omissos ou situações específicas serão analisados pelo Colegiado de Curso, à luz da legislação educacional e dos princípios pedagógicos que fundamentam esta proposta formativa.

3.9 Estágio Supervisionado

Segundo a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta os estágios, o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do(a) estudante. O estágio integra o itinerário formativo do(a) educando(a) e faz parte do projeto pedagógico do curso.

No IFSertãoPE, o estágio curricular está regulamentado pela Resolução nº 54/2022 do Conselho Superior, que aprova o Regulamento de Estágio para Cursos do IFSertãoPE. O Regulamento descreve o estágio curricular como um conjunto de atividades que tem como objetivos:

-  relacionar os conteúdos e contextos para ressignificar as aprendizagens.
-  integrar vivência e prática profissional ao longo do curso;
-  possibilitar a prática de atividades que contemplem aspectos sociais, profissionais, científicos e culturais;
-  favorecer a vivência de situações reais de vida e de trabalho;
-  estimular a interação com o mundo do trabalho;
-  favorecer a transição da vida estudantil para o mundo do trabalho;
-  contextualizar conhecimentos advindos dos ambientes de trabalho para retroalimentação dos cursos.

O Estágio Curricular Supervisionado caracteriza-se como um tempo de aprendizagem, que envolve a reflexão, a pesquisa e a prática, em diferentes espaços educativos tendo como objetivo possibilitar aos(as) licenciando(as) o contato com a realidade educacional e a práxis pedagógica,

possibilitando condições para o estabelecimento de relações entre o cotidiano pedagógico e a reflexão teórica. Nesta perspectiva compreendemos que “o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental” (Pimenta; Lima, 2006, p. 06). Assim, o Estágio se configura como uma imersão nas práticas e atividades desenvolvidas nas instituições de educação, escolares e não escolares, na interação dos pedagogos e pedagogas “com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa” (Pimenta; Lima, 2006, p. 06).

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia, como efetiva atividade da prática docente, está previsto para acontecer nos dois últimos anos do curso. No entanto, compreendemos que as discussões teórico-práticas da docência, que dão embasamento a estes estágios, deverão ser construídas pelos(as) discentes desde os primeiros semestres e ao longo de todo o curso, por meio dos diversos componentes curriculares. Ao propormos esta concepção, entendemos a importância do contato com a realidade

[...] desde o início do curso, possibilitando que a relação entre os saberes teóricos e os saberes das práticas ocorra durante todo o percurso da formação, garantindo, inclusive, que os alunos aprimorem sua escolha de serem professores a partir do contato com as realidades de sua profissão (Pimenta; Lima, 2006, p. 21).

Entendemos que estas realidades da profissão de que nos fala as autoras no excerto acima, se materializam em diversos espaços educativos, escolares e não escolares, que exigem dos professores e das professoras saberes teóricos e práticos para organizar, planejar e intervir nos processos educativos. Neste sentido, no Curso de Pedagogia o Estágio se efetivará por meio de 04 (quatro) componentes curriculares, perfazendo um total de 405 horas.

O primeiro componente de estágio acontece no 5º semestre como Pesquisa e Estágio em Espaços não Escolares, com carga horária de 90 horas. O campo de estágio são espaços educativos não escolares, como: ONGs, empresas, associações, sindicatos, hospitais, movimentos sociais, projetos socioeducativos. A sua efetivação ocorre com a elaboração e execução de projetos educativos em uma perspectiva ampla, por meio de pesquisa exploratória, trabalho de conhecimento da realidade não escolar e intervenção.

No 6º semestre o componente configura-se como Pesquisa e Estágio em Educação Infantil, com carga horária de 120 horas. O campo de estágio nesta etapa são as Instituições de Educação Infantil da rede pública municipal que possuam Educação Infantil, bem como iniciativas comunitárias que desenvolvam esta modalidade de educação. A sua efetivação ocorre através da atuação dos(as)

alunos(as) do curso como docentes nas referidas turmas, sempre com o acompanhamento do(a) professor(a).

No 7º semestre, acontece o terceiro estágio, como Pesquisa e Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 120 horas. O campo de estágio são as escolas da rede pública que possuam classes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, projetos de alfabetização de pessoas jovens e adultas (nestes casos, as práticas de estágio poderão ocorrer em projetos da iniciativa comunitária). A efetivação do estágio ocorre através da atuação dos(as) alunos(as) do curso como docentes nessas classes, sempre sob a supervisão do(a) professor(a).

No 8º semestre acontece o último dos componentes de estágio como Pesquisa e Estágio em Gestão, com carga horária de 75 horas. O campo de estágio são as Instituições de Educação Infantil e Escolas da rede pública municipal e/ou estaduais, secretarias municipais e/ou estaduais de educação. A sua efetivação ocorre através da atuação dos(as) alunos(as) nesses espaços, por meio do acompanhamento orientado, na área de gestão escolar e educacional a partir da observação das dinâmicas das instituições e de intervenção planejada a partir das demandas concretas do ambiente onde o estágio se efetivará.

No curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, as disciplinas de estágio, quando pensadas sob a denominação Pesquisa e Estágio, revelam uma concepção formativa que ultrapassa a ideia de prática supervisionada restrita à observação ou à regência. Ao adotar esse termo, explicita-se o entendimento de que o estágio não se reduz a um momento final de aplicação do que se aprendeu, mas constitui-se como espaço investigativo, em que teoria e prática se entrelaçam na busca de compreender e ressignificar a realidade educacional.

A presença da palavra Pesquisa indica que a ação docente é, antes de tudo, um movimento de problematização. O(a) futuro(a) pedagogo(a) não apenas observa ou vivencia a escola e seus diferentes contextos educativos, mas aprende a olhar criticamente, a formular questões, a elaborar hipóteses, a construir registros e reflexões que alimentam a prática pedagógica. Assim, o estágio se transforma em um lugar de produção de conhecimento, de diálogo entre saberes acadêmicos e saberes da experiência, de abertura ao novo e de reconhecimento das múltiplas vozes presentes nos espaços educativos.

Nessa perspectiva, Pesquisa e Estágio reforça a identidade da Pedagogia como campo comprometido com a transformação social, pois a prática do estágio, quando articulada à investigação, amplia a capacidade do(a) licenciando(a) de compreender os desafios da educação, propor alternativas e construir práticas inovadoras e inclusivas. O termo, portanto, não é apenas uma escolha semântica,

mas uma postura epistemológica: sinaliza que a formação do(a) pedagogo(a) se dá na tensão criativa entre fazer e refletir, entre viver e compreender, entre atuar e pesquisar.

Dessa forma, ao adotar a denominação Pesquisa e Estágio, o curso reafirma o compromisso com uma formação integral, crítica e humanizada, que prepara o(a) futuro(a) pedagogo(a) para exercer sua profissão com rigor, sensibilidade e consciência do papel transformador da educação.

Para realizá-lo, o(a) discente deverá estar obrigatoriamente matriculado(a) na disciplina pela Secretaria de Controle Acadêmico, estando a matrícula condicionada ao(a) estudante ter disponível vaga de estágio. O estagiário terá um(a) docente orientador(a) do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, indicado pelo Colegiado em acordo com o estagiário(a), que será responsável pela orientação do educando(a) e um(a) supervisor(a), indicado pela escola ou outro espaço educacional, que será responsável pelo acompanhamento das atividades no local do estágio, o qual deverá ser um profissional legalmente habilitado.

O(A) estagiário(a) deverá encaminhar os documentos requeridos e assinar termo de comprometimento junto ao Setor Responsável, e só poderá alterar esse termo com prévia autorização da Coordenação do Curso e do(a) Orientador(a).

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno(a) estagiário(a), devendo constar no Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, o estágio poderá ter jornada semanal de até 40 (quarenta) horas.

No caso de reprovação do componente, o(a) discente deverá repeti-lo em outra oportunidade e o Colegiado do Curso, o(a) professor(a) de Estágio e o(a) orientador(a) estabelecerão novos prazos. Por fim, fica estabelecido que, por ser uma atividade obrigatória, o aproveitamento deste componente curricular dar-se-á, mediante solicitação de aproveitamento, sendo necessário que o(a) estudante solicite abertura de processo de validação por competência conforme legislação vigente, considerando 200 horas como carga horária máxima a ser dispensada.

3.10 Atividades Acadêmico Científico Culturais

As Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC) constituem parte integrante do processo formativo no âmbito do currículo, possibilitando a articulação entre teoria e prática e promovendo a diversificação e o aprofundamento dos estudos. Elas estimulam o(a) discente a participar ativamente de eventos acadêmicos, projetos de iniciação científica, programas de extensão, atividades de pesquisa, práticas pedagógicas supervisionadas e outras experiências que ampliem sua vivência profissional e

acadêmica.

As Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de Licenciatura em Pedagogia destacam que as AACC são componentes enriquecedores, capazes de implementar o perfil do(a) formando(a), favorecendo o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes essenciais ao exercício profissional docente. Por meio dessas atividades, os(as) estudantes ampliam sua capacidade de análise crítica, planejamento e execução de ações educativas, promovendo uma formação alinhada com as demandas contemporâneas da Educação Básica e com a construção de práticas pedagógicas inclusivas, inovadoras e reflexivas.

As AACC permitem ainda que os(as) licenciandos(as) experimentem diferentes contextos educativos, fortalecendo competências de comunicação, trabalho em equipe, liderança, pesquisa e gestão de projetos. Tais experiências contribuem para a construção de uma identidade profissional sólida e para a capacidade de atuar de forma ética, criativa e crítica em diferentes espaços educativos.

No curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista, as AACC podem se constituir de diversas modalidades, tais como:

-  participação em congressos, seminários, encontros e oficinas acadêmicas;
-  atividades de iniciação científica, monitorias e projetos de pesquisa orientados;
-  projetos de extensão, ações comunitárias e programas de educação não formal;
-  produção e apresentação de trabalhos científicos, artigos, relatórios e pôsteres;
-  cursos de atualização, aperfeiçoamento e eventos formativos complementares;
-  experiências de prática pedagógica supervisionada em escolas, instituições educacionais e organizações comunitárias;
-  atividades de integração interinstitucional, envolvendo colaboração com outros cursos ou instituições de ensino.

A realização das AACC será registrada oficialmente no histórico acadêmico do(a) estudante, garantindo o reconhecimento formal dessas experiências como parte do processo formativo. Além disso, essas atividades terão caráter flexível e diversificado, permitindo que cada discente construa trajetórias de aprendizagem personalizadas, alinhadas aos interesses individuais, ao desenvolvimento de competências profissionais e à ampliação de sua visão crítica e reflexiva sobre os processos educativos.

Dessa forma, as AACC no curso de Licenciatura em Pedagogia configuram-se como instrumentos estratégicos para o fortalecimento da formação docente, promovendo a integração entre teoria e prática, incentivando a pesquisa, a extensão e a participação ativa em experiências que

enriquecem o aprendizado e contribuem para a construção de uma prática pedagógica ética, competente e inovadora.

Todas as Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC) devem ser realizadas em espaços pedagógicos e educacionais, com o objetivo de ampliar os conhecimentos acadêmicos, científicos e culturais dos(as) estudantes, integrando seu trabalho acadêmico e profissional com outras áreas do conhecimento.

Para este curso são destinadas 200 (duzentas) horas para a realização das Atividades Acadêmico Científico Culturais, sendo obrigatória sua integralização para graduação do(a) estudante.

A avaliação dessas atividades será realizada por uma comissão específica designada pelo Colegiado do Curso, sendo as normas para sua execução elaboradas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e retificadas pelo colegiado. Essa comissão será responsável por:

- elaborar o Regimento das Atividades Acadêmico Científico Culturais do Curso de Pedagogia, com base nas resoluções vigentes do IFSertãoPE que tratam da matéria;
- orientar os(as) estudantes quanto à realização das atividades complementares, esclarecendo a necessidade de aproveitamento dessas atividades como carga horária obrigatória do curso;
- apresentar aos(as) estudantes um cronograma para abertura do processo de registro e aproveitamento da carga horária das atividades complementares;
- receber e analisar as solicitações de aproveitamento apresentadas pelos(as) estudantes;
- conferir os documentos comprobatórios das atividades realizadas e efetuar o devido registro junto à Coordenação do Curso, à Coordenação de Extensão e à Secretaria de Controle Acadêmico do campus;
- acompanhar o desenvolvimento das Atividades Acadêmico Científico Culturais, incluindo aquelas realizadas no âmbito dos Componentes Curriculares Obrigatórios, Optativos e de Extensão, garantindo a integração acadêmica e interdisciplinar do processo formativo.

3.11 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica que expressa a capacidade dos(as) estudantes de abordar e sistematizar os conhecimentos e habilidades adquiridos no curso de Licenciatura em Pedagogia dever ser realizado individualmente, com tema de livre escolha do(a) discente, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais.

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória para todos(as) os(as) estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, com vistas à colação de grau.

O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas Trabalho de Conclusão de Curso I (45h) e Trabalho de Conclusão de Curso II (45h). Indica-se como etapas do desenvolvimento do TCC: Trabalho de Conclusão de Curso I: Construção e apresentação do projeto de TCC; e para Trabalho de Conclusão de Curso II: Desenvolvimento e execução do projeto de trabalho de conclusão de curso, bem como, escrita e apresentação pública da produção. Poderá cursar o componente curricular TCC II os(as) estudantes que tenham sido aprovados(as) no componente curricular TCC I.

O(A) professor(a) orientador(a) deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus Santa Maria da Boa Vista do IFSertãoPE. Os(As) professores(as) substitutos(as) poderão realizar a orientação de TCC, desde que o seu contrato esteja vigente até o término da referida orientação. No caso de encerramento do contrato, o Colegiado de Curso deverá indicar um(a) novo(a) professor(a) orientador(a) para o(a) discente, podendo o ex-professor(a) substituto(a) continuar como coorientador(a).

O Trabalho de Conclusão de Curso, conforme estabelece a Organização Acadêmica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE (Resolução n.º 41 – CONSUP, de 9 de dezembro de 2020), constitui uma síntese do processo de ensino e aprendizagem teórico-prático vivenciado ao longo da formação e deverá ser orientado por um(a) professor(a) do próprio Colegiado de Curso ou que ministre aula no curso. A definição dos elementos constitutivos do TCC será feita de acordo com a natureza da Licenciatura em Pedagogia e estará detalhada neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), conforme previsto no § 1º do Artigo 44 da Organização Acadêmica.

A escolha da temática a ser abordada deverá estar alinhada com o perfil de conclusão do curso, garantindo que o trabalho final reflita a identidade formativa do(a) futuro(a) professor(a), conforme § 2º. O TCC será apresentado perante uma Banca Examinadora composta por três membros, sendo preferencialmente dois(duas) docentes vinculados(as) ao IFSertãoPE e um(a) externo à instituição, conforme disposto no § 4º. As normas e critérios de avaliação da apresentação serão definidos pela Coordenação do Curso (§ 3º), e o(a) professor(a) orientador(a) presidirá a sessão de defesa, conforme determina o § 5º.

Nos casos em que o TCC for considerado um componente curricular, deverá haver o devido registro das atividades desenvolvidas, devidamente assinado pelo(a) professor(a) responsável (§ 6º).

Ressalta-se, ainda, que cada professor(a) orientador(a), preferencialmente, deverá acompanhar até três estudantes por semestre letivo, exceto em condições adversas (§ 7º).

Assim, o TCC representa uma etapa fundamental no processo formativo, permitindo ao(a) estudante consolidar conhecimentos, desenvolver a autonomia intelectual, aprofundar a reflexão crítica sobre temáticas relevantes para sua área de atuação e contribuir com a produção de saberes contextualizados com os territórios e sujeitos com os quais atuará profissionalmente.

No curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, o TCC será realizado ao longo do último ano de estudos através dos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Os mecanismos de acompanhamento do TCC, além encontros semanais a serem definidos entre aluno(a) e orientador(a), compreendem:

- **pré-banca de avaliação do TCC:** ao final da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso I”, composto pelo docente orientador(a) e dois(duas) outros(as) docentes do curso. A avaliação nesta disciplina considerará a nota da pré-banca, resultado da média das notas atribuídas pelos seus membros;
- **banca examinadora do TCC:** ao final da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II”, composto pelo(a) docente orientador(a), um(a) docente do curso e um membro externo, docente ou não, com experiência comprovada na área do tema e/ou objeto estudado. A participação do membro externo deve ser aprovada previamente pelo(a) docente orientador(a) e pela Coordenação do Curso. A avaliação nesta disciplina considerará a nota da Banca, resultado da média das notas atribuídas pelos membros.

O Colegiado do Curso deverá definir e acompanhar um Regulamento interno, estabelecendo todas as normas e critérios de avaliação específicas relacionadas ao TCC, no curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista. O documento será desenvolvido e anexado a este PPC até o 6º semestre da primeira turma do curso, isto é, até final do terceiro ano de implantação do curso. O Regulamento de TCC deve conter: critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração.

3.12 Critérios de aproveitamento de estudos e/ou validação de competências

O aproveitamento dos estudos é contemplado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), que garante aos(as) alunos(as) de cursos superiores o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores. No IFSertãoPE, de acordo com a Organização Acadêmica, será assegurado o direito ao aproveitamento de estudos realizados o(a) aluno(a) que:

- I. for classificado(a) em novo Processo Seletivo;

- II. ingressar como Portador(a) de Diploma;
- III. tenha sido transferido(a) de outra instituição ou tenha efetuado transferência interna de curso;
- IV. tenha participado de mobilidade estudantil ou tenha cursado o componente curricular com proveito, como aluno(a) regular ou não, em outra instituição.

Ainda segundo a Organização Didática o aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores será feito mediante requerimento enviado à Secretaria de Controle Acadêmico do campus pelo(a) aluno(a) ou por seu representante legal, devendo ser acompanhado dos seguintes documentos:

- I. histórico escolar (parcial/final) com a carga horária e a verificação dos rendimentos escolares dos componentes curriculares;
- II. ementa dos componentes curriculares com programas de ensino, cursados no mesmo nível de ensino ou Curso de nível superior afim.

Vale ressaltar que, considerando a especificidade do curso de Licenciatura em Pedagogia, o aproveitamento de estudos poderá ser concedido apenas para disciplinas ou atividades realizadas em cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, que apresentem conteúdos e competências equivalentes às previstas no currículo do curso de Pedagogia, respeitando os critérios estabelecidos pelo Colegiado do Curso e regulamentados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A verificação do aproveitamento dar-se-á após análise do processo, desde que seja respeitado o mínimo de 75% de similaridade dos conteúdos e a carga horária igual ou superior a do(s) componente(s) do curso pretendido, com parecer favorável do(a) professor(a) do componente curricular e do(a) Coordenador(a) do Curso. Não será concedida dispensa o componente curricular que tenha pré-requisito e que este não tenha sido cumprido.

Outra forma de aproveitamento de experiências anteriores prevista pela Organização Acadêmica do IF Sertão PE é a Avaliação de Competências. Trata-se de um processo de reconhecimento e certificação de estudos, conhecimentos, competências e habilidades anteriormente desenvolvidas por meio de estudos não necessariamente formais ou no próprio trabalho, a qual se dará através de exame individual do(a) aluno(a).

As inscrições para a Avaliação de Competências deverão ser feitas sempre no início de cada período letivo de acordo com o seguinte calendário: o(a) aluno(a) terá prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de início do período letivo para fazer o requerimento junto a Secretaria de Controle Acadêmico. O requerimento será encaminhado à Coordenação do Curso, que comunicará a solicitação à chefia do Departamento de Ensino, indicando nomes de 03 (três) professores(as) da área em questão, do IF Sertão PE ou convidado(a) de outra instituição, para constituição de banca examinadora

através de portaria emitida pela Direção Geral. A Banca Examinadora terá 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da Portaria, para realizar a avaliação e proferir os resultados.

O(A) aluno(a) que submeter-se ao processo de reconhecimento de estudos deverá cursar regularmente, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da carga horária total para a integralização do curso. Não haverá possibilidade de integralização antes do tempo mínimo de 4 (quatro) anos enquanto a primeira turma não estiver formada, visto que o curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Sertão PE Campus Santa Maria da Boa Vista ainda estará em fase de implantação.

Vale salientar que o(a) aluno(a) deverá continuar frequentando todas as aulas em que estiver matriculado(a), conforme a matriz curricular, até o deferimento do pedido de aproveitamento. O(A) discente reprovado(a) no processo de Avaliação de Competência deve cursar integralmente o componente curricular que foi objeto de sua avaliação, e não lhe é permitido requerer novo processo de avaliação para o mesmo componente.

A aceleração de estudos, também prevista na Organização Acadêmica do IF Sertão PE, é a forma de propiciar aos(as) estudantes a possibilidade de avanço nos cursos mediante verificação do aprendizado. Ela correrá nos mesmos moldes da avaliação de competências.

3.13 Políticas institucionais no âmbito do curso

No contexto do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia, as Políticas Institucionais configuram-se como diretrizes fundamentais para a formação integral dos(as) licenciandos(as), orientando práticas acadêmicas, pedagógicas e extensionistas alinhadas aos princípios de inclusão, diversidade e responsabilidade social. Essas políticas abrangem diferentes dimensões da atuação docente, contemplando temas essenciais como a Educação Ambiental, que visa promover a consciência crítica sobre sustentabilidade e preservação do meio ambiente; a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, voltadas à valorização da diversidade cultural e à promoção da equidade; Gênero, Raça e Sexualidade, que estimulam o respeito às diferenças e a construção de ambientes educacionais inclusivos; o Atendimento aos Discentes, garantindo apoio acadêmico e social aos estudantes; a Curricularização da Extensão, integrando ensino, pesquisa e ações comunitárias; e Libras, fortalecendo a acessibilidade e a inclusão de pessoas surdas.

A essas dimensões soma-se a Política de Combate à Evasão, que se constitui como eixo estratégico para assegurar a permanência e o êxito dos(as) estudantes no curso. Essa política prevê ações voltadas ao acompanhamento pedagógico, psicológico e social, à identificação precoce das causas de abandono, à promoção de vínculos entre os(as) discentes e a instituição e ao fortalecimento

de práticas acadêmicas inovadoras que motivem a continuidade dos estudos. O enfrentamento da evasão é entendido não apenas como medida administrativa, mas como compromisso ético e pedagógico de valorização do percurso formativo de cada estudante, garantindo condições para que todos(as) tenham acesso, permanência e sucesso na educação superior.

Dessa forma, essas políticas não apenas orientam a organização curricular e as práticas do curso, mas também contribuem para a formação de pedagogos(as) comprometidos(as) com uma educação democrática, plural e transformadora, que compreende a diversidade como valor e reconhece a permanência estudantil como direito.

3.13.1 Educação Ambiental

A proposta formativa do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista considera a educação ambiental como um eixo transversal essencial à formação docente, comprometida com a preservação da vida, a sustentabilidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas responsáveis e conscientes. Mais do que um conteúdo disciplinar, a temática ambiental é abordada como uma dimensão ética, crítica e política da formação, que envolve a construção de valores, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente e à promoção de uma sociedade sustentável.

Essa compreensão está em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/1999), que estabelece a educação ambiental como componente permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto no âmbito formal quanto no não formal. A legislação reforça o compromisso das instituições de ensino com a formação de sujeitos conscientes e capazes de atuar na proteção ambiental e na promoção da qualidade de vida.

No curso de Licenciatura em Pedagogia, a transversalidade da educação ambiental se dá por meio de componentes curriculares que abordam o tema em diálogo com as práticas pedagógicas, a gestão escolar, a sociologia da educação, as metodologias de ensino e outras áreas do conhecimento. Além disso, há a previsão de um componente curricular específico dedicado à Educação Ambiental, que permitirá o aprofundamento teórico e prático da temática, embora o curso reconheça a importância do atravessamento contínuo dessa abordagem em todos os componentes curriculares, garantindo que a sustentabilidade e a consciência ambiental permeiem toda a formação do(a) pedagogo(a).

O currículo do curso tem como objetivo desenvolver nos(as) licenciandos(as) competências essenciais para compreender os princípios da sustentabilidade e da ecologia, bem como suas estreitas relações com a educação. Nesse sentido, busca-se capacitar os(as) futuros(as) profissionais para

planejar e implementar práticas pedagógicas que incorporem conceitos de preservação ambiental e cidadania ecológica, promovendo a integração de conhecimentos interdisciplinares que articulem ciência, educação e ação social em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o currículo incentiva o desenvolvimento de projetos educativos que promovam a conscientização ambiental em diversos contextos escolares e comunitários.

Tal situação ressalta a relevância de formar pedagogos(as) conscientes da dimensão socioambiental de sua prática profissional, evidenciando que a educação vai além da transmissão de conteúdos e deve assumir um papel transformador na sociedade. Ao desenvolver competências voltadas à sustentabilidade, ecologia e as questões ambientais como um todo, o currículo do curso não apenas amplia o repertório teórico dos(as) futuros(as) docentes, mas também os(as) prepara para enfrentar desafios contemporâneos, como a degradação ambiental e a desigualdade social, de maneira crítica e propositiva.

Essa perspectiva reflete diretamente na prática do(a) pedagogo(a), uma vez que o planejamento e a implementação de estratégias pedagógicas fundamentadas na preservação ambiental e na cidadania ecológica promovem aprendizagens significativas e contextualizadas. Ao integrar saberes interdisciplinares, o(a) futuro(a) docente consegue articular ciência, educação e ação social, fortalecendo projetos de ensino, pesquisa e extensão que dialogam com a realidade concreta de alunos(as) e comunidades. Dessa forma, o currículo contribui para a formação de profissionais capazes de criar experiências educativas que despertem a consciência ambiental, incentivem o engajamento comunitário e promovam mudanças de comportamento que favoreçam a sustentabilidade.

Para alcançar esses objetivos, serão adotadas estratégias formativas que incluem o desenvolvimento de projetos interdisciplinares voltados à sustentabilidade e ao cuidado com o meio ambiente, bem como a inserção de temáticas relacionadas à educação ambiental, ecologia e cidadania ambiental nos componentes curriculares obrigatórios e optativos. As atividades de extensão e os projetos educativos em escolas e espaços comunitários buscarão promover a conscientização ambiental, a recuperação de áreas degradadas e práticas sustentáveis. Complementarmente, serão realizados seminários, oficinas e rodas de conversa sobre os impactos da degradação ambiental e estratégias de preservação, incentivando a produção de materiais didáticos e pedagógicos que incorporem os conceitos de sustentabilidade e educação ambiental.

Por fim, o currículo prevê o estabelecimento de parcerias com organizações sociais e ambientais que atuam na preservação do meio ambiente, oferecendo aos(as) licenciandos(as) experiências práticas e articulando o aprendizado com a realidade social.

A presença da educação ambiental no PPC não apenas atende às diretrizes legais e institucionais, mas reafirma um compromisso ético e pedagógico com a formação de educadores(as) capazes de atuar de forma crítica e transformadora, promovendo práticas educativas que contribuam para a sustentabilidade e a preservação da vida.

Dessa forma, a educação ambiental no curso de Licenciatura em Pedagogia é compreendida como um campo de articulação entre ciência, prática pedagógica e ação social, capaz de mobilizar estudantes, docentes e a comunidade acadêmica na construção de uma educação comprometida com a sustentabilidade, a interdisciplinaridade e a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

3.13.2 Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são pilares centrais na formação do(a) futuro(a) pedagogo(a), pois permitem que ele(ela) compreenda a diversidade cultural do Brasil de maneira crítica e sensível, reconhecendo a importância de construir práticas educativas inclusivas e socialmente justas. Amparada pela Lei n.º 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e pela Lei n.º 11.645/2008, que incluiu também a História e Cultura Indígena, essa formação atende ainda às diretrizes da Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004, que orienta os cursos de licenciatura a contemplarem de forma sistemática a temática das relações étnico-raciais em seus currículos.

No decorrer do curso, os(as) licenciandos(as) são convidados a vivenciar e refletir sobre essas questões em diferentes espaços e atividades. Componentes como Relações Étnico-Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Direitos Humanos, Diversidade e Educação, Educação Indígena e Educação Quilombola oferecem um olhar aprofundado sobre a trajetória dos povos afrodescendentes e indígenas, abordando suas culturas, histórias, lutas e contribuições para a sociedade brasileira. Mais do que conteúdos teóricos, esses componentes incentivam o(a) futuro(a) pedagogo(a) a pensar sua prática docente de forma ética e inclusiva, promovendo o respeito às diferenças e o fortalecimento da identidade e do protagonismo de todos os(as) estudantes.

A formação não se restringe às disciplinas isoladas: os(as) estudantes terão oportunidades concretas de integrar teoria e prática por meio de projetos pedagógicos e atividades de extensão. Eles(as) poderão, por exemplo, desenvolver materiais didáticos que contemplem referências culturais diversas, organizar oficinas e rodas de conversa em escolas sobre história afro-brasileira e indígena, ou participar de visitas a quilombos e aldeias indígenas, experiências que aproximam o conhecimento acadêmico da realidade social. Esse contato direto com comunidades e contextos diversos contribui

para a compreensão de como as desigualdades históricas se refletem no ambiente escolar e como a educação pode ser instrumento de transformação social.

Além disso, o curso estimulará a reflexão crítica sobre temas como identidade étnica, discriminação, racismo e desigualdade social, preparando os(as) futuros(as) pedagogos(as) para mediar discussões em sala de aula e elaborar estratégias pedagógicas que promovam inclusão e equidade. Dessa maneira, a Educação das Relações Étnico-Raciais deixa de ser apenas um requisito legal ou um conteúdo curricular, tornando-se princípio orientador da formação docente. O(A) pedagogo(a) formado(a) nesse curso estará apto a construir ambientes educativos acolhedores, democráticos e culturalmente sensíveis, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes de sua diversidade e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.13.3 Gênero, raça e sexualidade

A promoção da igualdade de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero é um dos fundamentos essenciais para a formação do(a) futuro(a) pedagogo(a), pois reflete o compromisso da educação com a diversidade e os direitos humanos. O direito a uma educação inclusiva e igualitária encontra respaldo em marcos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), a Lei Maria da Penha (2006), as Diretrizes Nacionais de Educação e Diversidade e as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (art. 16), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação. A proteção desses direitos também está garantida em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, entre eles a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Além disso, o Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014) reforça a implementação de políticas e programas educacionais que combatam todas as formas de discriminação, incluindo desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero, promovendo a diversidade e os direitos humanos na educação brasileira.

No curso de Pedagogia, essas questões serão abordadas de forma consistente, principalmente por meio do componente Direitos Humanos, Diversidade e Educação, que oferecerá aos(as) licenciandos(as) ferramentas para compreender, analisar e intervir em situações de desigualdade e discriminação nos contextos escolares. Entretanto, o compromisso com gênero, raça e sexualidade

ultrapassa os limites de um componente isolado: é fundamental que essas temáticas atravessem transversalmente todo o currículo, permeando atividades teóricas, práticas, projetos de extensão, estágios e experiências comunitárias. Dessa maneira, os(as) futuros(as) pedagogos(as) serão preparados(as) para identificar e enfrentar preconceitos, criando ambientes escolares que valorizem o respeito às diferenças, a inclusão e a equidade.

A reflexão sobre gênero, raça e sexualidade durante a formação no curso de Licenciatura em Pedagogia permitirá que o(a) futuro(a) pedagogo(a) desenvolva uma postura crítica e ética, compreendendo que a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas atua como espaço de construção social e cultural. Ao vivenciar atividades práticas, como a elaboração de projetos pedagógicos inclusivos, a mediação de debates sobre diversidade em sala de aula, ou a participação em ações extensionistas em comunidades e escolas, os(as) licenciandos(as) terão a oportunidade de perceberem como as desigualdades históricas se manifestam nas relações escolares e como a prática educativa pode se tornar um instrumento de transformação social. Essa experiência concreta contribuirá para consolidar a compreensão de que o respeito à diversidade e a promoção da igualdade são dimensões inseparáveis da atuação docente.

Assim, o tratamento de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero não se configurará apenas como uma exigência legal ou normativa, mas como princípio orientador da formação pedagógica. Ele preparará profissionais capazes de construir ambientes educativos acolhedores, inclusivos e democraticamente comprometidos, fortalecendo a consciência crítica dos(as) estudantes e fomentando a valorização da diversidade como eixo central da educação. O(A) pedagogo(a) formado(a) nesse curso se tornará, portanto, um agente de transformação social, capaz de atuar com sensibilidade, ética e competência na promoção da equidade, contribuindo para uma sociedade mais justa, plural e respeitosa.

3.13.4 Atendimento aos(as) discentes

A permanência e o êxito dos(as) estudantes matriculados(as) no curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) Campus Santa Maria da Boa Vista são compreendidos como dimensões fundamentais de um compromisso institucional mais amplo com a equidade e o direito à educação superior de qualidade. Superando uma concepção assistencialista, as ações de apoio ao(à) discente devem se configurar como políticas públicas de enfrentamento às desigualdades históricas, sociais e territoriais que atravessam os trajetos educacionais.

Mais do que um conjunto de auxílios financeiros ou serviços complementares, a política de assistência estudantil precisa reconhecer que o acesso à universidade, por si só, não garante o direito à permanência nem à conclusão do curso com êxito. Por isso, é imprescindível que as instituições assumam uma abordagem intercultural, antirracista e decolonial, que leve em conta as especificidades dos modos de vida, suas identidades, línguas, práticas culturais e condições materiais, criando mecanismos concretos de acolhimento, permanência e valorização.

Esse compromisso se materializa, no âmbito da política nacional, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto n.º 7.234/2010, que orienta as instituições federais a implementarem ações de apoio à alimentação, moradia, transporte, saúde, material didático, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No IFSertãoPE, essa política é regulamentada pela Resolução n.º 46/2015 do Conselho Superior, que organiza a assistência estudantil em três grandes dimensões: programas universais, programa de apoio a pessoas com necessidades educacionais específicas e programas específicos.

Os programas universais atendem a todo o corpo discente da instituição, com prioridade para estudantes oriundos(as) da rede pública e com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Entre as ações previstas estão o seguro de vida institucional; o atendimento biopsicossocial, com foco em saúde preventiva, primeiros socorros e saúde mental; o fornecimento de material escolar básico; e incentivos à prática de atividades físicas, à produção artística, à cultura e à participação cidadã. Também é ofertado apoio para a participação em eventos acadêmicos, científicos, culturais e visitas técnicas.

O acompanhamento pedagógico é desenvolvido pelo Núcleo Pedagógico (NuPe), composto por pedagogos(as) e técnicos(as) em assuntos educacionais. O NuPe atua de forma estratégica no acolhimento dos(as) estudantes, na mediação pedagógica, no nivelamento, na orientação de estudos e na reorganização dos percursos formativos. Promove ainda rodas de conversa, seminários, atendimentos individuais e coletivos, sempre atento às especificidades dos(as) estudantes, em diálogo com os(as) docentes e com os demais setores institucionais.

No campo da inclusão, destaca-se o trabalho do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), responsável por planejar e implementar ações de acessibilidade física, comunicacional, metodológica e pedagógica. Embora tenha como foco principal estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o NAPNE pode colaborar com a construção de estratégias que também atendam às barreiras linguísticas,

comunicacionais e culturais enfrentadas pelos(as) estudantes, contribuindo para um processo formativo mais inclusivo e respeitoso da diversidade.

Já os programas específicos preveem auxílios como moradia, transporte, creche, material didático, apoio emergencial, incentivo à prática esportiva e à produção artística e cultural. São voltados prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade, reforçando o compromisso institucional com a democratização do acesso e a garantia da permanência com dignidade. Esses apoios são condicionados à frequência regular e ao compromisso com os componentes curriculares, sendo acompanhados por meio do trabalho integrado do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do NuPe, do NAPNE e das coordenações institucionais de assistência estudantil.

Para além das ações previstas, o curso reconhece a necessidade de ampliar e aprofundar estratégias voltadas à permanência qualificada dos(as) estudantes, tais como:

-  elaboração de editais específicos de assistência estudantil para estudantes;
-  criação de comissões de acompanhamento dos programas de permanência;
-  oferta de rodas de conversa, grupos de escuta e atendimento psicopedagógico;
-  apoio à formação de coletivos e centros acadêmicos;
-  fortalecimento de programas de monitoria e tutoria entre pares;
-  incentivo à participação em projetos de pesquisa, extensão e ações comunitárias que valorizem os saberes docentes;
-  produção e acesso a materiais didáticos e contextualizados.

Assim, mais do que uma política de suporte, o apoio ao(à) estudante deve ser compreendido como uma expressão viva do direito à educação em sua integralidade, enquanto presença, permanência, pertencimento, escuta e reconhecimento. É papel deste Projeto Pedagógico de Curso explicitar, com a devida centralidade, tais ações como dimensões estruturantes da proposta formativa, assegurando que o espaço acadêmico não apenas acolha os(as) estudantes, mas também se reinvente e se transforme a partir da potência de suas presenças.

3.13.5 Política de combate à evasão

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Sertão PE Campus Santa Maria da Boa Vista está alinhado às diretrizes e finalidades previstas no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano de Ação Institucional do campus. Sua proposta está comprometida com a promoção de uma formação docente, pautado pelo reconhecimento da diversidade étnica e cultural e pela valorização dos saberes docentes em articulação com os conhecimentos científicos e acadêmicos.

Essa proposta formativa compreende que garantir o acesso ao Ensino Superior é apenas o primeiro passo para a efetivação do direito à educação. É necessário assegurar condições reais e simbólicas que favoreçam o desenvolvimento pleno dos(as) estudantes em sua trajetória acadêmica, por meio de um processo pedagógico dialógico, crítico e sensível às realidades socioculturais, territoriais e linguísticas desses sujeitos. Nesse sentido, o curso busca oferecer experiências de aprendizagem que articulem ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável, conforme os princípios definidos na Constituição Federal de 1988 e reafirmados pelas políticas públicas educacionais para a educação superior no Brasil.

A política de ensino do IFSertãoPE orienta-se pela valorização da formação integral dos(as) estudantes, promovendo metodologias participativas, interdisciplinares, ativas e contextualizadas. No curso, esse compromisso se traduz na organização de um currículo que possibilita o diálogo entre os diversos saberes, reconhecendo a pluralidade de epistemologias e os modos próprios de aprender e ensinar. Os componentes curriculares foram concebidos para favorecer a apropriação crítica dos conteúdos pedagógicos em suas dimensões histórica, social e política, bem como sua ressignificação a partir das vivências coletivas.

A pesquisa constitui uma dimensão formativa essencial. Ao incentivar o desenvolvimento de projetos de iniciação científica, o curso promove o protagonismo estudantil e fortalece a autonomia intelectual e política dos(as) futuros(as) docentes. A produção de conhecimento no contexto da formação docente é compreendida não apenas como exercício acadêmico, mas como afirmação identitária e resistência epistêmica.

No campo da extensão, o curso reconhece o território como espaço pedagógico legítimo. As ações extensionistas valorizam o diálogo entre saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, favorecendo o intercâmbio de experiências formativas. Projetos nas áreas da educação, sustentabilidade, diversidade, ambiental, língua e cultura fortalecem a função social da formação docente e ampliam as possibilidades de ação educativa nas coletividades às quais os(as) estudantes pertencem.

Nesse cenário, o enfrentamento à evasão e à retenção torna-se uma pauta prioritária e estruturante. O PDI do IFSertãoPE reconhece essa complexidade e explicita, entre seus objetivos estratégicos, a promoção de políticas acadêmicas voltadas à permanência qualificada dos(as) estudantes nos cursos superiores, por meio da melhoria contínua da qualidade do ensino, da revisão dos projetos pedagógicos de curso, da formação continuada dos(as) docentes e do fortalecimento de metodologias inovadoras e sensíveis às realidades dos(as) estudantes. O documento destaca, ainda, a importância de ações institucionais que garantam não apenas a permanência física do(a) estudante,

mas também seu pertencimento, sua escuta e sua valorização enquanto sujeito de direitos e produtor(a) de saberes.

No âmbito do Campus Santa Maria da Boa Vista, essas diretrizes se concretizam por meio da atuação da Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito, que realiza diagnósticos qualitativos e quantitativos sobre os índices de evasão e retenção, elabora planos estratégicos de intervenção e monitoramento, propõe ações pedagógicas e institucionais voltadas à permanência, e avalia os impactos dessas medidas em ciclos contínuos. Tais iniciativas contribuem para que o curso se mantenha sensível às condições reais enfrentadas pelos(as) estudantes e atue de forma propositiva na superação dos obstáculos que comprometem o percurso formativo.

Nesse processo, torna-se essencial o envolvimento coletivo e intersetorial da comunidade acadêmica, considerando que o combate à evasão não se faz apenas com mecanismos de controle ou sanção, mas sobretudo com escuta, acolhimento, adaptação curricular, abertura ao diálogo e construção conjunta de soluções que respeitem os tempos, as lutas e as particularidades de cada estudante.

Assim, a formação ofertada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia não se limita à oferta de conteúdos ou à preparação técnica para o exercício docente. Ela está profundamente vinculada às políticas institucionais de educação superior, aos compromissos éticos assumidos no PDI e à defesa de uma formação que reconhece os(as) estudantes como sujeitos de direito, saber e transformação. Ao combater a evasão com estratégias estruturadas e sensíveis à diversidade, o curso reafirma seu papel na construção de uma educação pública que acolhe, escuta, forma e transforma.

3.13.6 Curricularização da Extensão

Conforme o artigo 3º da Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de Ensino Superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, p. 09).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), instituído pela Lei n.º 13.005/2014, estabelece na Meta 12, item 12.7, a obrigatoriedade de se “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Em consonância, a

Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regulamentando o disposto na Meta 12.7 do PNE e consolidando a extensão como dimensão formativa indissociável do ensino e da pesquisa.

A extensão se configura como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre a instituição de ensino e a sociedade. Trata-se de um espaço privilegiado de diálogo e de troca de saberes, no qual a comunidade acadêmica e os diferentes setores sociais se reconhecem como sujeitos de conhecimento e de ação. Ao inserir os(as) estudantes em contextos reais, possibilita-se não apenas a aplicação prática dos conteúdos aprendidos, mas também a vivência de processos coletivos de escuta, problematização e elaboração de soluções que respondam às demandas locais e regionais.

A Política Nacional de Extensão, ao propor a “universalização da extensão”, reforça o papel dessa dimensão como eixo estruturante da formação universitária. Tal proposta, assentada na integração, no diálogo, na interdisciplinaridade e na interprofissionalidade, contribui de forma decisiva para o fortalecimento da função social da educação superior e para a formação crítica, ética e comprometida do(a) futuro(a) profissional.

No caso específico da Licenciatura em Pedagogia, a curricularização da extensão adquire significado ainda mais profundo. Formar professores(as) não se limita a transmitir conteúdos, mas implica prepará-los para atuar em contextos educativos diversos, atravessados por contradições sociais, desigualdades históricas e múltiplas demandas. A extensão, nesse sentido, favorece uma formação que ultrapassa os muros da instituição, permitindo ao(à) licenciando(a) compreender a educação como prática social situada, vinculada à construção da cidadania, à defesa da democracia, à valorização da diversidade cultural e ao compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Assim, este Projeto Pedagógico de Curso prevê o cumprimento de, no mínimo, 10% da carga horária total em atividades de extensão integradas à matriz curricular, assegurando a articulação orgânica entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa integração se materializa em processos educativos interdisciplinares, culturais, científicos, tecnológicos e políticos que não apenas aplicam, mas também produzem conhecimentos em diálogo com a realidade social.

Reconhece-se, portanto, que a qualidade do ensino ofertado pelo curso depende da efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental da formação em nível superior. Ao trazer a comunidade para dentro do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista e ao levar a instituição até a comunidade, a extensão potencializa a formação docente, uma vez que coloca o(a) futuro(a) pedagogo(a) diante de situações que exigem análise crítica, postura investigativa e ação transformadora.

A concepção de professor(a) como pesquisador(a), amplamente defendida na literatura acadêmica, ganha, com a curricularização da extensão, uma nova dimensão: a de professor(a)-extensionista, capaz de articular teoria e prática em um movimento contínuo de reflexão-ação-reflexão. Essa perspectiva valoriza a formação integral do(a) docente, que deve ser apto(a) a dialogar com saberes de diferentes áreas, mobilizar referenciais teóricos da pedagogia, da filosofia, da sociologia, da psicologia, da história, entre outras, e construir respostas pedagógicas contextualizadas, críticas e socialmente relevantes.

Nesse horizonte, a Licenciatura em Pedagogia organiza, em sua matriz curricular, quatro componentes extensionistas denominados Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE): *Prática Extensionista I* (75h), *Prática Extensionista II* (90h), *Prática Extensionista III* (90h) e *Prática Extensionista IV* (90h), totalizando 345 horas. Esses componentes oferecem ao(à) estudante a oportunidade de vivenciar experiências diversificadas de inserção comunitária, articuladas às demandas da Educação Básica e às realidades socioculturais da região. Tais práticas possibilitarão não apenas o aprofundamento da vivência escolar, mas também a construção de intercâmbios formativos que qualificam a atuação docente e fortalecerão a identidade profissional do(a) futuro(a) pedagogo(a).

Dessa forma, a curricularização da extensão é compreendida neste projeto não como um apêndice, mas como dimensão central do processo formativo. Ela expressa o compromisso da Licenciatura em Pedagogia com a formação de professores(as) críticos(as), reflexivos(as), éticos(as) e socialmente engajados(as), capazes de compreender a complexidade da realidade educacional brasileira e de atuar de forma transformadora em defesa da emancipação humana.

Além disso, as Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), caracterizadas pelo processo de interação entre o IFSertãoPE e outros setores da sociedade, deverão ser desenvolvidas pelos(as) estudantes no decorrer do curso, sob as seguintes modalidades, conforme a Resolução n.º 07/2021 do CONSUP do IFSertãoPE:

-  **Programas:** conjunto articulado de propostas curriculares e outras ações de extensão, governamentais ou não, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de ensino, pesquisa e de inovação.
-  **Projetos:** conjunto de atividades processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa.
-  **Cursos e Oficinas:** atividades acadêmicas sistematizadas de ensino incluídas nos currículos escolares que permitem ao aluno aprofundamento no seu campo de atuação profissional, através de ações de extensão. Eventos: acontecimento planejado, organizado e

coordenado por servidores(as) docentes e/ou administrativos em conjunto com alunos(as), com objetivos educacionais, comunitários ou promocionais, direcionados às experiências profissionais vinculadas aos cursos institucionais.

 **Prestação de Serviços:** realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros(as), de ordem intelectual ou mão de obra física e/ou produtos, vinculado ao Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), com objetivo de aperfeiçoar a prática profissional discente.

As atividades de extensão, a partir das modalidades previstas neste PPC, devem ser desenvolvidas de forma articulada aos componentes curriculares e realizadas dentro do semestre letivo correspondente. Essa integração tem por finalidade assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a proporcionar aos(as) estudantes experiências formativas vinculadas às demandas da sociedade e ao fortalecimento do compromisso social do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE).

Conforme dispõe a Resolução n.º 07/2021/CONSUP/IFSertãoPE, que trata da curricularização da extensão no âmbito institucional, as ações extensionistas inseridas nos currículos dos cursos devem respeitar o planejamento pedagógico de cada componente, observando as datas de início e término definidas para o período letivo. Ademais, em consonância com a Resolução n.º 58/2021/CONSUP/IFSertãoPE, que regulamenta a operacionalização da curricularização da extensão, é obrigatória a realização do registro das atividades extensionistas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), plataforma institucional utilizada pelo IFSertãoPE para gestão e acompanhamento das ações de extensão.

Somente serão consideradas, para fins de integralização curricular, as atividades devidamente registradas e validadas no SUAP, uma vez que esse procedimento constitui o meio oficial de comprovação da participação discente e de validação do caráter formativo das ações. A ausência de registro no sistema inviabiliza a contabilização da carga horária de extensão, pois impede a verificação e o reconhecimento formal da atividade no processo formativo.

Dessa forma, assegura-se a coerência entre os objetivos pedagógicos, o desenvolvimento das atividades e o cronograma acadêmico institucional, fortalecendo o compromisso com uma formação integral, contextualizada e comprometida com a transformação social.

3.13.7 Língua Brasileira de Sinais

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é muito mais do que um conjunto de sinais: ela representa um instrumento de inclusão, comunicação e cidadania, permitindo que pessoas surdas participem de forma plena na vida escolar e social. No âmbito da formação do(a) pedagogo(a), o domínio e a

compreensão de Libras são essenciais para garantir que a educação seja um espaço de igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e valorização da diversidade. A obrigatoriedade de sua inclusão na formação docente está amparada em marcos legais nacionais, como a Lei n.º 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda; o Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta sua oferta nos cursos de formação de professores(as); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que orienta a formação para a diversidade e a inclusão; e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), que assegura o direito ao atendimento educacional especializado e à acessibilidade linguística.

No currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia, a temática de Libras é contemplada de forma estruturada nos componentes Libras, Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusivas, permitindo aos(as) licenciandos(as) a construção de conhecimentos teóricos e práticos sobre comunicação em Libras, estratégias pedagógicas inclusivas e acessibilidade. Entretanto, essa aprendizagem não se limita apenas a disciplinas isoladas: a Libras deve permear transversalmente todo o curso, integrando-se a atividades de estágio supervisionado, projetos de ensino, pesquisa e extensão, experiências comunitárias e práticas pedagógicas.

Ao longo da formação, os(as) futuros(as) pedagogos(as) vivenciam situações concretas que reforçam a importância da Libras: elaboram atividades pedagógicas acessíveis para estudantes surdos, participam de oficinas e seminários sobre inclusão, interagem com comunidades surdas e refletem sobre a mediação de processos de ensino e aprendizagem que respeitem a diversidade comunicativa. Essas experiências permitem compreender que a inclusão não é um complemento da prática docente, mas um princípio que orienta todas as decisões pedagógicas, desde o planejamento até a avaliação e o relacionamento com os(as) estudantes.

A abordagem transversal da Libras contribui para formar pedagogos(as) sensíveis e éticos(as), capazes de criar ambientes escolares acolhedores, democráticos e acessíveis, promovendo a participação ativa de todos(as) os(as) estudantes, independentemente de suas necessidades ou limitações. Assim, a inclusão da Libras na formação do(a) pedagogo(a) não é apenas uma exigência legal, mas um compromisso pedagógico e social com a construção de uma educação que valorize a diversidade, fortaleça a cidadania e contribua para uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa.

3.14 Ementas

O enfoque e o ementário da Licenciatura em Pedagogia apresentados a seguir indicam os saberes e áreas do conhecimento que poderão ser tratados em cada semestre. Contudo, é importante destacar que cada semestre e cada área do conhecimento estão abertos à ampliação e ao diálogo, de

modo a atender às demandas contemporâneas da educação, sempre respeitando as ementas registradas oficialmente. Dessa forma, o(a) docente terá a responsabilidade de, em conjunto com o colegiado e nos espaços de planejamento, construir planos de trabalho que considerem as necessidades formativas do(a) licenciando(a) e as exigências da realidade educacional em que a disciplina se insere.

Nessa perspectiva, os(as) docentes que atuam nos diferentes períodos definem, de forma colaborativa e contextualizada, os conteúdos e metodologias adotados, promovendo práticas pedagógicas que integrem teoria e prática. Os temas referenciais são trabalhados de maneira transversal, interdisciplinar e multidisciplinar, buscando articular saberes e experiências que contribuam para a formação integral do(a) futuro(a) pedagogo(a).

Compreende-se, portanto, que a concepção de currículo integrada adotada no curso transcende a simples soma de disciplinas ou conteúdos justapostos. Ela propõe uma articulação orgânica entre os diferentes componentes curriculares, de modo que cada um dialogue com os demais, compondo uma rede de significados que fortalece a compreensão global da realidade educacional. Esse modelo curricular rompe com a fragmentação do conhecimento e permite ao(à) licenciando(a) perceber a interdependência entre áreas, saberes e práticas, favorecendo o desenvolvimento de uma visão crítica, criativa e transformadora.

Um currículo integrado também se compromete com a formação integral do(a) estudante, entendida como a articulação entre dimensões cognitivas, éticas, estéticas, sociais, culturais e políticas. Ao priorizar essa integração, o curso busca assegurar que os(as) futuros(as) pedagogos(as) não apenas dominem conteúdos específicos, mas sejam capazes de ressignificá-los diante das demandas da escola, das comunidades e da sociedade em geral. Essa perspectiva se alinha ao que Pacheco (2005) denomina de currículo como projeto social, entendido como prática que possibilita a construção da cidadania e a emancipação humana.

Dessa maneira, cada disciplina contribui para que o(a) licenciando(a) compreenda a pedagogia como campo de reflexão e ação, capaz de responder às complexas demandas sociais, culturais e educacionais da atualidade. Os conteúdos trabalhados, quando contextualizados e problematizados, permitem ao(à) estudante perceber a educação como ciência viva, dinâmica, em constante transformação, fortalecendo o compromisso com a construção de práticas educativas inovadoras, emancipatórias e socialmente relevantes.

São apresentados a seguir, de forma detalhada, os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia, com suas ementas e referências bibliográficas, em consonância com o percurso formativo estabelecido pela matriz curricular.

3.14.1 Componentes Curriculares Obrigatórios por Semestre

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
1º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO		Código: EDU04	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. Perspectivas Antropológicas clássicas e a Educação. Contribuições da Antropologia contemporânea para a Educação. Interseccionalidade e Educação. Método Etnográfico aplicado na pesquisa em Educação.			
Bibliografia Básica			
COLLINS, P. H. Interseccionalidade . São Paulo: Boitempo, 2021. DAUSTER, T. (Org.). Antropologia e educação : um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2007. INGOLD, T. Antropologia e/como educação . Petrópolis: Vozes, 2020.			
Bibliografia Complementar			
CANDEA, M. Escola e estilos de teoria antropológica . Petrópolis: Vozes, 2022. LEVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural II . São Paulo: UBU, 2017. MALINOWSKI, B. Os argonautas do pacífico ocidental . São Paulo: UBU, 2018. OLIVEIRA, A. Etnografia para educadores . São Paulo: Unesp, 2023. ROCHA, G. TOSTA, S. de F. P. Antropologia e educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
1º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS		Código: EDU06	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
A sociedade e as tecnologias contemporâneas. A utilização das tecnologias digitais na educação e as implicações pedagógicas e sociais desse uso. A relação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) com a Educação contemporânea.			
Bibliografia Básica			
CASTELLS, M. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 2000. PENTEADO, C.; PELLEGRINI, J.; SILVEIRA, S. A. da; DA HORA, Nina (Orgs.). Plataformização, Inteligência Artificial e Soberania de Dados . 2023. MORAN, J. M. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica . São Paulo: Papirus, 2019.			
Bibliografia Complementar			
DAMASCENO, M. M. S.; OLIVEIRA, R. D. de (Orgs.). Tecnologias Educacionais . Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021. DIAS, P.; MOREIRA, D.; MENDES, A. Q. (Coord.). Inovar para a qualidade na educação digital . Lisboa: Universidade Aberta, 2019. KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação . Campinas: Papirus, 2007. PRETTO, N. de L. Educações, Culturas e Hackers: Escritos e Reflexões . Salvador, Bahia: Edufba, 2017. SALES, M. V. S. (Org.). Tecnologias Digitais, Redes e Educação: Perspectivas Contemporâneas . Salvador: EDUFBA, 2020.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
1º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO		Código: EDU02	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Conceito de Filosofia. Filosofia Grega. Filosofia Africana. Filosofia Latina Americana. O estudo e a análise da aplicação sistemática das principais correntes filosóficas à área da educação. Contribuições das ideias filosóficas às questões educacionais. Concepções atuais da educação. A reflexão filosófica e seus principais temas: Ética, Epistemologia, Política, Estética. O desenvolvimento das concepções pedagógicas na história do pensamento. O papel da reflexão filosófica frente aos problemas teóricos e práticos. A Práxis educativa contemporânea. Filosofia decolonial.			
Bibliografia Básica			
ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação . 5. ed. São Paulo: Moderna, 2013. ASSMANN, H. Reencantar a educação : rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012. LUCKESI, C. C. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo, Cortez, 2017.			
Bibliografia Complementar			
ARANHA, M. L. A. Filosofando . São Paulo: Moderna, 2009. CHAUÍ, M. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 2000. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia . Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021. GHIRALDELLI JR., P. Filosofia da educação . São Paulo: Ática, 2006.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
1º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO		Código: EDU01	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 90h	C/H Prática: ---	C/H total:	90h/r 120h/aula
C/H Presencial: 90h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estuda os fundamentos históricos da educação desde a antiguidade até os dias atuais. Análise das formas de organizações das sociedades e as concepções educativas em diversos povos e épocas. Reflexão sobre as mudanças nos sistemas de conhecimento, considerando, em particular, a inserção das novas tecnologias nos diferentes períodos como a invenção da escrita, a invenção da imprensa, a ascensão dos computadores e da internet. Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira. Análise da educação como prática social e histórica nos diferentes períodos: Colônia, Império e República. Interfaces entre as políticas públicas em âmbito nacional e o processo de institucionalização da escolarização básica. Reflexão sobre o papel da História da Educação Brasileira na formação de professores enfatizando o seu lugar no campo da pesquisa em educação.			
Bibliografia Básica			
CAMBI, F. História da pedagogia . Tradução de Álvaro Lorencini. 2. reimpr. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo, SP: Cortez. 2010. ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil: (1930-1973) . 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.			
Bibliografia Complementar			
AZEVEDO, F. et al. Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. HILSDORF, M. L. S. História da Educação Brasileira: Leituras . São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2008. PONCE, A. Educação e Luta de Classes . 23. Ed. São Paulo, SP: Cortez. 2010. SAVIANI, D. O legado educacional do século XX no Brasil . 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. TEIXEIRA, A. Educação no Brasil . Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPEA, 2010.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
1º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS		Código: EDU07	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 30h	C/H Prática: ---	C/H total:	30h/r 40h/aula
C/H Presencial: 30h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Texto e linguagem técnica. Estratégias de leitura e de escrita do texto acadêmico. Gêneros acadêmicos: resumo, fichamento, resenha, relatório, artigo científico. Normas de apresentação dos textos acadêmicos.			
Bibliografia Básica			
ABNT. ABNT NBR 14724 : informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. MARTINS, D. S. e ZILBERKNOP, L. S. Português Instrumental . 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. MOTTA-ROTH, D. (Org.) Redação Acadêmica : princípios básicos. 1. ed. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001.			
Bibliografia Complementar			
BECHARA, E. Gramática Moderna Portuguesa . 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto : leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006 IFPR. Manual de normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná : padrão ABNT. Curitiba: IFPR, 2023. OLIVEIRA, J. P. M. de. Como escrever textos técnicos . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. VOLPATO, G. L. Bases Teóricas para a Redação Científica . São Paulo: Cultura Acadêmica. Vinhedo: Scripta, 2007.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
1º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I		Código: EDU03	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Fundamentos históricos e socioantropológicos da surdez. Direitos Humanos dos Surdos. Legislação específica. Comunidade Surda: cultura e identidade. Aspectos linguísticos e práticos da Libras. Libras em Contexto. Noções básicas de escrita de sinais: singwriting. Emprego da Língua Brasileira de Sinais em situações discursivas formais: vocabulário, morfologia, sintaxe e semântica. Habilidades básicas para os processos que envolvem a comunicação entre surdos e ouvintes.			
Bibliografia Básica			
CAPOVILLA, F. C.; RAFHAEL, V. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos . Vol. I , II e III. São Paulo: EDUSP, 2017.			
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artes médicas, 2004.			
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda . Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP). Legislação específica de Libras . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp .			
FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. Libras em contexto: Curso Básico . Brasília: MEC; SEESP, 2007.			
FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática de língua de sinais . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.			
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . 1. ed. São Paulo: Parábola, 2009.			
SKLIAR, C. Surdez. Um olhar sobre as diferenças . 5a Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
1º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO		Código: EDU05	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Conceções de Psicologia e educação. Papel da psicologia na educação. Abordagens psicológicas sobre o desenvolvimento humano a sua relação com o processo ensino-aprendizagem e a cognição, com ênfase na infância. Relações da Psicologia com a prática pedagógica e a atuação docente na Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Atualidades e curiosidades no campo da psicologia da educação e do desenvolvimento.			
Bibliografia Básica			
BOYD, D.; BEE, H. A criança em crescimento . Porto Alegre: Artmed, 2011. KOSTELNIK, M. J. et al. Guia de aprendizagem e desenvolvimento social da criança . São Paulo: Cengage Learning, 2016. PAPALIA, D. E.; MARTORELLI, G. Desenvolvimento humano . Porto Alegre: Artes Médicas, 2022.			
Bibliografia Complementar			
BOCK, A. M. B; FURTANDO, O; TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia . 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. CAMPOS, D. M. de S. Psicologia da Aprendizagem . 39ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2011. COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. & COLS. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva . Vol1. Porto Alegre: Artmed, 2004. DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. de M. R. Psicologia na educação . 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. SHAFFER, D. R. Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência . São Paulo: Cengage Learning, 2012.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
2º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS		Código: EDU13	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Principais conceitos e terminologias relacionados às deficiências; a história da pessoa com deficiência no Brasil e no mundo; reconhecimento das diferentes deficiências; estudo, debate e pesquisa sobre a educação especial e inclusiva; políticas e contextos educacionais; avanços e desafios na prática educativa e escolarização de pessoas com necessidades específica; legislação e documentos.			
Bibliografia Básica			
CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is” . Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. WERNECK, C. Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro: WVA, 2002.			
Bibliografia Complementar			
ALMEIDA, M. A Formação do professor para a educação especial : história, legislação e competência. Cadernos de Educação Especial, n. 24, Santa Maria, p. 23-32, 2004 MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência . 2. ed. São Paulo: Memnon, 2003. PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial : a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP Editora: Autores Associados, 2001. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos . 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003. VITALIANO, C. R.; DALL’ACQUA, M. J. C. Análise das diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura em Relação à Formação de Professores para Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais. Revista Teias . v. 13 n. 27 p. 103-121. Jan./abr. 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24255 .			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
2º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO		Código: EDU12	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r
			60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
A pesquisa educacional como expressão de conhecimento. Relação ensino e pesquisa. O professor como pesquisador. Paradigmas epistemológicos da pesquisa. Tipos de pesquisa em educação. Técnicas de coleta, organização e análise de dados. O projeto de pesquisa e sua aplicabilidade.			
Bibliografia Básica			
DEMO, P. Metodologia da investigação em educação . 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.			
FAZENDA, I. (org.). A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento . Campinas. São Paulo: Papirus, 2015.			
LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015.			
Bibliografia Complementar			
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
CARVALHO, M. C. M. de. Construindo o saber - metodologia científica : fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas: Papirus, 2010.			
GOLDENBERG, M. A Arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.			
MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
RUIZ, J. Á. Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
2º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
POLÍTICAS EDUCACIONAIS		Código: EDU10	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo crítico dos modelos e fundamentos do sistema educacional brasileiro e seus determinantes histórico-políticos e sociais. Princípios, objetivos e características da Educação Básica e suas modalidades, problematizada como direito fundamental da pessoa humana enquanto elemento de reflexão e intervenção no contexto da formação docente.			
Bibliografia Básica			
LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. De; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
PARO, V. H. Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino. Petrópolis/RJ: Ática. 2013.			
SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. 10ª Edição. São Paulo, Autores Associados, 2008.			
Bibliografia Complementar			
AZANHA, J. M. P. Planos e políticas de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: Educação básica: políticas, legislação e gestão. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.			
BOURDIEU, P.; NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Orgs.). Escritos de educação. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.			
BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena: documento base. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009.			
LIBÂNIO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVPJ5rNYZQfWYBPPb/?format=pdf&lang=pt .			
MARTINS, P. de S. Fundeb, federalismo e regime de colaboração. Campinas: Autores Associados, 328, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
2º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
PRÁTICA PEDAGÓGICA		Código: EDU11	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Analisa a prática docente na sociedade contemporânea. Função social da Educação. Sociedade, Cultura e Educação na contemporaneidade. Discuti a concepção pedagógica da relação professor/a e aluno/a. Ensino e aprendizagem. Tempo e espaço na escola. Princípios e conceitos da organização do trabalho pedagógico. O planejamento da aula: concepção e elaboração.			
Bibliografia Básica			
ANTUNES, C.; ALVES, R. O aluno, o professor, a escola : uma conversa sobre educação. Campinas, SP: Papirus, 2004. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia . Paz e Terra, 2020. LÜCK, H. Gestão da cultura e do Clima organizacional da escola . Petrópolis: Vozes, 2011.			
Bibliografia Complementar			
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro . Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011. NÓVOA, A. (org.). Professores: imagens do futuro presente . Lisboa: Educa, 2009. TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R.; BARTHOLO JÚNIOR, R. dos S. O professor e o ato de ensinar. Cadernos de Pesquisa , v. 35, n. 126, p. 689-698, set./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a08n126.pdf VEIGA, I. P. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001. VERÍSSIMO, A. C. B.; ABREU, L. A. de; SANTOS, B. S. dos (orgs.). Educação e Formação na Contemporaneidade : Pessoa e Educação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2025.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
2º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM		Código: EDU09	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Contribuições da psicologia para o processo ensino e aprendizagem e cognição. Fundamentos das principais teorias de aprendizagem (inatismo, empirismo e interacionismo). Conceções, princípios e práticas das teorias comportamentalista, cognitivas e humanistas na prática pedagógica. Atualidades e curiosidades no campo da psicologia da educação e aprendizagem.			
Bibliografia Básica			
LA ROSA, J. Psicologia e educação : o significado do aprender. 7º. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia . 25ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011. VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes, 2019.			
Bibliografia Complementar			
CAMPOS, D. M. de S. Psicologia da Aprendizagem . 39º ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2011. CARVALHO, M. V. C; MATOS, K. S. A. L. (Orgs.). Psicologia da Educação : teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. 3ª ed. Fortaleza: UECE, 2021. GALVÃO, I. Wallon : concepção Dialética do desenvolvimento infantil. 24ª ed. São Paulo: Vozes, 2023. LEFRANÇOIS, G. R. Teorias da aprendizagem : o que o professor disse. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2017. MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem . 2. ed. ampl. São Paulo: E.P.U., 2019.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
2º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO		Código: EDU08	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Contexto histórico de surgimento da Sociologia. Sociologia como ciência social. Educação e Imaginação Sociológica. Sociologia Clássica e a Educação. Sociologia Contemporânea e Educação. Sociologia e Educação no Brasil.			
Bibliografia Básica			
APPLE, M. W. Educação e poder . Petrópolis: Vozes, 2024. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 2 : os intelectuais, princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. HOOKS, B. Ensinando a transgredir : a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.			
Bibliografia Complementar			
CAVALLEIRO, E. (Org.). Racismo e antirracismo na educação : repensando nossa escola. São Paulo, 2024. (Edição revista e atualizada). FORACCHI, M. M. MARTINS, J. de S. Sociologia e sociedade : leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2012. FREITAG, B. Escola, estado e sociedade . 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006. HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo : políticas arrebatadoras. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro. 2018. NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. Bourdieu e a educação . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
2º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
PRÁTICA EXTENSIONISTA I		Código: AAE01	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: ---	C/H Prática: 75h	C/H total:	75h/r
			100h/aula
C/H Presencial: ---	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: 75h
Ementa			
Compreender a extensão universitária como dimensão formativa e social da educação. Desenvolver atividades de diagnóstico participativo junto à comunidade local convidada ao campus, visando identificar demandas socioeducacionais, culturais e formativas do território de Santa Maria da Boa Vista e região. Promover rodas de diálogo, oficinas e encontros de escuta comunitária no IFSertãoPE, articulando ensino, pesquisa e extensão como processos indissociáveis. Produzir registros e relatórios que subsidiem as ações subsequentes de intervenção pedagógica.			
Bibliografia Básica			
COELHO, G. C. A extensão universitária e sua inserção curricular. Revista Interfaces , v. 6, n. 15, p. 1-18, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19005 .			
GOMES DE LAVOR, F. I.; CLEMENTINO, T. H. S.; CARVALHO LIMA, M. A.; et al. Extensão universitária: conceituação, fundamentos e implementação. Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation , v.01. n.01. 2024. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/jmsi/article/view/839 .			
JIMENEZ, M. de O.; ANDRADE, G. B. de; LEITZKE, M. R. L.; et al. A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. Educação: Teoria e Prática , v. 33, n. 66, e01, 2023.			
Bibliografia Complementar			
ANDRADE, R. M.; MOROSINI, M. C.; LOPES, D. O. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. Revista de Educação Superior , 2024. Disponível em: https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4229 .			
BARBAQUÁ, M. M. de. A extensão universitária no Brasil – um percurso histórico. Barbaquá , 2023. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447 .			
DEMO, P. Educar pela pesquisa . 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.			
MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.			
SILVA, C. M. da. Extensão no Ensino Superior e escolas públicas: parcerias e desenvolvimento . Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, 2025. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/52614 .			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
3º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
ARTE E EDUCAÇÃO		Código: EDU18	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Conceitos de Arte. Artes, fruição e aprendizado. Linguagens Artísticas na BNCC. Linguagens artísticas integradas. Diversidade artística e cultural brasileira. Diversidade cultural e inclusão no ensino de Arte.			
Bibliografia Básica			
BARBOSA, A. M. Arte-Educação: leitura no subsolo . Cortez Editora, 2015. SODRÉ, M. Reinventando a Educação : diversidade, decolonização e redes. Vozes, 2012. SANTOS, R. M. S. (org). Música, Cultura e Educação . Sulina, 2012.			
Bibliografia Complementar			
GOMBRICH, E. H. A História da Arte . LTC, 2000. MARTINS, L. M. Performances do tempo aspiralar : poéticas do corpo-tela. Combogó, 2021. MUNDURUCU, D. O Karaíba : Uma história do pré-Brasil. Melhoramentos, 2018. NJERI, A. Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. Revista Ítaca , n. 36, v. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrrj.br/index.php/ltaca/article/view/31895 . SODRÉ, M. Samba, o dono do corpo . Mauad, 2006.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
3º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
DIDÁTICA I		Código: EDU17	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Analisa a interface escolas/sociedade em seus elementos epistemológicos e políticos. Pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica; Concepção de organização do trabalho pedagógico: uma abordagem para além da didática; Arelação docente-discente: tendências e perspectivas. Análise dos fundamentos da docência e sua relação com os pressupostos epistemológicos. Contextualização das tendências pedagógicas, considerando as bases filosóficas, sociológicas e a relação com a psicologia. As relações das teorias educacionais com as perspectivas neoliberais: impactos na prática pedagógica e na educação.			
Bibliografia Básica			
FAZENDA, I. (Org). Didática e interdisciplinaridade . Campinas: Papirus, 2008. GALVÃO, A C.; LAVOURA; T. N.; MARTINS, L. M. Fundamentos da didática histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2019. VEIGA, I. P. A. A construção da didática numa perspectiva históricas-crítica de educação.Estudo introdutório. In.: OLIVEIRA, M. R. N. S. Didática: Ruptura, Compromisso e Pesquisa . São Paulo: Papirus, 2003.			
Bibliografia Complementar			
DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender” : crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. CANDAU, V. M. Didática, currículo e saberes escolares . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. FAZENDA, I. (org). Didática e interdisciplinaridade . Campinas: Papirus, 2008. FARIAS, I. M. S. de; et. al. Didática e docência : aprendendo a profissão. 3.ed. Brasília: Liber Livro, 2011. LIBÂNEO, J. C.; ALVES, N. (Org). Temas de pedagogia : diálogos entre didática e currículo.São Paulo: Cortez, 2012.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
3º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO		Código: EDU16	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Diversidade como dimensão constitutiva da condição humana, alteridade e direitos humanos. Historicidade dos direitos humanos. Identificação e compreensão dos direitos humanos. O direito à educação como direito Humano. Educação em Direitos Humanos. Diversidade, relações étnico-raciais, minorias e violência no contexto escolar. Organização, políticas e práticas pedagógicas nas modalidades de ensino brasileiras: Educação especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do campo e Educação Indígena e Quilombola. Gênero e diversidade na educação. Experiências e atualidades no campo dos direitos humanos, diversidade e educação.			
Bibliografia Básica			
ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias . 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. COSTA, C. E. da F.; GUIMARÃES, D. N. (Orgs.). Direitos Humanos e educação: diálogos interdisciplinares . 2ª ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2020. Disponível em: https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2021/09/ebook-Direitos-humanos-e-educacao-2a-ed.pdf . DORNELLES, J. R. W. O que são Direitos Humanos . São Paulo: Brasiliense, 2013.			
Bibliografia Complementar			
CANDAU, V. M. et. al. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as) . 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos . Educação e Sociedade, Campinas: 2012. LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio . Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2023. SILVA, T. T.; HALL, S.; et al. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . Petrópolis: Vozes, 2018.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
3º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS		Código: EDU15	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Estudo sobre os sujeitos jovens, adultos e idosos na atualidade (conceituação, identidade e características). Análise da história da Educação desses sujeitos no Brasil. Contextos socioculturais na Educação de Jovens e Adultos. A relação educação e trabalho como fundamento para educação de jovens e adultos. Políticas Públicas de EJA e marcos legais. Princípios metodológicos da Educação de Jovens e Adultos. Reflexão sobre a atualidade, os desafios e as perspectivas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.			
Bibliografia Básica			
ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 12ª. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2018; JARDILINO, J. R. L.; ARAÚJO, R. M. B. de. Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.			
Bibliografia Complementar			
ARROYO, M. G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Editora Vozes Limitada, 2017. CASTILHO, P. T. Adolescência e laço social na contemporaneidade. In: PEREIRA, Marcelo Ricardo (Org.). Os sintomas na educação de hoje: o que fazemos com “isso”? Belo Horizonte: Scriptum, 2017. COSTA, C. B.; MACHADO, M. M. Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cortez Editora, 2017. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (Orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
3º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
INFÂNCIA E EDUCAÇÃO		Código: EDU14	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Concepções de infância e a criança em sua relação com a sociedade e a cultura. Infância como processo de humanização. A prática pedagógica histórico-crítica na Educação Infantil. História da Educação Infantil no Brasil e as políticas públicas voltadas à educação da infância. Políticas contemporâneas de atendimento à Educação Infantil no país. Educação e desenvolvimento da personalidade infantil à luz de teorias críticas. A Educação Infantil na formação de profissionais da área. O papel do professor e do ensino na constituição das experiências e aprendizagens das crianças.			
Bibliografia Básica			
ARIËS, P. e DUBY, G. História da vida privada: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			
FREITAS, M. C. (org.) História social da infância no Brasil . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			
KUHLMANN J. R.M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.			
Bibliografia Complementar			
FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR., M. (Orgs.) Os intelectuais na história da infância . São Paulo: Cortez, 2002.			
KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
MARSIGLIA, A. C. G. A prática Pedagógica Histórico-Crítica na Educação Infantil e Ensino Fundamental . Campinas/SP: Autores Associados, 2011.			
MARTINS, L. M. O desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar . Campinas: Autores Associados, 2013.			
MARTINS, L. M. A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade. In: ARCE, A.; DUARTE, N. (Org). Brincadeira de papéis sociais na Educação Infantil: as contribuições de Vygotsky, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
3º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA		Código: EDU19	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
O conhecimento sobre os povos indígenas na História, a Diáspora negra, os processos de escravização e de resistência de indígenas e negros são imprescindíveis para o processo de formação de educadores/professores, por possibilitarem uma avaliação crítica da trajetória e do processo de construção social dos Povos Indígenas e dos Negros, especialmente nos Territórios Semiáridos. Com enfoque para as contribuições dos negros e indígenas no âmbito sociocultural, histórico, político, religioso, econômico, bem como nas conquistas de garantias constitucionais, da implantação de políticas públicas, ações afirmativas e legislações, a exemplo das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Além de envolver questões relacionada a Educação em Direitos Humanos.			
Bibliografia Básica			
GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (Org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. VIANNA, W. T. de M. Consciência Negra: uma reflexão crítica sobre a história e cultura afro-brasileira. Curitiba: Editora Recomeço, 2006.			
Bibliografia Complementar			
ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L. M. de A.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). Educação como prática da diferença. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006. ABRAMOWICZ, A.; GOMES, N. L. (Orgs.). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. BACICH, L. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática. Penso, 2018. BENTO, M. A. S. (Org.). Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). Psicologia social do racismo: estudos de branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2014.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
3º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
PRÁTICA EXTENSIONISTA II		Código: AEE02	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: ---	C/H Prática: 90h	C/H total:	90h/r
			120h/aula
C/H Presencial: ---	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: 90h	
Ementa			
Planejar, executar e refletir sobre ações educativas em espaços comunitários e escolares do município de Santa Maria da Boa Vista e entorno, com base nas demandas levantadas na Prática Extensionista I. Valorizar os saberes locais, a cultura popular e as práticas educativas comunitárias, promovendo a integração entre conhecimento acadêmico e saberes da experiência. Desenvolver oficinas, projetos pedagógicos e ações culturais voltadas à formação docente e ao fortalecimento dos vínculos entre instituição e comunidade.			
Bibliografia Básica			
CANDAU, V. M. (org.). Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.			
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.			
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.			
Bibliografia Complementar			
ARROYO, M. G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.			
ASSUMPÇÃO, R. (org.). Educação popular na perspectiva freiriana. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2021.			
BRANDÃO, C. R. O que é educação popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2020.			
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.			
SILVA, R. M. da; et al. Freire e a educação comunitária/popular: caminhos de vivência emancipatória, participativa e inclusiva. Dialogia , 2022. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23055 .			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
4º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I		Código: EDU25	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r
			60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo da língua como construção cultural de um sistema de representação (a escrita das palavras) e prática discursiva contextualizada (os gêneros orais e escritos). Conceituação e distinção da alfabetização e do letramento. Superação da dicotomia entre alfabetização e letramento. O sistema de escrita alfabético. Psicogênese da língua escrita: O que é? Como intervir em cada uma das hipóteses de escrita da criança? Consciência fonológica e alfabetização. A diversidade textual e o processo de alfabetização e letramento.			
Bibliografia Básica			
FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita . Porto Alegre: Artmed, 2003. MORAIS, A. G. Sistema de escrita alfabética . São Paulo: Melhoramentos, 2012 SOARES, M. Letramento : um tema em três gêneros. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			
Bibliografia Complementar			
FERREIRO, E. Com todas as letras . 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SMOLKA, A. L. A criança na fase inicial da escrita . 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2018. SOARES, M. Alfabetizar : toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2021. TFOUNI, L. V. Letramento e alfabetização . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. ZACCUR, E. (Org.). Alfabetização e Letramento : o que muda quando muda o nome? Rio de Janeiro: Rovel, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
4º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
CURRÍCULO		Código: EDU21	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
O currículo e suas concepções históricas; relação do currículo com os aspectos políticos, culturais e econômicos à luz das reformas na educação; Bases teórico- epistemológicas do currículo na Educação Básica, com destaque à Educação Infantil Ensino Fundamental e suas modalidades. Relações entre currículo e avaliação nas reformas educacionais e na prática pedagógica; Currículo integrado, interdisciplinar e para a formação humana: bases teóricas; O currículo nas perspectivas multiculturais, interculturais e decoloniais: bases epistemológicas. Currículo na perspectiva histórico-crítica, Currículo na proposta de Educação Contextualizada noSemiárido, Currículo na LDB; nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (2013) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análises a partir das teorias críticas da educação.			
Bibliografia Básica			
MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Currículo, cultura e sociedade . São Paulo: Cortez, 2013. SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática : problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 5. ed. Campinas: Autores associados, 2009. SANTOMÉ, J. T. Globalização e interdisciplinaridade . O currículo integrado. 5. ed. Porto Alegre, Artmed, 2005.			
Bibliografia Complementar			
CANDAU, V. M. (Org.). Interculturalizar, decolonizar, democratizar : uma educação “outra”?Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. MACEDO, R. S. Currículo, Diversidade e Equidade : luzes para uma educação intercrítica. Salvador: EDUFBA, 2007. MACEDO, R. S.; AZEVEDO, B. O. Infâncias-devir e currículo : a afirmação do direito das crianças à aprendizagem formação. Ilhéus: Editus, 2013. SALLES, F.; F. V. Currículo na Educação Infantil : diálogo como os demais elementos daproposta curricular. São Paulo: Ática , 2012. SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade : uma introdução às teorias do currículo. BeloHorizonte: Autêntica, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
4º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
DIDÁTICA II		Código: EDU24	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Ciência pedagógica, didática e interdisciplinaridade. Práticas pedagógicas na pedagogia histórico-crítica; ensinar e aprender na relação com as tecnologias da informação e comunicação: os desafios da escola. A pedagogia das competências e do aprender a aprender: bases teóricas e princípios. As práticas pedagógicas na educação profissional. Trabalho pedagógico em escolas multisseriadas. Estratégias de ensino. Sistematização e planejamento de processos de ensino. Elaboração de planos de ensino. A aula como forma de organização do ensino: do planejamento à avaliação.			
Bibliografia Básica			
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas: SP, Autoresassociados, 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. VEIGA, I. P. A. (org.). Lições de didática . 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.			
Bibliografia Complementar			
ARROYO, M. G. Currículo, Território em disputa . Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. ANDRÉ, M.; OLIVEIRA, M. R. Alternativas no ensino da Didática . Campinas, SP: Papirus, 2007. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . São Paulo, Paz e Terra, 2007. LIBÂNEO, J. C.; ALVES, N. (org). Temas de pedagogia : diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica . Leituras Brasileiras. Rodolfo Pelegrin e Panamá Filmes. Faculdade de Educação da UNICAMP. Entrevista. Disponível em: www.fe.unicamp.br/galerias/3319 .			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
4º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA I		Código: EDU23	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Analisar as diferentes correntes e concepções de Matemática e o processo de ensino e aprendizagem. O campo da Educação Matemática. Marcos históricos e documentos orientadores do ensino de Matemática na Educação Básica. Discussões nacionais e internacionais acerca da Educação Matemática. Didática da Matemática. A Matemática e a infância. O numeramento. A formação de professores para o ensino de Matemática: teoria e prática. A articulação dos conhecimentos matemáticos com as demais áreas do conhecimento. A Matemática na pesquisa educacional. Exercício da docência no cotidiana da Educação Básica.			
Bibliografia Básica			
NACARATO, A. M.; DA SILVA MENGALI, B. L.; PASSOS, C. L. B. A Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Tecendo Fios do Ensinar e do Aprender . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. PARRA, C.; SAIZ, I. Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas . Porto Alegre: Artmed, 2001. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. Uma proposta de matemática para a Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2007.			
Bibliografia Complementar			
ALRO, H. Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. BITTAR, M. Fundamentos e metodologias de matemática para os ciclos iniciais do Ensino Fundamental . Campo Grande: Editora UFSM, 2005. LORENZATO, S. O laboratório de ensino de matemática na formação de professores . Campinas: Autores Associados, 2009. SMOLE, K. S. A matemática na Educação Infantil: A teoria das inteligências múltiplas na prática escolar . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. SMOLE, K. S.; Diniz, M.I. (orgs.) Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática . Porto Alegre: Artmed, 2000.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
4º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO		Código: EDU20	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Aspectos históricos e socioeconômicos do planejamento e da avaliação educacional e seus pressupostos. O Planejamento e a Avaliação Escolar e Educacional no Brasil.O processo de planejamento escolar (fundamentos, características, agentes, objetivos, relações e determinações). Pressupostos teóricos das reformas nas políticas de avaliação no Brasil: avaliação em larga escala, indicadores de avaliação, qualidade da educação. Elaboração e análise de planos e projetos educacionais. O Plano, o Programa e o Projeto. Avaliação de Políticas de Educação, Programas, Projetos e Currículos. Relações entre avaliação e finalidades da Educação. A relação entre Ética, Avaliação e finalidades. Dispositivos didáticos para o planejamento do ensino e a relação entre planejamento e avaliação. A avaliação como elemento de pesquisa da prática pedagógica.			
Bibliografia Básica			
LIBÂNEO, J. C.; <i>et. al.</i> Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.São Paulo: Cortez: 2003. PADILHA, P. R. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2017. SACRISTAN, J. G. GOMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
Bibliografia Complementar			
AFONSO, A. J. Avaliação educacional: regulação ou emancipação. São Paulo: Cortez, 2002. ESTEBAN, M. T.(org). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: Cortez, 2003. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2006. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino - aprendizagem e projeto políticopedagógico. São Paulo: Libertad, 2007. VASCONCELOS, C. S. Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 2007.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
4º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL		Código: EDU22	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
História e concepções de Educação Infantil. Perspectivas contemporâneas de uma pedagogia da infância. Fundamentos teóricos, metodológicos e práticos do ensino na Educação Infantil. A prática pedagógica histórico-crítica nesse nível de ensino. Dimensões do educar e cuidar. Rotinas escolares, organização dos tempos e espaços na Educação Infantil. A Educação Infantil no âmbito da legislação brasileira. Estruturas curriculares e organizações didático-metodológicas próprias da área. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento infantil. A interdisciplinaridade e o brincar como eixos formativos. Formação de crianças leitoras e produtoras de textos. Relações entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
LÚRIA, A. R. Linguagem e desenvolvimento infantil : uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2006. KRAMER, Sônia (orgs.). Infância e Educação Infantil . Campinas, SP: Papirus, 2011. MARSIGLIA, A. C. G. A prática pedagógica histórico-crítica na Educação Infantil e Ensino Fundamental . Campinas–SP: Autores Associados, 2011.			
Bibliografia Complementar			
KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2017 MARSIGLIA, A. C. G.; FONTE, S. S. D. A educação escolar e os clássicos literários: considerações a partir da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. Revista do NEDI , Vitória, 2013. Disponível em: http://nedi.ufes.br/artigos-em-peri%C3%B3dicos . MARTINS, L. M.; MARSIGLIA, A. C. G. Contribuições para a sistematização da prática pedagógica na Educação Infantil. Cadernos de Formação RBCE , Florianópolis, v. 6, n. 1, p.15-26, mar. 2015. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2079 . OLIVEIRA, Z. M. R.; et al. Educação Infantil : fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2011. VYGOTSKY, L. S.; LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . Tradução Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2001.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
4º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
PRÁTICA EXTENSIONISTA III		Código: AEE03	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: ---	C/H Prática: 90h	C/H total:	90h/r
			120h/aula
C/H Presencial: ---	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: 90h
Ementa			
Elaborar e implementar projetos de intervenção pedagógica participativa com a presença da comunidade no campus. Integrar metodologias de pesquisa-ação e práticas colaborativas voltadas à resolução de problemas identificados nas etapas anteriores. Promover oficinas, minicursos, feiras pedagógicas e outras ações educativas no IFSertãoPE, envolvendo estudantes, docentes e membros da comunidade. Sistematizar e analisar os resultados das intervenções, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.			
Bibliografia Básica			
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para a curricularização da extensão nas Instituições de Educação Superior. Brasília, DF: MEC, 2018.			
MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.			
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
Bibliografia Complementar			
BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.			
FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
GOMES DE LAVOR, F. I.; et al. Extensão universitária: conceituação, fundamentos e implementação. Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation , v. 01, n. 01, 2024. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/jmsi/article/view/839 .			
MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 23. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.			
SILVA, A. C.; et al. Ensino, pesquisa e extensão: saberes e práticas além da universidade. João Pessoa: IOLE, 2023.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
5º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II		Código: EDU29	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Retomada dos conceitos e princípios da Psicogênese da língua escrita. Métodos de alfabetização e letramento: diagnóstico, identificação, planejamento, intervenção e avaliação. Utilização de materiais lúdicos e jogos no processo de alfabetização e letramento. Problemas de aprendizagem na alfabetização, diagnóstico e intervenção. Políticas públicas de alfabetização no Brasil. Indicadores de aprendizagem da leitura e escrita no país. Competências docentes para alfabetizar letrando.			
Bibliografia Básica			
MIRANDA, M. I. Problema de aprendizagem na alfabetização e intervenção escolar . São Paulo: Cortez Editora, 2008.			
SOARES, M. Alfaletrar : toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2021.			
SOARES, M. Alfabetização : a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Pró-letramento Programa de Formação Continuada de Professores de Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Alfabetização e Linguagem - Ministério da Educação /Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2007.			
KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . São Paulo: Cortez, 2017.			
MENDONÇA, M. R. S.; LEAL, T. F.; SANTOS, C. F.; XAVIER, A. C. dos S. Alfabetização e letramento : conceitos e relações. (Guia didático do livro). Belo Horizonte - MG, 2005			
MENDONÇA, M. (coord). Diversidade textual : propostas para a sala de aula Formação continuada de professores. Recife, MEC/CEEL, 2008.			
MORAIS, A. G.; CORREIA, E. B. (org.) Alfabetização : apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
5º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
EDUCAÇÃO, LUDICIDADE E CORPOREIDADE		Código: EDU30	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Lazer, trabalho e educação. Corpo-sujeito histórico, corpo território e epistemologias. Aprender o mundo pelo corpo. Corpo, simbolismo e comunicação. O elemento lúdico na cultura escolar. Identidades corporais e diversidades culturais na escola.			
Bibliografia Básica			
LE BRETON, D. Antropologia das emoções . Petrópolis: Vozes, 2019. SILVA, M. C. P.; TEIXEIRA, C. M.; JUNIOR, C. da R. (Orgs.). Educação, cultura corporal e lazer : desafios da pós-graduação e ciência no tempo presente. Salvador: EDUFBA, 2023. SILVA, M. C. de P. (org). De corpo inteiro : corpo, cultura e educação no tempo presente. Salvador: EDUFBA, 2020.			
Bibliografia Complementar			
ALVES, L. P.; NOGUEIRA, R. A escuta na pesquisa-ação: entrelaçando brincar e educação para as relações étnico-raciais. Revista diálogo educacional , v. 23, n. 76, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/29798 . HUIZINGA, J. Homo ludens . Perspectiva, 2000. MUNDURUCU, D. O Karaíba : Uma história do pré-Brasil. Melhoramentos, 2018. SPOLIN, V. Jogos teatrais na sala de aula : um manual para o professor. Perspectiva, 2017 TATIT, P.; PERES, S. As melhores brincadeiras musicais da palavra cantada . Melhoramentos, 2012.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
5º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA II		Código: EDU27	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
História da Matemática. A matemática na Educação Infantil: sentidos numérico, topológico e de medidas. Os campos conceituais da Matemática nos anos iniciais: os conjuntos numéricos e operações, geometria do espaço e forma, grandezas e medidas, estatística e probabilidade. Recursos pedagógicos: o papel das tecnologias, materiais manipuláveis, jogos, brincadeiras, diferentes tempos e espaços de aprendizagem. Metodologias e práticas inclusivas em Educação Matemática. Exercício da docência no cotidiano da Educação Básica.			
Bibliografia Básica			
CENTURIÓN, M. Conteúdos e metodologias da matemática: números e operações . São Paulo: Editora Scipione, 2006.			
PANIZZA, M. Ensinar matemática na Educação Infantil e nas séries iniciais : análise e propostas. Tradução: Antonio Feltrin. Porto Alegre: Artmed, 2006.			
VAN DE VALLE, J. A. Matemática no Ensino Fundamental : formação de professores e aplicação em sala de aula. Tradução Paulo Henrique Colonnese. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
Bibliografia Complementar			
CARNEIRO, R. F.; SOUZA, A. C. de; BERTINI, L. de F. (Orgs.). A Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental : práticas de sala de aula e de formação de professores. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2018.			
FIORENTINI, D.; PASSOS, C. L. B.; LIMA, R. C. R. (org.). Mapeamento da pesquisa brasileira sobre o professor que ensina Matemática : 2001-2012. Campinas: Mercado de Letras, 2016.			
MORETTI, V. D.; SOUZA, N. M. M. de S. Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental : princípios e práticas pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2015.			
NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. da S.; PASSOS, C. L. B. A matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender . São Paulo: Autêntica, 2019.			
SMOLE, K. S. Jogos de matemática de 1º a 5º ano . Porto Alegre: Artmed, 2007.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
5º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
LITERATURA INFANTO-JUVENIL		Código: EDU26	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Problematização sobre o conceito de Literatura Infantil e Literatura Juvenil. Origem e formação da literatura infantojuvenil. Gêneros da literatura infantojuvenil. Acesso crítico/reflexivo à obras e autores representativos da literatura para crianças e jovens. Propostas de procedimentos metodológicos para a seleção e a abordagem de tais obras na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na EJA. Estratégias para a promoção da literatura na educação escolar e para a criação do hábito leitor na vida os estudantes. Refletir sobre a atualidade, os desafios e as perspectivas da de Literatura Infantil e Literatura Juvenil.			
Bibliografia Básica			
ARROIO, L. Literatura infantil brasileira . 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011. COLOMER, T. Introdução à literatura infantil e juvenil atual . Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017. QUINTILHANO, S. R.; CARDOSO, R. D.; GOMES, C. de O. B. (Org.). Literatura Infanto Juvenil Africana e Afro-Brasileira : Vertentes. 1ed.São Paulo: Todas as Musas, v. 1, 2017.			
Bibliografia Complementar			
COELHO, N. N. Panorama histórico da literatura infantil/juvenil : das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 5. ed. São Paulo: Amarilys, 2010. HUNT, P. Crítica, teoria e literatura infantil . São Paulo: Cosac Naify, 2010. OLIVEIRA, M. A. de J. Personagens negros na literatura infanto-juvenil: há muito fazer-dizer, há muito de palavra-ação. In: SILVA, Márcia Tavares; RODRIGUES, Etienne Mendes (Orgs.). Caminhos da leitura literária: propostas e perspectivas de um encontro . Campina Grande: Bagagem, 2009. PAIVA, A.; SOARES, M. (orgs.). Literatura infantil : políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. PAZ, D. A. Literatura infanto-juvenil africana no Brasil: um levantamento bibliográfico. Terra Roxa e outras terras: revista de estudos literários . Londrina, v. 33, n. 1, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1678-2054.2017v33p52 .			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
5º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
TRABALHO PEDAGÓGICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		Código: EDU28	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Os processos de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho docente: teoria/prática; conteúdo/método; professor/aluno/conhecimento, bem como a diversidade na sala de aula e as dificuldades de aprendizagem. Estudoreflexivo e crítico dos conteúdos de ensino e aprendizagem dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Discute a organização dos tempos e espaços para o trabalho pedagógico. Organização do trabalho pedagógico na perspectiva interdisciplinar. Discute a organização do trabalho pedagógico no contexto da multisseriação.			
Bibliografia Básica			
HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetosde trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.			
HAGE, S. M.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (org.) Escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.			
SACRISTAN, J. G.; GOMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
Bibliografia Complementar			
ANTUNES, C. Como desenvolver as competências em sala de aula. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.			
GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.			
KRAMER, S. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2007.			
LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.			
OLIVEIRA, A. B. F. de. LIMA, A. I. B. Vygotsky e os Processos Criativos de Professores ante a Realidade Atual. Porto Alegre. Educ. Real. v. 42, n .4, Oct/Dec., 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623662025 .			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
5º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
PESQUISA E ESTÁGIO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES		Código: ECS01	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 30h	C/H Prática: 60h	C/H total:	90h/r 120h/aula
C/H Presencial: 90h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Concepções de Estágio. Estudo das diferentes relações no campo de estágio. Processo histórico-político-socio-cultural da Educação Não-Formal e não-escolar. Levantamento de espaços educativos não-escolares no Território Sertão do São Francisco Pernambucano e Baiano. Características pedagógicas e sua repercussão sociocultural. Saberes e competências necessárias à formação diversificada do(a) pedagogo(a) e seu exercício profissional em espaços não-formais e não-escolares. A organização do trabalho pedagógico em projetos educacionais com crianças, jovens, adultos e idosos em diferentes espaços. Processos de investigação e conhecimento da realidade para a elaboração e execução de projeto de estágio em contextos não escolares. Elaboração do artigo final das atividades de estágio, a partir de um olhar crítico e reflexivo sobre o estágio em espaços não-escolares.			
Bibliografia Básica			
STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (Org.). Educação popular : lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013			
GOHN, M. da G. Educação não-formal e cultura política . São Paulo. Cortez, 2011.			
PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? São Paulo. Cortez, 2012.			
Bibliografia Complementar			
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 53 ed. Rio do Janeiro: Paz e Terra, 2019.			
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.			
GOHN. M. da G. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo . Vozes, 2010.			
LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e Pedagogos para quê? 12ª ed. São Paulo. Cortez, 2018.			
ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária . São Paulo, Cortez, 2014.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
5º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
PRÁTICA EXTENSIONISTA IV		Código: AEE04	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: ---	C/H Prática: 90h	C/H total:	90h/r 120h/aula
C/H Presencial: ---	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: 90h	
Ementa			
Realizar a socialização e avaliação participativa das ações extensionistas desenvolvidas ao longo do curso, com retorno à comunidade parceira. Desenvolver atividades de diálogo, apresentações públicas, oficinas de devolutiva e avaliação das práticas extensionistas em escolas e espaços comunitários. Planejar estratégias de continuidade e sustentabilidade das ações, estimulando o protagonismo social e a formação crítica do(a) futuro(a) pedagogo(a). Produzir materiais de divulgação científica e comunitária resultantes das experiências de extensão.			
Bibliografia Básica			
FORPROEX. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a curricularização da extensão . Brasília, DF: FORPROEX, 2018.			
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.			
SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.			
Bibliografia Complementar			
ANDRADE, R. M.; et al. Curricularização da extensão na educação superior brasileira e sua promoção no sistema nacional de pós-graduação. +E: Revista de Extensão Universitária , 2025. Disponível em: https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Extension/pt_BR/article/view/13866/20175 .			
ASSUMPÇÃO, R. (org.). Educação popular, política e social: educando para a liberdade sobre a perspectiva de Paulo Freire – vol. 2 . São Paulo: Editora Científica, 2024.			
DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.			
GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Cortez, 2019.			
SAVIANI, D. Escola e democracia . 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2016.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
6º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO ENSINO DE ARTES		Código: EDU35	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Repertórios culturais e fruição artística. Abordagem triangular no ensino de Arte: apreciar, contextualizar, fazer. Linguagens artísticas: Música, Dança, teatro e Artes Visuais. Linguagens artísticas integradas. Arte, corpo e expressão. Estratégias de elaboração metodológica no ensino de artes.			
Bibliografia Básica			
BARBOSA, A. M.; CUNHA, F. P. Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais . Cortez Editora, 2012.			
BEYER, E.; KEBACH, P. Pedagogia da música : Experiências de apreciação musical. Editora Mediação, 2009.			
SPOLIN, V. Jogos teatrais na sala de aula : um manual para o professor. Perspectiva, 2017.			
Bibliografia Complementar			
GOMBRICH, E. H. A História da Arte . LTC, 2000.			
MAGONLEJI, C. N. Teatro negro, esquetes e monólogos . Recanto das Letras, 2021.			
NOGUERA, R. “Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem você é”: Tecnologia Griot, Filosofia e Educação. Problemata – Revista Internacional de Filosofia . v. 10, n. 2, 2019. Disponível: http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i2.49137 .			
OLIVEIRA, A. K. C. O cordel em sala de aula : sugestões didático-pedagógicas para o uso da literatura popular visando ao incremento da leitura. Appris Editora, 2023.			
TATIT, P.; PERES, S. As melhores brincadeiras musicais da palavra cantada . Melhoramentos, 2012.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
6º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS		Código: EDU34	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Introdução à epistemologia das ciências naturais: características, princípios filosóficos e metodológicos. Histórico e evolução das ciências naturais. A didática das ciências naturais e o ensino de Ciências nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Conteúdos e os recursos didáticos para o ensino de Ciências no Ensino Fundamental. Ensino de Ciências na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; investigação para a formação do pensamento científico na Educação Básica. Discutir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da área de Ciências da Natureza para os anos iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
CAMPOS, M. C. C.; NIGRO, G. R. Teoria e prática em ciências na escola: o ensino e aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 2009.			
GERALDO, A. C. H. Didática de ciências naturais na perspectiva histórico crítica. Campinas: Autores Associados, 2022.			
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.			
Bibliografia Complementar			
GOODSON, I. F. As políticas de currículo e de escolarização. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.			
MARTINS, L. M. Ensino de Ciências e Pedagogia Histórico-Crítica: fundamentos e práticas. Campinas: Autores Associados, 2021.			
MASSI, L.; SOUZA, B. N.; SGARBOSA, E. C. S.; COLTURATO, R. Incorporação da pedagogia histórico-crítica na educação em ciências: uma análise crítica dialética de uma revisão bibliográfica sistemática. In: Investigações em Ensino de Ciências. v. 24, n. 2, 2019.			
SANTOS, F. S. S. dos. Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pedagogia histórico-crítica e ensino de ciências: investigando articulações. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência. Bauru-SP. 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ca1aa633-4f50-43be-8bde-9375dc7f560c/content .			
ZUQUIERI, R. de. C. B. O ensino de ciências na Educação Infantil: análise de práticas docentes na abordagem metodológica da pedagogia histórico-crítica. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) — Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2007.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
6º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA		Código: EDU33	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo reflexivo e crítico do ensino da Geografia em perspectiva interdisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Concepções, objetivos, conteúdos, situações didáticas e avaliação. Pressupostos teórico-metodológicos voltados para o Ensino da Geografia. Temas emergentes e tendências da Geografia na contemporaneidade, voltadas para a construção do conhecimento e para a compreensão e intervenção na realidade social, política, econômica e cultural. O ensino de Geografia contextualizado a partir dos elementos, territoriais e locais. Discute a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da área de Ciências Humanas para os anos iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
ALMEIDA, R. Do desenho ao Mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2002. BITTENCOURT, C. (org.). O saber histórico na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021. GUIMARÃES, M. N. Os diferentes tempos e espaços do homem: atividade de geografia e história para o Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2005.			
Bibliografia Complementar			
CALLAI, H. C. O Estudo do Lugar e a Pesquisa como princípio da Aprendizagem. Espaços da Escola , n. 47, Ijuí, jan./mar, 2003. CASTELLAR, S. M.; CALLAI, H. C. O Estudo do Lugar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Terra Livre, v. 1, 2012. CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas/SP: Editora Papirus, 2020. CAVALCANTI, L. de S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002. PASSINI, E. Y.; PASSINI, R.; MALYSZ, S. T. (Orgs.). Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
6º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA		Código: EDU32	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Fundamentos político-filosóficos e socioantropológicos do ensino de história. Análise de concepções, conceitos, métodos e propostas curriculares pertinentes ao estudo da História. Conceitos fundamentais para o conhecimento histórico. Desenvolver atividades integradoras dos conceitos de espaço e tempo Pesquisa sobre os saberes e prática no ensino de História no cotidiano escolar. Práticas interdisciplinares, análise e aplicações.			
Bibliografia Básica			
BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2018			
FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.			
BARROS, J. D'A. O campo da história: especialidades e abordagens. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.			
Bibliografia Complementar			
ABREU, M.; SHOIHEI, R. (org.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.			
BRASIL. Ensino e pesquisa em história e humanidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas. Brasília: Editora do IFB, 2017.			
CARRETERO, M.; ROSA, A.; GONZÁLEZ, M. F. (Org.). Ensino da história e memória coletiva. Porto Alegre: Artmed, 2007.			
HIPÓLIDE, M. C. Contextualizar é reconhecer o significado do conhecimento científico. São Paulo: Phorte, 2012.			
KARNAL, L. (org.). História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
6º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA		Código: EDU31	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Teorias linguísticas. Concepções de linguagem e ensino de língua materna. Propostas curriculares para o ensino de língua portuguesa. O texto como objeto no ensino de língua portuguesa. Práticas de leitura. Práticas de escrita. Análise linguística. Materiais didáticos de língua portuguesa nos anos iniciais.			
Bibliografia Básica			
ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. Parábola Editorial, 2007. FIORIN, J. L. (Org.). Introdução à Linguística. 2 Vols. São Paulo: Contexto, 2006. GERALDI, J. W. (Org.) O texto na sala de aula: leitura e produção. São Paulo: Anglo, 2012.			
Bibliografia Complementar			
LEAL, T. F.; SUASSUNA, L. (Org.). Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica: reflexões sobre o currículo.1 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2014. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. RIOLFI, C.; et al. Ensino de língua portuguesa. São Paulo: Cengage Learning, 2014. ROJO, R.; BATISTA, A. A. G. (Org.). Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. WACHOWICZ, T. C. Análise linguística dos gêneros textuais. São Paulo: Saraiva, 2012.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
6º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
PESQUISA E ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL		Código: ECS02	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 30h	C/H Prática: 90h	C/H total:	120h/r 160h/aula
C/H Presencial: 120h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Observação e análise crítica dos processos de ensino e aprendizagem nas diversas situações do cotidiano. Estudo das concepções que fundamentam a prática docente. Processos de investigação e compreensão da realidade da Educação Infantil. O estágio supervisionado como espaço de integração entre teoria e prática. Elaboração e desenvolvimento de projetos de estágio em creches ou turmas de pré-escola. Produção do artigo final, construído a partir de uma análise crítica e reflexiva sobre a importância da prática de ensino na formação do(a) professor(a) de Educação Infantil.			
Bibliografia Básica			
ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Org.). Ensinando aos pequenos de zero a três anos . Campinas: Alínea, 2009. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012. OLIVEIRA, Z. de M. R. de. Educação Infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2011.			
Bibliografia Complementar			
ANJOS, C. I. dos. Estágio na Licenciatura em Pedagogia: 3. Arte na Educação Infantil . Petrópolis - RJ: Vozes; Maceió/AL: Edufal, 2012. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. MEDEL, C. R. M. de A. Educação Infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas . Petrópolis — RJ: Vozes, 2014. PICONEZ, S. C. B. (Coord). A Prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
7º Semestre	Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()		
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA		Código: EDU37	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r
			80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
A coordenação da atividade prática pedagógica no contexto da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise dos fundamentos do planejamento educacional, abordando os modelos de planejamento e sua relação com o processo de desenvolvimento e participação social. Planejamento pedagógico nas unidades escolares e nos sistemas educacionais O coordenador pedagógico face à organização do trabalho pedagógico e o cotidiano escolar. Construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico. Contribuições do coordenador pedagógico para a superação do fracasso escolar e articulação das relações sociais escola-família-comunidade.			
Bibliografia Básica			
ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (org). O coordenador pedagógico e a formação docente . São Paulo: Loyola, 2000.			
DIECKEL, A.; GARCIA, R. L. O pensar e o fazer dos supervisores e Orientadores Educacionais . 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.			
LÜCK, H. O coordenador pedagógico e o espaço de mudança . 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005.			
Bibliografia Complementar			
ALVES, N. (Org.). Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola . 9. ed. São Paulo: Cortez: Vozes, 2021.			
LÜCK, H. Planejamento em orientação educacional . 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2002			
LÜCK, H. O coordenador pedagógico e a educação continuada . São Paulo: Loyola, 2005.			
SEVERINO, A. J, FAZENDA, I. C. A. Formação docente: rupturas e possibilidades . Campinas, SP: Papirus, 2002.			
VASCONCELOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto pedagógico ao cotidiano de sala de aula . São Paulo: Libertad Editora, 2004.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
7º Semestre	Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()		
EDUCAÇÃO AMBIENTAL		Código: EDU39	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Histórico da Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental. Educação Ambiental no ambiente urbano e rural. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação. Pedagogia e ações socioambientais, ecopedagogia, etnopedagogia e pedagogia da terra. A escola como locus de ecoalfabetização e formação para a cidadania terrestre. A educação como fator de defesa do patrimônio natural/cultural. Planejamento Ambiental. Educação Ambiental e territórios Semiáridos. O estudo do meio enquanto componente curricular para o ensino de crianças.			
Bibliografia Básica			
BERNA, V. Como fazer educação ambiental. São Paulo: Paulus, 2010. CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. CARVALHO, L. D. A emergência da lógica da “Convivência Com o Semiárido” e a construção de uma nova territorialidade. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido, Selo Editorial-RESAB, 2006.			
Bibliografia Complementar			
BOFF, L. Saber cuidar Ética do humano – compaixão pela terra. 8a edição. Petrópolis: Vozes, 2015. REIGOTTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. DIAS, G.F. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia. 2006. NUNES, E.R.M. Alfabetização Ecológica: Um caminho para a sustentabilidade. Porto Alegre: Editora do Autor. 2005. TRAVASSOS, E. G. A prática da educação ambiental nas escolas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
7º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
EDUCAÇÃO INDÍGENA E QUILOMBOLA		Código: EDU38	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Refletir sobre a história dos povos indígenas e quilombolas no Brasil (genocídios, epistemicídios, escravização x lutas, resistências e retomadas de territórios). As nações indígenas e as comunidades quilombolas do território Sertão do São Francisco Pernambucano: identificação, localização, caracterização e historicidade. Refletir sobre os conceitos de raça, etnicidade, alteridade e interculturalidade na educação. Diferenciar educação Indígena e quilombola de educação escolar indígena e quilombola. Historicizar os marcos legais da educação escolar indígena e quilombola no Brasil. Conceituar, caracterizar e distinguir a educação escolar indígena e quilombola. Refletir sobre necessidade e importância da educação escolar indígena e quilombola no país. Analisar as legislações e as políticas públicas de educação escolar Indígena e quilombola no Brasil. Refletir sobre a atualidade, os desafios e as perspectivas da educação escolar Indígena e quilombola.			
Bibliografia Básica			
COELHO, M. O. de C. Educação escolar indígena e quilombola . <i>Série Universitária</i> . Publisher, Editora Senac São Paulo, 2021. LUCIANO-BANIWA, G. dos S. O Índio Brasileiro : o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. SILVA, G. M. (Org.) ; SILVA, R. A. A. (Org.) ; DEALDINA, S. S. (Org.) ; ROCHA, V. (Org.) . Educação Quilombola : territorialidades, saberes e as lutas por direitos. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.			
Bibliografia Complementar			
ALMEIDA, S. Racismo estrutural . São Paulo: Pólen, 2019. CUSTÓDIO, E, S. Educação Escolar Quilombola no Brasil : um olhar a partir de referenciais curriculares e materiais didáticos estaduais. São Paulo: Dialética, 2023. FERREIRA, D. C. de A.; CUNHA, K. S. O processo de estadualização da educação escolar indígena no estado de Pernambuco e os desafios para elaboração de um currículo intercultural. Linguagem: Estudos e Pesquisas , Goiânia, v. 25, n. 1, p. 29–42, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/71627 . FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 53 ed. Rio do Janeiro. Paz e Terra. 2019. MOURA, C. Quilombos : resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
7º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR		Código: EDU36	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A gestão democrática da Educação: os Sistemas de Ensino e os mecanismos de gestão: a descentralização. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A escolha do diretor da escola e a constituição das equipes pedagógicas: a gestão participativa. A estrutura organizacional de uma escola. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico: uma possibilidade de democratização escolar. O regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar.			
Bibliografia Básica			
HENGEMUHLE, A. Gestão de ensino e práticas pedagógicas . Petrópolis: Vozes, 2004. LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola teoria e prática . Goiânia: Alternativa, 2008. LUCK, H. Gestão Educacional . vol. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.			
Bibliografia Complementar			
FERREIRA, N. S. C. (org.). Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003. LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional . vol. II. Petrópolis,RJ: Vozes, 2006. PADILHA, P. R. Planejamento dialógico : como construir o projeto político pedagógico da escola. 8 ed., São Paulo: Cortez, 2008. PARO, V. H. Administração escolar : introdução crítica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006. VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico : uma construção possível. São Paulo: Cortez, 2001.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
7º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		Código: EDU40	
Pré-requisito(s): EDU12 – Metodologia da Pesquisa em Educação			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Elaboração do projeto de pesquisa. Orientações gerais, complementares e finais que desenvolvam um aprofundamento do conhecimento teórico-prático em atividades de interesse dos discentes para a construção do projeto de pesquisa tendo em vista a produção do conhecimento científico.			
Bibliografia Básica			
BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.			
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
Bibliografia Complementar			
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
GONÇALVES, H. DE A. Manual de projetos de pesquisa científica. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2007.			
LUNA, S. V. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2007.			
PRESTES, M. L. M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. São Paulo: Respel, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
7º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
PESQUISA E ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		Código: ECS03	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 30h	C/H Prática: 90h	C/H total:	120h/r 160h/aula
C/H Presencial: 120h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
A organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Reflexões sobre o estágio na formação do/a professor/a e sobre os pressupostos teóricos e metodológicos do Ensino Fundamental. Observação e análise crítica dos processos ensino-aprendizagem em todas as situações cotidiano das séries iniciais do Ensino Fundamental. Processos de investigação e conhecimento da realidade. Elaboração e execução de projeto de estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental, incluindo as modalidades EJA e Educação do Campo (escolas multisseriadas). Elaboração do artigo final das atividades de estágio, a partir de um olhar crítico e reflexivo sobre a importância da prática de ensino para a formação do/a professor/a dos anos iniciais do Ensino Fundamental.			
Bibliografia Básica			
ANDRÉ, M. (org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . Campinas/SP: Papirus, 2012. MORAES, G. L. Estágio na licenciatura em pedagogia : 1. Projetos de leitura e escrita nos anos iniciais. Petrópolis - RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012. PIMENTA, S. G. (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2020.			
Bibliografia Complementar			
BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. Infância, Educação e direitos Humanos . 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2017. MARTINS, J. S. Situações práticas de ensino e aprendizagem significativa . São Paulo: Autores Associados, 2009. PICONEZ, S. C. B. (Coord). A Prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
8º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
CULTURA DIGITAL E EDUCAÇÃO		Código: EDU41	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Contexto social contemporâneo e o conceito de cultura digital e a educação. Os aspectos conceituais da cultura digital na educação. Explorar os conceitos de autoria, colaboração e compartilhamento para desenvolvimentos de processos pedagógicos, desenvolvendo uma reflexão teórica e prática referente a convergência e divisão da informação e a implicações sociais.			
Bibliografia Básica			
LÉVY, P. Cibercultura . São Paulo: Editora 34, 2010. LEMO, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea . Porto Alegre: Sulina, 2010. CASTELLS, M. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 2000.			
Bibliografia Complementar			
JENKINS, H. Cultura da convergência . São Paulo: Aleph, 2012. MARTINO, L. M. S. Teoria das Mídias Digitais . Vozes, 2014. MENEZES, K. M. Pirâmide da Pedagogia Hacker: Vivências do (In)Possível . 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2022. PRETTO, N. L. Educação digital: a escola na era da informação . Salvador: EDUFBA, 2019. SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura . 4. ed. São Paulo: Paulus, 2020.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
8º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
EDUCAÇÃO DO CAMPO		Código: EDU43	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Concepções e princípios das relações campo e cidade (rural e urbano). Diversidade do campo no Brasil. Movimentos sociais e educação. Princípios históricos da Educação do Campo. Concepções e práticas de Educação do Campo. Educação do Campo e alternâncias educativas. Espaços, sujeitos e princípios da Educação do Campo. Educação do Campo e o respeito à diversidade e os saberes do campo. PRONERA. Atualidades e experiências em Educação do Campo.			
Bibliografia Básica			
CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo . São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
GUIMARÃES, G. M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C.; ZIMMERMANN, S. A. (Org.). O Rural Contemporâneo em Debate: temas emergentes e novas institucionalidades . 1.ed. Ijuí: Unijuí, 2015.			
SANTOS, C. A. dos. Educação do Campo, Políticas Públicas, Educação . Brasília: INCRA/MDA/NEAD, 2008.			
Bibliografia Complementar			
CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra . 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.			
MACHADO, C. L. B.; CAMPOS, C. S. S. e PALUDO, C. (Orgs.). Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências organizadoras . Brasília: MDA, 2008.			
MOLINA, M. C. (Org.). Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão . (pp. 103-126). Brasília – DF: MDA/MEC, 2010.			
PAULA, R. P. de; FERNANDES, B. M.; GIRARDI, E. P.; MESSIAS, R. C. Educação e Direitos Humanos: a participação do PRONERA na construção da Educação do Campo. Bauru , v. 3, n. 2, p. 15-41, jul./dez. 2015. Disponível em: https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/283 .			
REIS, E. dos S.; CARVALHO, L. D. (Orgs.). Educação contextualizada: fundamentos e práticas . Juazeiro, BA: UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus III; NEPEC-SAB; MCT; CNPq; INSA, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
8º Semestre		Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: EDU42	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Trajetória histórica e políticas públicas da educação profissional no Brasil; Pressupostos teórico-metodológicos da Educação Profissional e Tecnológica. Trata das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, a partir de uma abordagem inclusiva, interdisciplinar, em espaços formais e não formais, em conformidade com a perspectiva do trabalho como princípio educativo e do currículo integrado.			
Bibliografia Básica			
ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional . Campinas: Autores Associados. 2011. FRIGOTO G. CIAVATA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições . São Paulo: Cortez, 2005. MOLL, J. (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades . Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.			
Bibliografia Complementar			
DEMO, P. Política social, educação e cidadania . 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século . 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. MARX, K. Textos sobre Educação e Ensino . Campinas, SP: Navegando, 2011. MANFREDI, S. M. Educação profissional no Brasil . São Paulo: Cortez, 2002. MOURA, D. H. (Org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional . Campinas: Mercado de Letras, 2014.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
8º Semestre	Componente Curricular (Disciplina): Obrigatória (X) Optativa ()		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		Código: EDU44	
Pré-requisito(s): EDU40 – Trabalho de Conclusão de Curso I			
C/H Teórica: 45h	C/H Prática: ---	C/H total:	45h/r 60h/aula
C/H Presencial: 45h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Ressignificação do projeto de pesquisa tendo como referencial o processo de construção do conhecimento vivenciado no decorrer do curso. Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação docente, conforme regulamentação vigente. Defesa oral do trabalho final perante Banca Avaliadora.			
Bibliografia Básica			
BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.			
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
Bibliografia Complementar			
BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. 3. ed. São Paulo: Ed.Martins Fontes, 2019.			
GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa em educação no Brasil: caminhos e desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2022.			
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.			
MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.			
TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2022.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
8º Semestre		Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória (X) Optativa ()	
PESQUISA E ESTÁGIO EM GESTÃO		Código: ECS04	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 30h	C/H Prática: 45h	C/H total:	75h/r
			10h/aula
C/H Presencial: 75h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Princípios e conceitos teóricos do estágio em gestão. Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Práticas de observação e registro dos processos de gestão das escolas de Educação Básica e secretarias de educação. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais/mães/responsáveis. Estudo e análise crítica da gestão escolar. A atuação do(a) pedagogo(a) na gestão da escola pública. Elaboração e execução de projeto de estágio em gestão. Elaboração das atividades de estágio, a partir de um olhar crítico e reflexivo sobre a gestão para a formação do(a) pedagogo(a).			
Bibliografia Básica			
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2018. MIZUKAMI, M. G. N. et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. 1ª ed. São Paulo: EDUFISCAR, 2021. SAVIANI, D.; DOURADO, L. F. (Orgs.). Políticas e gestão da educação no Brasil: história, desafios e perspectivas. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.			
Bibliografia Complementar			
DOURADO, L. F. (Org.). Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2019. IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2019. LÜCK, H. Gestão democrática da educação: atualidade, princípios e desafios. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2021. VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2020.			

3.14.2 Componentes Curriculares Optativos

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES		Código: OPT01	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Estudo da educação como prática social e ato político voltado ao desenvolvimento integral do(a) cidadão(a). Análise conceitual da educação e da educação não escolar, com ênfase nos aspectos teóricos e práticos do campo da educação não formal. Discussão das demandas socioeducacionais das instituições contemporâneas brasileiras e das possibilidades de intervenção pedagógica em diferentes contextos. Exame da fundamentação legal e dos espaços de atuação do(a) pedagogo(a) em contextos educativos não escolares e não formais.			
Bibliografia Básica			
BERNARDES, C. A. de A. Pedagogia Jurídica: contribuições do pedagogo em Varas de Infância e Juventude. Editora Dialética, 2021. CARVALHO, A. D.; SEVERINO, A. J. (Orgs.). Educação Social e Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2018. MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo: história, práticas e desafios no Brasil. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2020.			
Bibliografia Complementar			
BRANDÃO, C. R. Educação Popular na Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 2017. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. GARCIA, M. A. Pedagogia Empresarial e Corporativa: formação humana e desenvolvimento profissional no trabalho. São Paulo: Atlas, 2021. GOHN, M. da G. Educação não formal e movimentos sociais: uma trajetória de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021. MELO, S. F. de; SANTOS, G. L. dos. Pedagogia Jurídica: práticas educativas no sistema de justiça. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2022.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
EDUCAÇÃO POPULAR		Código: OPT02	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Estudo da Educação Popular como campo de crítica e transformação das formas tradicionais de ensino e aprendizagem. Análise das principais teorias e fundamentos da educação popular, de sua trajetória histórica e dos desafios contemporâneos no século XXI. Discussão de conceitos como o diálogo de saberes em Paulo Freire, a tradução intercultural de saberes em Boaventura de Sousa Santos, as reflexões sobre escolarização em Ivan Illich e a proposta de Universidade dos Movimentos Sociais, compreendendo a educação como prática emancipatória e de construção coletiva do conhecimento.			
Bibliografia Básica			
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. PONTUAL, P.; IRELAND, T.; GADOTTI, M. (Orgs.). Educação Popular : histórias, princípios e práticas. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2019. SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI : para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.			
Bibliografia Complementar			
CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra . 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. FREIRE, P. Comunicação ou Extensão? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. (Orgs.). Educação do Campo e Agroecologia . Brasília: MDA; UFMG, 2020. SANTOS, B. S. O Fim do Império Cognitivo . Belo Horizonte: Autêntica, 2019 SANTOS, B. de S. Pelas Mãos de Alice : o social e o político na pós-modernidade. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PEDAGOGIA FREIRIANA			Código: OPT03
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo da concepção de ser humano e da vocação ontológica em Paulo Freire, articulando cultura, natureza e as matrizes da práxis freiriana. Análise da teoria do conhecimento e do sentido gnosiológico do ato educativo, compreendendo a educação como ato dialógico e prática da liberdade. Discussão sobre o Círculo de Cultura, a leitura do mundo e da palavra, e a politicidade inerente à educação. Reflexão sobre a utopia e a transformação da realidade na perspectiva freiriana, bem como o sentido ético, político e humanizador da profissão docente em Freire			
Bibliografia Básica			
FREIRE, A. M. A. A pedagogia da libertação em Paulo Freire . 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire . São Paulo: Scipione, 2019.			
Bibliografia Complementar			
BRANDÃO, C. R. (Org.). O que é método Paulo Freire? 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018. FREIRE, P. Professora, sim; tia, não : Cartas a quem ousa ensinar. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021. GADOTTI, M. (Org.). Paulo Freire : uma biobibliografia. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018. SAUL, A. M.; PEREIRA, M. F. (Orgs.). Paulo Freire e a Educação Popular Hoje . São Paulo: Cortez, 2021. STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). Dicionário Paulo Freire . 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: RECREAÇÃO, JOGOS E BRINCADEIRAS			Código: OPT04
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo das concepções e abordagens sobre recreação, jogos, brinquedos e brincadeiras na educação. Análise da importância das práticas lúdicas no desenvolvimento cognitivo, emocional, afetivo e nas relações socioculturais das crianças. Discussão sobre o uso da recreação, jogos e brincadeiras no planejamento e na avaliação do ensino e da aprendizagem, bem como a integração de jogos digitais como recurso pedagógico e potencializador de experiências educativas significativas.			
Bibliografia Básica			
FRIEDMANN, A. Arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais. Rio de Janeiro: Vozes, 2021. LOPES, M. da G. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. São Paulo: Cortez, 2019. KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2021.			
Bibliografia Complementar			
ALVES, E. M. S. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. Campinas, SP: Papirus, 2018. BRENELLI, R. P. O jogo como espaço para pensar: a construção de noções lógicas e aritméticas. Campinas, SP: Papirus, 2020. GUARINO, G.; VILLAÇA, P. Educação científica e vida cotidiana: práticas de ensino e aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2022. PEREIRA, L. M.; SOUSA, A. C. Jogos e aprendizagem matemática: fundamentos teóricos e aplicações práticas. São Paulo: Cortez, 2021. ROUGERE, G.; WAJSKOP, G. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 2017.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
PROCESSOS INTERDISCIPLINARES NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO			Código: OPT05
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Estudo das epistemologias e metodologias de ensino das áreas específicas e interdisciplinares. Análise das abordagens disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar e suas implicações para o processo educativo. Discussão sobre a interação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento e o papel da pesquisa na Educação Básica. Exploração da pesquisa de opinião como ferramenta de abordagem interdisciplinar na formação de professores e estudantes. Reflexão sobre os princípios da aprendizagem significativa e da construção do conhecimento em contextos educativos diversos.			
Bibliografia Básica			
BAGNO, M. Pesquisa na escola : o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2021. COULON, A. Etnometodologia e Educação . São Paulo: Cortez, 2017. DEMO, P. Pesquisa : princípio científico e educativo. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2020.			
Bibliografia Complementar			
ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, L. A. Juventudes e escolas : sentidos e buscas. Brasília, DF: UNESCO, 2018. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2021. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. 3. ed. São Paulo: EPU, 2018. SAVIANI, D. Escola e democracia . 42. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2018.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO		Código: OPT06	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r
			80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Refleti sobre as perspectivas epistemológicas e suas implicações na concepção, produção e organização dos saberes. Análise da influência da História e da Filosofia da Ciência na pesquisa social. Estudo das epistemologias que fundamentam a pesquisa em Educação, incluindo Positivismo, Fenomenologia, Materialismo Histórico e Epistemologias do Sul. Discussão dos fundamentos dos saberes pedagógicos a partir de epistemologias tensionadas por pautas éticas, políticas e estéticas, relacionadas à formação humana multidimensional e aos desdobramentos das relações sociais que afirmam e valorizam a sociobiodiversidade.			
Bibliografia Básica			
HOOKS, B. Ensinando a transgredir : a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2020. MCLAREN, P. Multiculturalismo revolucionário : pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015. MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente . Campinas, SP: Papyrus, 2015.			
Bibliografia Complementar			
FREIRE, P. Educação como prática de liberdade . 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. GADOTTI, M. Concepção dialética da educação : um estudo introdutório. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2021. JAPIASSU, H. Introdução ao pensamento epistemológico . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2012. SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente : contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2019. SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.) Epistemologias do Sul . São Paulo: Editora Cortez, 2019.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
AUTOBIOGRAFIA E EDUCAÇÃO		Código: OPT07	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Estuda a abordagem (auto)biográfica na Educação e em espaços de formação socioeducativos. Discute a autobiografia como caminho de (auto)formação e reflexão da atividade docente a partir das histórias de vida. Analisa as narrativas autobiográficas no percurso escolar e profissional, considerando subjetividade, identidade docente e trajetória interior. Debate sobre a vida comunitária em perspectiva do Ubuntu e as relações de comunalidade na constituição do “si/nós”. Reflete sobre experiências de colonialidade e decolonialidade no processo de formação docente em contextos de integração latino-africana. Examina os fundamentos históricos e epistemológicos do método (auto)biográfico. Desenvolve laboratório de produção de narrativas autobiográficas e de práticas pedagógicas que articulam histórias de vida dos(as) estudantes às comunidades de pertencimento.			
Bibliografia Básica			
SOUZA, E. C. de; VICENTINI, P. P.; LOPES, C. E. Vida, narrativa e resistência: biografização e empoderamento. Curitiba, Editora CRV, 2018.			
FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (org.). O método (auto)biográfico e a formação. 2. ed. Lisboa: Ministério da Saúde, 2010.			
PASSEGGI, M. da C. Reflexividade narrativa e poder auto(trans)formador. Práxis Educacional , v. 17, n. 44, p. 93-113, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8018 .			
Bibliografia Complementar			
CAMARGO, M. R. R. M. de (org). Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010.			
BERTAUX, D. Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2021.			
JOSSO, M. C. A experiência de vida como coração da aprendizagem e da formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.			
LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação , n. 19, p. 20-28, 2002.Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/ .			
SOUZA, E. C. Histórias de vida, formação e autobiografia. 2. ed. Curitiba: Appris, 2022.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE		Código: OPT08	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo dos fundamentos históricos, políticos, sociais e culturais da profissão docente no Brasil. A docência como prática social, ética e pedagógica comprometida com a formação humana. Construção da identidade profissional do professor, seus saberes e fazeres, em diálogo com experiências, contextos e políticas educacionais. Relações entre formação inicial, formação continuada e desenvolvimento profissional docente. Valorização, condições de trabalho e desafios da profissão no cenário contemporâneo. A profissionalização docente na perspectiva da autonomia, da colaboração, da pesquisa na prática e do compromisso com a transformação da realidade educativa.			
Bibliografia Básica			
FRANCO, M. A. S. Pedagogia como ciência da educação : fundamentos e desafios da formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2023. NÓVOA, A (org.). Profissão professor . 2. ed. Porto: Porto Editora, 2021. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.			
Bibliografia Complementar			
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2021. GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. Professores do Brasil : novos cenários de formação e profissão. Brasília, DF: UNESCO, 2019. IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional : formar-se para a mudança e a incerteza. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2020. LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2019. PIMENTA, S. G. Formação de professores : identidade e saberes da docência. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2019.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
LÍNGUA INGLESA INSTRUMENTAL		Código: OPT09	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Panorama histórico do inglês para fins específicos. Estágios de desenvolvimento da leitura. Estratégias e técnicas de leitura (conhecimento prévio, informação verbal e não-verbal, cognatos e falsos cognatos, inferência e predição, estrutura do texto, palavras-chave, mapa mental, estratégias de <i>skimming</i> e <i>scanning</i>...). Identificação e análise de informação geral e específica. Compreensão de conteúdo explícito e implícito. Referência contextual e pronominal. Tipos e gêneros textuais. Processos de formação de palavras. Tipos de locuções, frases, orações e períodos (<i>phrases</i>, <i>sentences</i> e <i>clauses</i>). Verbos frasais e preposicionados. Conjunções e palavras de ligação. Estrutura de tempos verbais simples, progressivos e perfeitos. Técnicas de tradução. Estrutura gramatical e compreensão leitora. Análise de vocabulário relacionado com educação, literatura e pedagogia.			
Bibliografia Básica			
BROWN, H. D. Language assessment: Principles and classroom practices. New York: Pearson, 2004. CALDWELL, J.; JENNINGS, J.; LERNER, J. Reading problems: Assessment and teaching strategies. 7th ed. Boston, MA: Pearson, 2014. HATIM, B.; MUNDAY, J. Translation: An advanced resource book. London: Routledge, 2004.			
Bibliografia Complementar			
AARTS, B.; BOWIE, J.; POPOVA, G. (ed.). The Oxford handbook of English grammar. Oxford: Oxford University Press, 2020. CARTER, C. Mindsapes: Critical reading skills and strategies. Boston, MA: Wadsworth: Cengage Learning, 2011. HUTCHINSON, T.; WATERS, A. English for Specific Purposes: A learning-centred approach. Reprint. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. NUTTALL, C. Teaching reading skills in a foreign language. Oxford: Macmillan, 2005. PALTRIDGE, B.; STARFIELD, S. (ed.). The handbook of English for Specific Purposes. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2013.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
LÍNGUA ESPANHOLA INSTRUMENTAL		Código: OPT10	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação de textos em língua espanhola, com foco na identificação de ideias centrais e na ampliação do repertório cultural. Estudo de aspectos culturais de povos hispano falantes, promovendo a compreensão das relações entre língua, cultura e identidade. Reflexão sobre a importância do conhecimento de uma língua estrangeira para a formação humana, acadêmica e profissional, valorizando a diversidade cultural e o diálogo intercultural.			
Bibliografia Básica			
FANJUL, A. P. Gramática y práctica de español para brasileños . 4. ed. São Paulo: Santillana, 2019. DICCIONARIO CLAVE. <i>Diccionario de uso del español actual</i> . Madrid: SM, 2019. TAMARGO, A. Conjugación verbal en español . Madrid: Edelsa, 2018.			
Bibliografia Complementar			
GARCÍA CANCLINI, N. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade . 6. ed. São Paulo: Edusp, 2021. QUARESMA, H. Textos, culturas e leitura em espanhol . São Paulo: Parábola Editorial, 2019. PORTO OTERO, M. I. Aprender español . Disponível em: https://aprenderespanol.org/ REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española . Madrid, 2024. Disponível em: https://www.rae.es/ . RODRÍGUEZ, A. Gramática básica del estudiante de español . São Paulo: Difusión, 2015.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II		Código: OPT11	
Pré-requisito(s): EDU03 – Língua Brasileira de Sinais I			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Revisão de conceitos e morfologia da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento, das habilidades de compreensão e expressão necessárias à comunicação com surdos sinalizantes da Língua de Sinais Brasileira (Libras). Emprego da Língua Brasileira de Sinais em situações discursivas formais: vocabulário, verbos, morfologia, sintaxe e semântica. Prática de conversação.			
Bibliografia Básica			
CAPOVILLA, F. C.; RAFHAEL, V. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos . Vol. I , II e III. São Paulo: EDUSP, 2017.			
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes médicas, 2004.			
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda . Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP). Legislação específica de Libras . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp .			
FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. Libras em contexto : Curso Básico. Brasília: MEC; SEESP, 2007.			
FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática de línguas de sinais . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.			
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . 1. ed. São Paulo: Parábola, 2009.			
SKLIAR, C. Surdez : um olhar sobre as diferenças. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
DIFICULDADES NO ENSINO/APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA		Código: OPT12	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Retomada dos principais conceitos e concepções relacionados à alfabetização e letramento; Identificação e conceituação das diferentes dificuldades no processo de ensino/aprendizagem da leitura e da escrita; Impactos das dificuldades de ensino/aprendizagem da leitura e da escrita no fracasso escolar. Principais abordagens das dificuldades escolares da leitura e da escrita; Diagnóstico das dificuldades e intervenção em processos de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. O papel do(a) professor(a) diante das dificuldades de leitura e da escrita dos(as) estudantes.			
Bibliografia Básica			
CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística . 11.ed. São Paulo: Scipione, 2009. GOMES, M. de F. C.; SENA, M. das G. de C. (Orgs.). Dificuldades de aprendizagem na alfabetização . Belo Horizonte: Autêntica, 2006. PATTO, M. H. S. A Produção do Fracasso Escolar : Histórias de Submissão e Rebeldia. Edição: 4a ed. Revista e ampliada. Intermeios, 2015.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa : currículo no ciclo de alfabetização: perspectiva para uma educação do campo: educação do campo: unidade 01. Brasília: MEC, SEB, 2012. CARVALHO, M. Alfabetizar e Letrar : Um Diálogo entre a Teoria e a Prática. 5. Ed. Rio de Janeiro Vozes, 2008. COPETTI, J. Dificuldades de aprendizado : manual para pais e professores. Curitiba: Juruá, 2012. HUDSON, D. Dificuldades específicas de aprendizagem : ideias práticas para trabalhar com dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger, TOC. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. SMITH, C. Dificuldades de aprendizagem de A a Z : um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2012.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA		Código: OPT13	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo da Educação Física na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando suas concepções, fundamentos e procedimentos pedagógicos. Análise do movimento humano e de suas dimensões no processo de desenvolvimento integral da criança. Discussão sobre recreação e lazer como fatores de promoção de saúde e qualidade de vida. Abordagem das concepções teóricas da Educação Física e dos conteúdos apropriados para essas etapas da Educação Básica, incluindo diferentes modalidades educativas. Desenvolvimento de projetos interdisciplinares articulando a Educação Física às demais áreas do conhecimento na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Estudo da relação entre Educação Física e tendências pedagógicas, bem como das práticas inclusivas e estratégias metodológicas. Planejamento e organização de espaços, materiais e recursos.			
Bibliografia Básica			
DARIDO, S. C.; RANGEL, I. A. (org.). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro. 4. ed. rev. São Paulo: Scipione, 2020. NEIRA, M. G.; NUNES, M. R. Educação física na escola: conhecimentos e saberes em ação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2022.			
Bibliografia Complementar			
BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física e cultura corporal. Campinas, SP: Papirus, 2019. BRACHT, V. Educação física e aprendizagem social. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. BRANDL, S. Educação física na Educação Infantil: práticas pedagógicas. 2. ed. Curitiba: CRV, 2020. GALLAHUE, D.; OZMUN, J.; GOODWAY, J. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021. SOUZA, J. H.; GALVÃO, Z. R. de O. (org.). Educação Infantil e movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2020.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
PROJETOS EDUCACIONAIS		Código: OPT14	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Fundamentos e concepções de projetos educacionais na formação do(a) pedagogo(a). Tipologias e finalidades dos projetos no contexto escolar e comunitário. A Pedagogia de Projetos como abordagem curricular orientada à interdisciplinaridade, à participação e à investigação. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos articulados às práticas pedagógicas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Integração entre saberes, experiências, tecnologias e contextos socioculturais. Elaboração de projetos educacionais comprometidos com a inclusão, a formação integral e a transformação educativa.			
Bibliografia Básica			
ALMEIDA, M. E. B. de; FONSECA, M. da C. Pedagogia de Projetos e Integração de Tecnologias na Educação . São Paulo: Loyola, 2020. BOSS, S.; LARMER, J. Ensino Baseado em Projetos : Explorando o aprendizado do século 21. Porto Alegre: Penso, 2018. NOGUEIRA, N. R. Pedagogia dos Projetos : Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das competências. 6. ed. São Paulo: Érica, 2014.			
Bibliografia Complementar			
FAZENDA, I. C. A. Didática e interdisciplinaridade . 21. ed. Campinas: Papirus, 2018. HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho : o conhecimento é um caleidoscópio. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. MARTINS, J. S. Projetos de pesquisa : estratégias de ensino em sala de aula. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos : planejamento e gestão de projetos educacionais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2019. ZABALA, A. A prática educativa : como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2014.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA		Código: OPT15	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---		C/H de Extensão: ---
Ementa			
Estudo dos fundamentos históricos, políticos, pedagógicos e tecnológicos da Educação a Distância (EaD) no Brasil e no mundo. Análise das concepções educativas que sustentam os processos formativos mediados por tecnologias digitais, ambientes virtuais e práticas colaborativas de aprendizagem. Discussão sobre modelos, metodologias e desenho didático na EaD, considerando a formação de professores e a inclusão digital. Estudo das políticas e propostas institucionais de EaD. Planejamento, acompanhamento e avaliação de atividades formativas em ambientes virtuais, com foco na mediação pedagógica, no diálogo, na construção de comunidades de aprendizagem e na humanização das interações educativas.			
Bibliografia Básica			
BELLONI, M. L. Educação a distância . 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. MILL, D. Educação a distância e a formação de professores: perspectivas críticas . Curitiba: Appris, 2020. MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. Educação a distância: sistemas e ambientes de aprendizagem . 4. ed. São Paulo: Cengage, 2021.			
Bibliografia Complementar			
ALMEIDA, M. E. B. Tecnologias e formação de professores: repensando a prática pedagógica . Campinas: Papirus, 2020. KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação . 9. ed. Campinas: Papirus, 2021. MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 24. ed. Campinas: Papirus, 2020. RIBEIRO, F.; MILL, D. Docência em educação a distância: saberes, fazeres e mediações pedagógicas . Curitiba: Appris, 2021. SANTOS, E. Educação online: ciberespaço, formação e docência . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2022.			

 INSTITUTO FEDERAL Sertão Pernambucano Campus Santa Maria da Boa Vista		Licenciatura em Pedagogia	
Componente Curricular (Disciplina) - Obrigatória () Optativa (X)			
EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE		Código: OPT16	
Pré-requisito(s): Não há			
C/H Teórica: 60h	C/H Prática: ---	C/H total:	60h/r 80h/aula
C/H Presencial: 60h	C/H Não Presencial/EaD: ---	C/H de Extensão: ---	
Ementa			
Estudo da sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva, suas implicações na formação humana e nos processos educativos. Abordagens contemporâneas de Educação Sexual e seus fundamentos éticos, científicos e pedagógicos. Estudos de gênero e suas relações com a educação: conceitos, debates e movimentos sociais. Escolarização e políticas educacionais voltadas à promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual. Planejamento e uso de recursos didáticos e metodológicos para o trabalho pedagógico em Educação Sexual no contexto escolar. Interfaces entre gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, em perspectiva de direitos humanos e inclusão.			
Bibliografia Básica			
FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. MEYER, D. E.; SOARES, R. (orgs.). Corpos, gêneros, sexualidades: políticas e práticas na escola. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.			
Bibliografia Complementar			
LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. JUNQUEIRA, R. D. (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2009. HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. SCOTT, J. Gênero e a política da história. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2019.			

3.15 Certificação

A Organização Acadêmica do IFSertãoPE, estabelece que a solicitação de emissão do Diploma, junto à Secretaria de Controle Acadêmico, poderá ser feita pelo(a) discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista após o atendimento à Resolução n.º 41/2020 que estabelece no:

Art. 151. Os (As) estudantes concluintes dos Cursos de Graduação receberão a outorga de grau em solenidade de outorga de grau pública e coletiva, que possui caráter obrigatório como etapa formal para obtenção do diploma.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese a outorga do grau será dispensada.

Art. 152. Participará da solenidade e receberá a outorga do grau apenas o(a) estudante habilitado(a), não sendo permitida a outorga de grau por procuração, salvo em caso de outorga de grau extemporânea.

§1º A participação do(a) estudante de graduação na outorga de grau somente será permitida se este, até 20 dias corridos, antes da data da solenidade de outorga de grau, atender a todos os requisitos abaixo:

- I. integralizar todos os componentes curriculares previstos no PPC;
- II. estiver em situação regular com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- III. cumprir o estágio e todos os atos decorrentes dele, quando previsto no PPC;
- IV. apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso, quando previsto no PPC, com a versão final entregue;
- V. ter cumprido toda a carga horária de Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais prevista no PPC, quando for o caso;
- VI. não ter pendência de documentação junto à Coordenação de Controle Acadêmico;
- VII. não ter pendências junto à Biblioteca.

§2º É proibida a participação simbólica de estudantes de graduação em sessões de outorga de grau solene.

3.16 Ações decorrentes do processo de avaliação do curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) serão submetidos a processos contínuos e articulados de avaliação, com o objetivo de assegurar a excelência acadêmica, promover a qualidade da formação docente e

consolidar o curso como referência no contexto institucional e regional. Esses mecanismos avaliativos não se limitam à simples verificação de desempenho, mas constituem instrumentos estratégicos de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, a gestão acadêmica e a experiência formativa, permitindo que o curso se ajuste constantemente às demandas contemporâneas da educação e às necessidades da sociedade.

Internamente, o processo de avaliação será conduzido pelo Colegiado do Curso, anualmente, em conformidade com normas estabelecidas pelo Regimento Interno e desenvolvidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com aprovação do Departamento de Ensino. A avaliação interna abrangerá múltiplas dimensões da vida acadêmica: os(as) estudantes, os(as) docentes e os aspectos de gestão do curso. Indicadores como índice de evasão, inserção dos(as) formandos(as) no mercado de trabalho e em programas de pós-graduação, participação em convênios e projetos interdisciplinares de ensino, pesquisa, extensão e inovação, produção científica, avaliação da estrutura curricular e da biblioteca, além da média das avaliações anuais por grupo de alunos(as), servirão como parâmetros para subsidiar a tomada de decisão e a implementação de ações de aprimoramento.

A avaliação será reforçada pela atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do campus, composta por representantes titulares e suplentes dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo. A CPA terá autonomia para conduzir os processos internos de avaliação, sistematizar informações solicitadas pelo INEP e elaborar relatórios anuais que descrevam os resultados obtidos, identifiquem fragilidades, evidenciem potencialidades e proponham ações estratégicas de melhoria. Essa estrutura assegura que os processos de avaliação não sejam burocráticos, mas instrumentos de reflexão, diálogo e construção coletiva, fortalecendo a cultura institucional de participação, responsabilidade e compromisso com a qualidade acadêmica.

Externamente, o curso será avaliado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme a Lei n.º 10.861/2004, que prevê avaliações periódicas voltadas à autorização, ao reconhecimento e à renovação do reconhecimento dos cursos de graduação. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) será um dos instrumentos centrais desse processo, permitindo a medição do rendimento dos(as) discentes em relação às competências, habilidades e conhecimentos esperados no curso. Os resultados do ENADE, aliados às avaliações internas, fornecem subsídios para a reflexão sobre a efetividade da formação oferecida, apontando caminhos para ajustes curriculares, metodológicos e de gestão.

A autoavaliação institucional desenvolvida pela CPA será estruturada em cinco eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física, abrangendo dez dimensões do SINAES. Essa estrutura permite analisar

de forma integrada a missão institucional, o planejamento estratégico, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, a organização administrativa, a sustentabilidade financeira e a infraestrutura, criando uma visão ampla e crítica do funcionamento do curso.

O caráter reflexivo das avaliações vai além dos números. Ele incentiva a construção de um espaço de escuta e diálogo entre docentes, discentes e gestores, promovendo a análise conjunta de problemas e a proposição de soluções inovadoras. Por exemplo, ao identificar altos índices de evasão ou dificuldades acadêmicas de determinados grupos, o curso poderá implementar estratégias pedagógicas personalizadas, acompanhamento tutorial e programas de apoio acadêmico. Ao analisar a produção científica e projetos de extensão, será possível fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e prática comunitária, garantindo que os(as) licenciandos(as) vivenciem a educação como prática social transformadora. A avaliação da infraestrutura, por sua vez, permitirá orientar melhorias em laboratórios, bibliotecas, salas de aula e espaços de convivência, fortalecendo as condições de ensino e aprendizagem e estimulando a participação ativa dos(as) estudantes.

Para o(a) futuro(a) pedagogo(a), esse processo de avaliação e autoavaliação representa mais do que um instrumento institucional: é uma oportunidade de compreender a educação de forma crítica, reflexiva e ética. Ao participar de um curso que valoriza a análise contínua de seus processos e resultados, o(a) futuro(a) docente desenvolverá a capacidade de planejar, executar e refletir sobre sua prática pedagógica, considerando as necessidades e potencialidades de seus(suas) alunos(as) e do contexto escolar. Ele(a) compreenderá que a avaliação não é apenas um fim em si mesma, mas um meio para aprimorar o ensino, fortalecer a aprendizagem e contribuir para a construção de uma escola inclusiva, democrática e de qualidade.

Dessa forma, os mecanismos de avaliação, internos e externos, aliados à cultura de autoavaliação, permitem que o curso de Licenciatura em Pedagogia se consolide como espaço de formação de profissionais críticos, éticos e competentes, capazes de atuar com responsabilidade e sensibilidade no enfrentamento de desafios educacionais. A reflexão constante sobre os resultados obtidos possibilitará a implementação de ações corretivas e preventivas, a exploração de potencialidades e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, garantindo que o curso cumpra sua missão de formar pedagogos(as) comprometidos com a transformação social e a promoção de uma educação justa, inclusiva e de excelência.

4. CORPO DOCENTE E TÉCNICO

4.1 Coordenação do Curso

À Coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia compete às funções de planejamento, controle, avaliação e registro das atividades técnicas vinculadas ao Projeto Pedagógico do Curso e institucional, além do melhor aproveitamento dos recursos físicos e didáticos disponíveis.

A Coordenação deverá ser sempre ocupada por docente com regime de trabalho de 40 horas ou dedicação exclusiva (DE), que assume o papel de conduzir as atividades, com a finalidade de responder junto às instâncias competentes questões diretamente relacionadas à natureza pedagógica e administrativa, além de viabilizar e concretizar necessidades internas do corpo docente e discente do curso. As atividades executadas no âmbito da Coordenação devem estar em consonância com as decisões tomadas pelo Colegiado do Curso e com as normas internas da Instituição. De acordo com a Resolução n.º 46 – CONSUP, de 26 de outubro de 2021, são atribuições do Coordenação:

-  promover a implantação da proposta curricular do curso, em todas as suas modalidades;
-  avaliar continuamente a qualidade do curso, em conjunto com o corpo docente e discente;
-  formular diagnósticos sobre os problemas existentes no curso e promover ações visando a sua superação;
-  convocar reuniões ordinárias e extraordinárias conforme a necessidade dos serviços;
-  garantir a execução das atividades previstas no Calendário Acadêmico de referência;
-  solicitar periodicamente dos(as) professores(as) os planos das disciplinas ministradas em cada curso, em conformidade com ementa da respectiva disciplina, contendo conteúdo programático, objetivos, metodologias, critérios de avaliação, bibliografia básica e complementar;
-  articular a divulgação dos planos de disciplinas entre os(as) docentes, permitindo a multidisciplinaridade;
-  disponibilizar o projeto de curso em meios eletrônicos;
-  promover a adaptação acadêmica de alunos(as) ingressantes;
-  relatar anual a Direção de Ensino do campus de origem do IFSertãoPE, os resultados gerais das atividades desenvolvidas pela coordenação do curso;
-  colaborar com os processos Avaliativos de Desenvolvimento Docente;
-  orientar os(as) alunos(as) na organização e seleção de suas atividades curriculares do curso;
-  acompanhar as atividades do(a) supervisor(a) de estágio de formação profissional;

- organizar e distribuir recursos materiais e espaço físico de acordo com as necessidades do curso;
- interagir com o setor de Controle Acadêmico na oferta de disciplinas curriculares e nos Processos Acadêmicos Discente;
- participar da comissão de horário escolar;
- acompanhar os prazos das atividades desenvolvidas pelos(as) docentes, sejam elas: comissões, plano e relatório individual de trabalho, entrega de notas e registro de frequência discente, entre outras solicitadas pela gestão acadêmica;
- apresentar o curso que coordena perante órgãos superiores do IFSertãoPE quando necessário;
- compartilhar com a Comissão Institucional de Formatura, os procedimentos de conclusão de curso;
- coordenar eventos internos e externos relacionados ao curso;
- colaborar com o sistema de avaliação nacional de cursos: ENADE, CPA, Censo da Educação Superior e/ou outros que estejam em vigência;
- acompanhar a frequência docente do curso;
- assistir à comissão supervisora das Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC);
- presidir o Colegiado de Curso;
- articular-se com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para identificar, acompanhar e viabilizar, em conjunto com o corpo docente e demais setores institucionais, as condições pedagógicas, metodológicas e estruturais necessárias à inclusão de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou com outras necessidades educacionais específicas, promovendo ações formativas, adaptações curriculares e estratégias de acessibilidade que favoreçam a permanência e o êxito desses estudantes no curso.

A Coordenação também deve dar publicidade ao planejamento e as atividades de gestão do curso. Como trata-se de um curso em implantação, o(a) primeiro(a) Coordenador(a) do curso será indicado(a) pela Direção Geral em consenso com o Departamento de Ensino. A coordenação atuará durante os dois primeiros anos de curso, até a realização de eleições, conforme Resolução n.º 46/2021 (CONSUP/IFSertãoPE). Além disso, conforme recomendações do CEAU/Sesu/MEC, o(a) coordenador(a) do curso deve atender aos seguintes requisitos:

- possuir experiência de ensino no magistério superior;
- ter titulação mínima de mestrado na área de Educação ou áreas correlatas;

- demonstrar produção acadêmica relevante, com publicações em revistas científicas, participação em congressos e projetos de pesquisa;
- atender à resolução das atividades docentes em vigor do IFSertãoPE.

4.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Pedagogia constitui-se como um coletivo de professores(as) com a responsabilidade de acompanhar, refletir criticamente e atuar de maneira propositiva no processo de concepção, consolidação e atualização contínua do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com as políticas institucionais do IFSertãoPE e com as normativas nacionais que regulam a formação docente. Mais do que cumprir uma função administrativa, o NDE desempenha papel estratégico na condução do curso, na medida em que tensiona, analisa e propõe caminhos para que a formação ofertada esteja em sintonia com os princípios da Educação Básica, com os avanços das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e com as demandas emergentes do mundo do trabalho.

De acordo com a Resolução n.º 01, de 17 de junho de 2010, são atribuições do NDE, entre outras:

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do(a) egresso(a) do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, das exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Tais atribuições, entretanto, devem ser compreendidas em uma perspectiva ampliada. Isso significa reconhecer que o NDE não apenas garante o cumprimento das normas, mas também atua na problematização dos processos de ensino e aprendizagem. Um aspecto central de sua atuação consiste em analisar criticamente os impactos do sistema de avaliação na formação discente, investigando em que medida tais mecanismos favorecem o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de intervenção transformadora dos(as) licenciandos(as). Ao fazê-lo, o núcleo contribui para ressignificar a avaliação não apenas como instrumento de mensuração, mas como prática formativa, capaz de orientar o(a) estudante em sua trajetória e consolidar a identidade profissional do(a) futuro(a) pedagogo(a).

Do mesmo modo, cabe ao NDE assegurar que o perfil profissional do(a) egresso(a) esteja continuamente adequado às mudanças sociais, culturais, tecnológicas e econômicas que reconfiguram o mundo do trabalho. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica quanto os desafios que emergem das transformações contemporâneas, como a inserção das tecnologias digitais nos processos educativos, a valorização da diversidade e da inclusão, a ampliação das práticas interdisciplinares e a necessidade de um(uma) profissional comprometido(a) com a promoção da equidade e com a inovação pedagógica.

Assim, a atuação do NDE articula uma dimensão normativa e uma dimensão formativa: de um lado, garante que o curso esteja em conformidade com as orientações legais e institucionais; de outro, estimula uma reflexão constante sobre a pertinência social e acadêmica da formação, de modo a assegurar que os(as) egressos(as) possam exercer com qualidade, criticidade e responsabilidade o papel de educadores(as) da Educação Básica.

O NDE do curso será instituído por portaria emitida pela Direção Geral do campus. O Colegiado do curso deve definir suas atribuições específicas e os critérios de constituição, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos: ser composto por, no mínimo, cinco professores(as) pertencentes ao corpo docente do curso; garantir que pelo menos 60% de seus membros possuam titulação de mestrado ou doutorado; assegurar que todos(as) os(as) integrantes estejam em regime de tempo integral; e estabelecer estratégias de renovação parcial dos membros, a fim de assegurar continuidade e permanência no acompanhamento do curso.

4.3 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é um órgão primário, normativo, consultivo, deliberativo e executivo com composição, competências e funcionamento definidos conforme Resolução n.º 46/2021 do Conselho Superior do IFSertãoPE. Sua principal atribuição é orientar e coordenar as atividades didático-pedagógicas e administrativas e propor as medidas necessárias para as devidas melhorias do curso. Deve atuar de forma integrada com outros departamentos e coordenações relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e inovação do campus.

O Colegiado do Curso da Licenciatura em Pedagogia será instituído por portaria, emitida pela Direção-Geral do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista. Será constituído pelo(a) coordenador(a) do curso, que será presidente do colegiado, e seu suplente, o(a) vice coordenador(a); por pelo menos 03(três) professores(as) titulares e seus respectivos suplentes, que ministrem, pelo menos, uma disciplina nos primeiros 2 (dois) primeiros anos de curso, eleitos por seus pares; e por 01 (um/a) aluno(a), e seu(sua) suplente, regularmente matriculados(as) no curso, eleitos por seus pares.

Como trata-se de um curso em implantação, a composição inicial do Colegiado de Curso deve ser definida em reunião do Departamento de Ensino e da Coordenação com os(as) professores(as) que atuam nos dois primeiros anos do curso. Após dois anos de curso, prevalecerá a normativa de eleição do Colegiado, estabelecida pela Resolução n.º 46/2021 (CONSUP/ IFSertãoPE).

As reuniões do colegiado do curso acontecem ordinariamente, por convocação de iniciativa do(a) seu(sua) presidente(a) ou atendendo ao pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros, uma vez a cada 15 dias, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) seu(sua) presidente(a) ou pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se o assunto que deverá ser tratado. O quórum do colegiado deve ser composto por maioria absoluta, a partir do número inteiro imediatamente superior à metade do total de seus membros. Todo membro da coordenação de curso tem direito à voz e ao voto, cabendo ao(a) coordenador(a) o voto de qualidade.

O registro das reuniões deve ser feito por meio de ata, onde constaram, além das informações básicas como data, horário e local, a pauta da reunião, registro e assinatura dos presentes e as definições das discussões. O encaminhamento do que foi resolvido nas discussões é feito pelo(a) presidente(a) com a colaboração dos membros do colegiado do curso. As atas, após sua aprovação, serão publicadas e arquivadas no colegiado do curso, com livre acesso aos membros.

Maiores detalhes sobre as atribuições do(a) presidente(a) do colegiado, as competências dos membros do colegiado e a eleição do(a) coordenador(a) e vice coordenador(a) devem ser consultados na Resolução n.º 46/2021 do IFSertãoPE. Ainda de acordo com a Resolução, são competências do colegiado do curso:

-  analisar e aprovar os planos de ensino das unidades curriculares do curso, propondo alterações quando necessárias com a participação da Coordenação Pedagógica;
-  acompanhar o processo de avaliação do curso, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e auxiliar na divulgação dos resultados;
-  promover a autoavaliação do curso sistematicamente;
-  apreciar convênios, no âmbito acadêmico, referente ao curso, encaminhando-os ao parecer da Diretoria de Ensino do Campus;
-  emitir parecer, sempre que houver necessidade, sobre questões apresentadas por docentes e discentes;
-  propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares necessárias ao bom funcionamento do curso, registrando-as em formulários próprios;
-  avaliar, propor normas e promover a integração dos componentes curriculares do curso

- visando garantir-lhe a qualidade didático-pedagógica e interdisciplinaridade;
- exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
 - julgar, em grau de recurso, as decisões do(a) coordenador(a) do curso de graduação;
 - discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados à análise do Projeto Pedagógico do Curso e as alterações necessárias a serem encaminhadas para apreciação e posterior aprovação pelo NDE;
 - elaborar um planejamento estratégico de distribuição às necessidades de docentes para o curso, manifestando-se sobre as formas de seleção e admissão, em consenso com a demanda da maioria dos(as) professores(as) específicos(as) da área do curso;
 - receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares relativas ao corpo docente ou aluno(a) do curso;
 - acompanhar as atividades docentes e as propostas de atividades acadêmicas realizadas pelos(as) integrantes do curso nas áreas de pesquisa, extensão e atividades complementares com anuência das coordenações específicas (ensino, pesquisa, extensão e inovação);
 - examinar e emitir parecer, com base na integralização curricular, sobre processos de transferência interna e externa de alunos(as) a serem admitidos ou desligados do curso, conforme dispositivos legais em vigor;
 - deliberar sobre aproveitamento de estudos, convalidação de disciplinas, conjunto de disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber, excedência de créditos, pré-requisito e cor-requisito em caso de encaminhamento da coordenação de curso;
 - emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de cursos de graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de Ensino Superior, com base na legislação vigente e encaminhar para a Pró-Reitoria de Ensino ou órgão competente específico do IFSertãoPE;
 - definir as atribuições e os critérios de constituição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), acordo com legislação em vigor;
 - aprovar o plano de trabalho anual do Colegiado;
 - propor a reformulação do Regimento do Colegiado, submetendo-o à aprovação no Conselho de Campus (Concampus)/Santa Maria da Boa Vista, Colegiado de Dirigentes (CODI) e posteriormente ao Conselho Superior do IFSertãoPE (CONSUP);
 - opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos

- omissos que se situem na esfera de sua competência;
-  cumprir as determinações dos órgãos deliberativos superiores;
-  definir áreas prioritárias para seleções e concursos públicos, respeitando as normas do Concurso Público do IFSertãoPE.

4.4 Corpo Docente

O corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista constitui-se como elemento fundamental para a consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, sendo responsável não apenas pelo ensino dos conteúdos, mas pela mediação de saberes e experiências que sustentam processos formativos integrados entre teoria, prática e compromisso social. Sua atuação vai além das atividades em sala de aula, configurando-se como um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento integral dos(as) licenciandos(as), em consonância com o perfil do(a) egresso(a) estabelecido no PPC e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

No exercício de suas funções, o corpo docente analisa criticamente os conteúdos dos componentes curriculares, atentando para sua relevância na formação profissional e acadêmica dos(as) estudantes, de modo a assegurar que os saberes abordados dialoguem com os desafios contemporâneos da Educação Básica. Esse processo implica, também, a articulação entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao(a) futuro(a) pedagogo(a) compreender a complexidade do fazer educativo e suas múltiplas dimensões.

Os(As) professores(as) estimulam o raciocínio crítico e reflexivo dos(as) discentes, recorrendo a literatura atualizada e diversificada, que vai além da bibliografia mínima indicada nas ementas. Com isso, ampliam-se as possibilidades de leitura, interpretação e análise, favorecendo a construção de uma base sólida para o desenvolvimento intelectual e para a atuação ética e comprometida na educação. Além disso, os(as) docentes promovem o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos de aprendizagem de cada disciplina e às competências previstas para o perfil do(a) egresso(a), favorecendo a atualização constante e a inserção do(a) discente em debates acadêmicos contemporâneos.

Outro aspecto relevante da atuação docente é o incentivo à produção de conhecimento, tanto individual quanto coletiva, mediante a criação e fortalecimento de grupos de estudo e de pesquisa, bem como pelo estímulo à participação em eventos acadêmicos e à publicação de trabalhos. Dessa forma, o corpo docente contribui para que os(as) estudantes assumam um papel ativo na construção do saber, consolidando uma prática formativa pautada na investigação, na criatividade e na autonomia intelectual.

A dedicação do corpo docente também se revela no atendimento integral às demandas do curso e dos(as) discentes. Isso envolve atividades como orientação acadêmica, acompanhamento individual e coletivo, atendimento extraclasse, participação efetiva no Colegiado e em demais instâncias institucionais, planejamento didático, elaboração e correção de avaliações, além da constante atualização metodológica e tecnológica para o aprimoramento das práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, inspirada no pensamento de Paulo Freire, o corpo docente não se limita a transmitir ou ensinar conteúdos prontos, mas atua como mediador(a) de diálogos críticos, promovendo a construção coletiva do conhecimento e a valorização dos saberes prévios que cada estudante traz consigo. Como afirma Freire (2019, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Nesse horizonte, a relação pedagógica se estabelece em bases horizontais, dialógicas e problematizadoras, nas quais docentes e discentes se reconhecem como sujeitos históricos em permanente processo de formação.

O ensino, portanto, é entendido como prática de liberdade, que articula reflexão e ação (práxis), permitindo ao(à) licenciando(a) compreender e transformar a realidade em que está inserido(a). Para Freire (2021, p. 32), “não há saber mais, nem saber menos: há saberes diferentes”, o que reforça a importância da escuta sensível e do respeito aos conhecimentos que cada estudante traz de sua experiência de vida.

Assim, o corpo docente do curso desempenha um papel articulador e transformador, comprometido não apenas com a excelência acadêmica, mas também com a formação de profissionais críticos, éticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Ao conjugar compromisso científico, rigor teórico e sensibilidade humana, a atuação docente reafirma que educar é um ato político, cultural e social, que exige diálogo, responsabilidade e esperança. Como ressalta Freire (2011, p. 91), “a esperança é um imperativo existencial”, e a ação docente, nesse contexto, se afirma como uma prática de esperança transformadora.

Destarte, o corpo docente da Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista é composto por professores(as) de diversas áreas de formação, atendendo às necessidades específicas do curso.

Quadro 17: Docentes da Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE/Campus Santa Maria da Boa Vista

Docente	Titulação e Formação	Regime
Ana Paula Cândido de Sousa	Mestra em Educação Profissional e Tecnológica; Especialista em Libras; Licenciada em Letras/Libras	DE
André Luiz Proença	Doutor em Geografia; Mestrado em Arqueologia; Licenciado em Geografia	20h

Docente	Titulação e Formação	Regime
André Ricardo Lucas Vieira	Doutor em Educação; Mestre em Educação de Jovens e Adultos; Especialista em Gestão Escolar; Especialista em Orientação e Supervisão Escolar; Especialista em Ensino de Matemática; Licenciado em Pedagogia; Licenciado em Matemática	DE
Cristiane Moraes Marinho	Doutora em Extensão Rural; Mestra em Extensão Rural; Especialista em Educação Inclusiva; Especialista em Informática Educativa; Licenciada em Pedagogia	DE
Fábio André Porto Alves	Mestre em Educação; Especialista em Docência do Ensino Superior; Licenciado em Pedagogia; Licenciado em História	DE
Francisco de Assis Lima Gama	Doutor em Ensino das Ciências; Mestre em Educação; Especialista em Programa de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio; Bacharel em Ciências da Computação	DE
Josivan Antonio do Nascimento	Doutor em Letras; Mestre em Letras; Especialista em Literatura, Estudos Culturais e outras Linguagens; Graduado em Segunda Licenciatura em Letras/Português; Licenciado em Letras/Inglês	DE
Kátia Rose Silva Mariano	Doutora em Botânica; Mestra em Botânica; Licenciada em Ciências Biológicas	DE
Maria Clara de Sousa Tavares	Doutora em Educação; Mestra em Música; Especialista em Educação Social; Especialista em Pedagogia Salesiana; Licenciada em Música	DE
Netanias Mateus de Souza Castro	Doutor em Letras; Mestre em Letras; Licenciado em Letras	DE
Pedro Augusto de Castro Buarque Silva	Doutor em Educação; Mestre em Filosofia; Licenciado em Filosofia	DE

4.5 Corpo Técnico de Apoio ao Ensino

O corpo técnico de apoio ao ensino do IF Sertão PE Campus Santa Maria da Boa Vista tem o papel de auxiliar na articulação e no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas ligadas ao curso, para garantia da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e inovação. O campus conta com uma equipe técnico administrativa de apoio ao ensino, a saber:

Quadro 18: Corpo técnico de apoio ao ensino do IF Sertão PE/Campus Santa Maria da Boa Vista

Nome	Cargo	Formação e Titulação	Regime
Adriel Siqueira Bento	Técnico de Laboratório	Bacharel em Ciências da Computação	40h
Anderson Moreira Silva	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialista em Docência em Sistemas de Informações; Bacharel em Ciências da Computação	40h

Nome	Cargo	Formação e Titulação	Regime
Antonio Junior Moraes Ribeiro	Auxiliar em Assuntos Educacionais	Especialista em Educação Especial Inclusiva; Especialista em Docência do Ensino Superior; Licenciado em Filosofia	40h
Cristiane Duarte dos Santos	Técnica em Agropecuária	Doutora em Ciências Agrárias; Mestra em Produção Vegetal; Bacharela em Engenharia Agrônômica	40h
Denis Fabricio de Fonseca Leal	Assistente em Administração	Mestre em Educação Profissional e Tecnológica; Especialista em Gestão Escolar; Tecnólogo em Gestão Pública	40h
Domingos Diletieri Carvalho	Administrador	Mestre em Administração; Especialista em Logística Empresarial	40h
Erika Vanessa Soares Freire	Psicóloga	Mestra em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares; Especialista em Residência Multiprofissional em Saúde da Família; Bacharela em Psicologia	40h
Fhellipe Diego Santos Feitosa	Assistente em Administração	Especialista em Direito e Decisão Jurídica; Licenciado em História; Bacharel em Direito	40h
Geilane Mirelle de Carvalho Costa	Técnica em Enfermagem	Técnica em Hemoterapia; Técnico em Enfermagem	40h
Grazielli Brito Cardoso da Silva	Assistente de Aluno	Bacharela em Comunicação Social	40h
Igor Jose Silva Alves	Assistente em Administração	Especialista em Novas Tecnologias Educacionais; Tecnólogo em Logística	40h
Ismar Kleiton Gomes Bezerra	Assistente de Aluno	Especialista em Novas Tecnologias Educacionais; Tecnólogo em Gestão Pública	40h
Jandui Sales de Souza	Administrador	Especialista em Gestão Pública Municipal; Bacharel em Administração	40h
José Nicolas da Silva Correia	Técnico em Audiovisual	Especialista em Ensino de Matemática; Licenciado em Matemática	40h
Jose Reginaldo Maia	Técnico em Agropecuária	Especialista em Meio Ambiente; Especialista em Direito Ambiental; Tecnólogo em Gestão Ambiental	40h
Juciedna Augusto Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialista em História do Brasil; Licenciada em História	40h

Nome	Cargo	Formação e Titulação	Regime
Laudir de Castro Ferreira Neto	Técnico de Laboratório	Mestre em Ciências dos Materiais; Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho; Licenciado em Física; Bacharel em Engenharia Mecânica	40h
Maciel de Souza Medrado	Assistente em Administração	Especialista em Gestão Pública; Bacharel em Administração	40h
Marcus Vinicius Vieira do Nascimento	Programador Visual	Especialista em Comunicação e Mídias Digitais; Bacharel em Design Gráfico	40h
Marhla Laiane de Brito Assunção	Enfermeira	Mestra em Ciências da Saúde e Biológicas; Especialista em Auditoria dos Serviços de Saúde; Bacharela em Enfermagem	40h
Maricelia Carvalho Moreira Leite	Assistente Social	Mestra em Educação Agrícola; Especialista em Responsabilidade Social Sustentável: Projetos; Bacharela em Serviço Social	40h
Marinaldo Matias da Silva Junior	Técnico de Laboratório	Mestre em Ciência dos Materiais; Licenciado em Química	40h
Mirrael Sousa Mesquita	Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais	Bacharel em Letras/Libras; Licenciado em Letras/Libras; Licenciado em Pedagogia	40h
Raquel de Macedo Ribeiro	Técnico de Laboratório	Técnica em Edificações	40h
Renata Maria Alves Coutinho	Zootecnista	Mestra em produção Animal; Bacharela em Zootecnia	40h
Roviane Oliveira Santana	Pedagoga	Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos; Especialista em Gestão Governamental; Especialista em Língua Portuguesa; Licenciada em Letras; Licenciada em Pedagogia	40h
Sergio Nere Santana	Auxiliar de Biblioteca	Licenciado em História	40h
Tales Souto Henriques Filho	Assistente de Aluno	Bacharel em Direito	40h
Thaline Milany da Silva Dias	Nutricionista	Mestra em Ciências e Saúde; Especialista em Residência Multiprofissional em Alta Complexidade; Bacharela em Nutrição	40h

Nome	Cargo	Formação e Titulação	Regime
Tiago de Castro Souza	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestre em Matemática; Especialista em Orientação Educacional; Licenciado em Matemática	40h
Tones Emanuel Soares	Assistente em Administração	Nível Médio	40h
Victor Pimenta Martins de Andrade	Engenheiro Agrônomo	Doutor em Fitotecnia; Mestre em Engenharia Agrícola; Bacharel em Engenharia Agrônômica	40h
Washington dos Santos Nunes	Assistente em Administração	Especialista em Gestão de Pessoas; Tecnólogo em Gestão Pública	40h
Wellington dos Santos Nunes	Assistente em Administração	Tecnólogo em Gestão Pública	40h

5. INFRAESTRUTURA

Conforme organograma e com base na Resolução n.º 16 de 31 de março de 2022 do CONSUP, o Campus está estruturado de tal forma que a Direção Geral (DG) supervisiona diversas coordenações e setores, incluindo a Coordenação de Gabinete, a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CPIP), e a Célula da Incubadora do Semiárido (ISA), que trabalha em conjunto com a Célula do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Também estão sob a DG a Coordenação de Extensão e Relações Organizacionais (CERO), a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP), e o Setor de Comunicação e Eventos (SCE).

O Departamento de Ensino (DepEn) é composto pela Coordenação de Ensino (CEn), o Setor de Biblioteca, o Setor dos Assistentes de Alunos, e o Setor de Assistência à Saúde. A Secretaria de Controle Acadêmico (SCA) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) fazem parte deste departamento, assim como a Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil (CPAE), o Núcleo Pedagógico (NuPe), as Coordenações de Cursos, e o Setor de Educação a Distância (SEaD).

No Departamento de Administração e Planejamento (DepAP), estão incluídas a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF), a Coordenação de Unidade Produtiva (CUP), a Coordenação de Manutenção, Limpeza e Transporte (CMLT), e a Coordenação de Administração, Planejamento e Contratos (CAPC). Este departamento também abrange o Setor de Tecnologia da Informação (STI).

O IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista conta com instalações e equipamentos de uso comum dos cursos regulares vigentes, que dão suporte ao desenvolvimento das atividades de ensino,

pesquisa, extensão e inovação, e que também contemplarão o curso de Licenciatura em Pedagogia no envolvimento dos(as) alunos(as) em atividades multidisciplinares, nos diferentes espaços físicos.

5.1 Salas de Aula

A instituição conta com 12 salas de aula, todas com as mesmas características estruturais e de equipamento. Cada sala possui 63 m² e é equipada com mesa e cadeira para o(a) professor(a), 35 carteiras para os(as) estudantes, um computador de mesa, datashow e quadro branco, assegurando padronização e qualidade no ambiente de ensino. Esses espaços foram planejados para oferecer conforto, funcionalidade e condições adequadas ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, favorecendo tanto o trabalho docente quanto a aprendizagem dos(as) estudantes.

Os ambientes são organizados de maneira a garantir conforto, acessibilidade e funcionalidade, possibilitando que professores(as) e estudantes usufruam de um espaço que favorece a aprendizagem significativa, a interação e o diálogo. As salas não se configuram apenas como locais físicos, mas como cenários formativos onde as práticas pedagógicas se materializam, ganhando vida a partir da relação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Dessa forma, a infraestrutura disponibilizada pela instituição, para as salas de aulas, não se restringe ao aspecto físico e instrumental, mas expressa o compromisso com a criação de condições que favoreçam práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e contextualizadas. Esses espaços, quando apropriados de forma crítica e colaborativa, tornam-se ambientes formativos privilegiados para a produção de conhecimento, o exercício da cidadania e a valorização da docência.

5.2 Laboratórios didáticos de uso geral

5.2.1 Laboratório de Informática

O Laboratório de Informática é um espaço essencial para a formação dos(as) licenciandos(as) em Pedagogia, oferecendo a oportunidade de explorar e utilizar softwares e programas tecnológicos voltados à Educação Básica. Com 30 computadores desktop modernos, todos conectados à internet de alta velocidade e equipados com softwares atualizados, o laboratório possibilita atividades diversificadas, que vão desde a elaboração de materiais pedagógicos digitais até a simulação de situações de ensino e aprendizagem interativas. Além disso, o espaço conta com projetor multimídia, SmartTV e tela de projeção, recursos que enriquecem apresentações, atividades práticas e demonstrações de conteúdo, tornando o processo de ensino mais dinâmico e visualmente atrativo. Complementa o ambiente um quadro branco, que favorece a interação, a troca de ideias e o

desenvolvimento de práticas colaborativas, fortalecendo competências digitais, criatividade e protagonismo dos(as) futuros(as) professores(as).

5.2.2 Laboratório de Biologia

O Laboratório de Biologia oferece aos(as) licenciandos(as) um espaço estruturado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao ensino das ciências biológicas na Educação Básica. Equipado com bancadas de trabalho, microscópios de alta precisão e outros instrumentos, como centrífugas, estufas, balanças analíticas e espectrofotômetros, o laboratório permite que os(as) estudantes realizem experimentos em áreas como fisiologia, microbiologia, ecologia e genética. Essas experiências práticas são fundamentais para que os(as) futuros(as) professores(as) compreendam conceitos teóricos e possam traduzi-los em atividades pedagógicas inovadoras e eficazes para seus(suas) alunos(as), estimulando a curiosidade científica e o aprendizado significativo.

5.2.3 Laboratório de Química

O Laboratório de Química é projetado para proporcionar aos(as) licenciandos(as) experiências práticas seguras e controladas, permitindo a aplicação de conceitos químicos no contexto da Educação Básica. Equipado com bancadas adequadas, balanças analíticas, condutivímetros, equipamentos de destilação e dispositivos para separação de misturas, o espaço possibilita o desenvolvimento de experimentos em química orgânica, inorgânica, analítica e físico-química. Capelas de exaustão, bancadas resistentes a produtos químicos e sistema de ventilação adequado garantem a segurança necessária. Esse ambiente permite que os(as) futuros(as) professores(as) construam práticas pedagógicas que aproximem os(as) estudantes da ciência de forma prática, contextualizada e acessível.

5.2.4 Laboratório de Física

O Laboratório de Física oferece aos(as) licenciandos(as) a possibilidade de experimentar e aplicar princípios físicos de maneira prática, preparando-os(as) para ensinar conceitos de forma envolvente e compreensível na Educação Básica. Com bancadas equipadas com multímetros, osciloscópios, geradores de função e fontes de alimentação, os(as) estudantes podem realizar experimentos que abrangem desde mecânica até eletricidade e magnetismo. Esses recursos permitem o desenvolvimento de habilidades experimentais, favorecendo a criação de aulas interativas e

experimentos adaptáveis, promovendo a compreensão dos fenômenos físicos e despertando o interesse dos(as) alunos(as) pela ciência.

5.2.5 Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática

O Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (LEPEM) do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Santa Maria da Boa Vista, assume um papel central na formação dos(as) licenciandos(as) em Pedagogia, aproximando-os(as) da realidade das escolas de Educação Básica e promovendo reflexões sobre os desafios contemporâneos do ensino de Matemática. No LEPEM, os(as) futuros(as) professores(as) são convidados(as) a pensar de forma sistemática o “chão da sala de aula”, desenvolver novas metodologias e elaborar materiais didáticos, considerando a sala de aula e a realidade educacional como objetos centrais de estudo. O laboratório também incentiva a construção de sequências didáticas, grupos de estudo e projetos de extensão e pesquisa voltados à prática docente. Equipado com computadores com acesso à internet, quadro branco, jogos e sólidos matemáticos, revistas e livros especializados, o LEPEM proporciona aos(as) licenciandos(as) experiências que articulam teoria e prática, fortalecendo competências pedagógicas, capacidade de planejamento e habilidades de inovação no ensino da Matemática.

5.2.6 Laboratório de Línguas e Artes

O Laboratório de Línguas e Artes do IF Sertão PE Campus Santa Maria da Boa Vista é um espaço amplo e bem equipado, com computadores, mobiliário adequado e recursos audiovisuais, projetado para fortalecer a formação dos(as) futuros(as) pedagogos(as). O ambiente possibilita a realização de atividades diversificadas, incluindo a produção de materiais pedagógicos multimodais, experiências em leitura e escrita, exploração de linguagens artísticas, elaboração de projetos integrados, contação de histórias e utilização de literaturas infantis e infantojuvenis, aproximando os(as) licenciandos(as) da realidade da Educação Básica. O laboratório também favorece a realização de oficinas, simulações de aulas e práticas de mediação pedagógica, oferecendo aos(as) estudantes a oportunidade de vivenciar situações semelhantes às que encontrarão em contextos reais de ensino.

A importância do Laboratório de Línguas e Artes para a Licenciatura em Pedagogia vai além do desenvolvimento técnico e cognitivo. Ele promove a criatividade, a expressão cultural e a reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem, fortalecendo competências essenciais para a atuação do(a) pedagogo(a) em diferentes contextos escolares. Ao integrar tecnologia, arte e linguagem em atividades práticas, o laboratório contribui para a formação de profissionais capazes de planejar,

organizar e conduzir práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e significativas, alinhadas às necessidades da Educação Básica.

Assim, o Laboratório de Línguas e Artes configura-se como um espaço privilegiado de ensino, pesquisa, extensão e inovação, estimulando a interdisciplinaridade e a construção de saberes que aproximam teoria e prática, preparando os(as) licenciandos(as) do Campus Santa Maria da Boa Vista para atuarem de forma crítica, criativa e competente no exercício da docência.

5.3 Sala coletiva de professores

O campus conta com uma sala de professores com área de 63 metros quadrados, cuidadosamente planejada para garantir um ambiente funcional, acolhedor e confortável. O espaço está equipado com mesas de trabalho individuais, três computadores de mesa conectados à rede institucional, uma impressora de uso coletivo, bebedouro de fácil acesso e armários individuais que asseguram o armazenamento adequado e seguro dos pertences pessoais.

Mais do que atender a demandas práticas, a sala dos(as) professores(as) constitui-se em um espaço de convivência, socialização e construção coletiva. Ela se apresenta como um local destinado não apenas à preparação de aulas, elaboração de materiais e desenvolvimento de projetos acadêmicos, mas também como um ambiente que favorece o diálogo, a troca de experiências pedagógicas e a reflexão sobre as práticas docentes.

Nesse sentido, compreende-se a sala dos(as) professores(as) como um espaço pedagógico em si, na medida em que potencializa processos de cooperação, estimula o trabalho interdisciplinar e fortalece a identidade docente. Ao proporcionar condições materiais e simbólicas para o exercício do magistério, esse ambiente contribui para a valorização do(a) professor(a) e para a qualificação da prática educativa. Assim, a infraestrutura oferecida reflete o compromisso institucional com a criação de condições favoráveis não apenas ao trabalho individual, mas também ao fortalecimento da coletividade e da cultura acadêmica no campus.

5.4 Biblioteca física e/ou virtual

A Biblioteca do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista desempenha um papel fundamental na formação acadêmica dos(as) licenciandos(as) em Pedagogia, oferecendo um ambiente propício ao desenvolvimento do conhecimento e à reflexão crítica sobre práticas pedagógicas. Com uma área total de 182,69m², o espaço é dividido entre acervo, sala de processamento técnico e recepção, contando com equipamentos e acesso à internet para facilitar a pesquisa e o aprendizado.

O acervo bibliográfico da biblioteca é composto por livros técnicos, didáticos e de literatura, alinhados às bibliografias dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Além disso, a biblioteca está totalmente informatizada, utilizando o Sistema Pergamum para gerenciamento do acervo, permitindo aos(as) usuários(as) realizarem consultas, renovações e reservas online. Os (As) estudantes também têm acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, ampliando as possibilidades de pesquisa e aprofundamento em diversas áreas do conhecimento.

Para complementar o acervo físico, a biblioteca disponibiliza materiais digitais por meio do Repositório Institucional Leituras Abertas (Relei@), onde estão armazenados Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), artigos e outros documentos produzidos pela comunidade acadêmica da instituição. Essa iniciativa promove o acesso aberto ao conhecimento e estimula a produção científica dos(as) estudantes.

A plataforma CAFe (Comunicação Acadêmica Federada) também está disponível para os(as) estudantes, oferecendo acesso remoto a conteúdos acadêmicos e facilitando a comunicação entre docentes e discentes.

No que tange à Licenciatura em Pedagogia, a biblioteca tem se empenhado em atender às necessidades específicas do curso, realizando buscas periódicas para identificar e adquirir títulos que compõem as bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares. Além disso, há uma política ativa de atualização e ampliação do acervo, com aquisições periódicas de novos títulos e periódicos, alinhados às necessidades curriculares do curso.

Para enriquecer ainda mais o processo de ensino e aprendizagem, é essencial a produção de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da área de Pedagogia. Nesse sentido, a colaboração com a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) e a equipe do curso é fundamental para o desenvolvimento de conteúdos que possam ser disponibilizados na biblioteca, seja em formato físico ou digital. Esses materiais podem incluir sequências didáticas, planos de aula, jogos pedagógicos, entre outros, contribuindo para a formação prática e teórica dos(as) licenciandos(as).

A biblioteca do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, portanto, não se limita a ser um espaço de armazenamento de livros, mas se configura como um centro de apoio à formação acadêmica, promovendo o acesso ao conhecimento, incentivando a produção científica e oferecendo recursos que enriquecem o processo de ensino e aprendizagem dos(as) futuros(as) pedagogos(as).

5.5 Outros espaços físicos

-  **Sala das Coordenações:** esta sala com 140 metros quadrados aproximadamente é subdividida em salas menores. Destina-se às diversas coordenações que compõem a

estrutura organizacional do Campus dotada de mesas para trabalho individual, armários individuais, mesa para reuniões, impressora, computadores e bebedouros;

-  **Departamento de Administração e Planejamento:** esta sala, com aproximadamente 70 metros quadrados, destina-se às diversas coordenações que compõem a estrutura organizacional do Campus dotada de mesas para trabalho individual, armários individuais, mesa para reuniões, impressora, computadores e bebedouro;
-  **Secretaria de Controle Acadêmico:** com aproximadamente 42 metros quadrados, a finalidade principal é a gestão e o controle das atividades acadêmicas da instituição. Ela é responsável pelo acompanhamento e manutenção dos registros acadêmicos dos estudantes, incluindo matrículas, histórico escolar, e emissão de documentos acadêmicos;
-  **Coordenação de Gestão de Pessoas:** é responsável pela administração e desenvolvimento dos recursos humanos da instituição, sala de aproximadamente 30 metros quadrados;
-  **Bloco de apoio pedagógico e administrativo:** composto pelos seguintes setores, Coordenação de Ensino, Setor dos Assistentes de Alunos, Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil (CPAE), Núcleo Pedagógico (NuPe), este bloco subsidia diversas atividades institucionais que favorecem o processo de ensino e aprendizagem. Possui espaço de aproximadamente 140 metros quadrados, com copa e banheiros;
-  **Auditório:** o espaço destinado a apresentação de eventos culturais, trabalhos científicos e reuniões institucionais de outras atividades, possui capacidade de lotação de 175 pessoas;
-  **Setor psicossocial:** encarregado de oferecer apoio psicológico e social aos membros da comunidade acadêmica, composto por Assistente Social e Psicóloga;
-  **Setor de assistência à saúde:** responsável por gerenciar e fornecer serviços de saúde para a comunidade acadêmica e composto por enfermeira, técnica de enfermagem e nutricionista;
-  **Unidade Alimentação:** composta por refeitório e cozinha com a finalidade de oferecer refeições de qualidade para a comunidade acadêmica, com área de aproximadamente 400 metros quadrados, com mobiliário específico para refeições e preparo dos alimentos.

5.6 Atendimento Educacional Especializado

No IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é compreendido como um eixo essencial da política de inclusão, garantindo o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial. Em consonância com a Resolução n.º 10, de 04 de março de 2022, do Conselho Superior do IFSertãoPE, as atividades do AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, por ocorrerem no contraturno e não substituírem a escolarização.

Embora o campus não disponha atualmente de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), os atendimentos são realizados em sala especialmente destinada para esse fim, no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), ou ainda por meio de práticas de ensino colaborativo, no próprio contexto da sala de aula regular. Essa realidade, longe de se configurar como limitação, tem provocado reflexões e a construção de estratégias que ampliam a noção de acessibilidade pedagógica, reforçando o compromisso da instituição com a efetivação de uma educação inclusiva e democrática.

Nesse contexto, a Licenciatura em Pedagogia encontra um campo fértil para a formação crítica e humanizada de seus(suas) licenciandos(as), que podem acompanhar e analisar como se organizam as ações de inclusão em diferentes espaços e situações. O contato com o AEE, realizado de forma criativa e articulada, possibilita compreender o papel do(a) pedagogo(a) na mediação de práticas que promovem equidade, desenvolvem a autonomia dos(as) estudantes e valorizam a diversidade.

Assim, mesmo sem a presença de uma SRM, o Campus Santa Maria da Boa Vista reafirma, por meio do AEE e do trabalho do NAPNE, seu compromisso em criar condições reais de participação para todos(as), fortalecendo a formação docente comprometida com a sociedade e com os princípios da educação inclusiva.

5.7 Acessibilidade

O IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista reafirma seu compromisso com a inclusão educacional e com o direito de todos(as) os(as) estudantes à educação, respeitando integralmente a legislação vigente sobre acessibilidade, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e o Decreto n.º 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Nesse sentido, todos os cursos ofertados pelo campus, incluindo a Licenciatura em Pedagogia, contemplam estratégias que asseguram o acesso e a permanência de estudantes com deficiência ou

necessidades educacionais específicas, promovendo condições para que possam participar ativamente das atividades acadêmicas em igualdade de oportunidades com os demais colegas.

O acesso é garantido não apenas por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e comunicacionais, mas também por meio de mecanismos pedagógicos que asseguram a acessibilidade metodológica e instrumental. Isso inclui a adaptação de materiais didáticos em formatos acessíveis, o uso de tecnologias assistivas, a flexibilização curricular quando necessária, a oferta de apoio por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), bem como a promoção de práticas colaborativas em sala de aula.

Conforme destaca Mantoan (2006, p. 25), “a escola inclusiva é aquela que não seleciona, não discrimina, mas cria condições para que todos aprendam, cada qual a seu modo e dentro de suas possibilidades”. Essa perspectiva amplia a compreensão da acessibilidade para além de aspectos físicos e técnicos, ressaltando o compromisso ético e pedagógico com a valorização da diversidade e a construção de uma educação verdadeiramente democrática.

Assim, a Licenciatura em Pedagogia do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista prepara futuros(as) pedagogos(as) para compreenderem a acessibilidade como um princípio transversal à prática docente, articulando teoria e prática na construção de metodologias inclusivas que garantam a participação de todos(as). A formação oferecida no curso busca, portanto, superar visões meramente assistencialistas e promover uma atuação pedagógica crítica, reflexiva e comprometida com os direitos humanos, fortalecendo o reconhecimento da diferença como elemento constitutivo do processo educativo.

5.8 Comitê de Ética em Pesquisa

O IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista reconhece a relevância do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) como instância fundamental para assegurar a integridade, a dignidade e os direitos dos(as) participantes de pesquisas que envolvem seres humanos. De acordo com a Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), toda pesquisa que envolva seres humanos deve ser submetida à apreciação ética, cabendo ao CEP avaliar se os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência estão devidamente assegurados.

No âmbito da Licenciatura em Pedagogia, a relação com o CEP é de extrema importância, uma vez que muitas das pesquisas e ações extensionistas realizadas no curso envolvem diretamente estudantes, professores(as), gestores(as) escolares e comunidades locais. A submissão desses projetos ao Comitê não deve ser vista apenas como uma exigência normativa, mas como parte integrante do

processo formativo, que busca desenvolver no(a) licenciando(a) a consciência ética, a responsabilidade social e o respeito incondicional às pessoas com quem e para quem se pesquisa.

Além da Resolução n.º 466/2012, cabe destacar a Resolução n.º 510/2016 do CNS, que estabelece normas aplicáveis especificamente às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, reconhecendo suas peculiaridades metodológicas e a centralidade do respeito à dignidade humana, à privacidade e à confidencialidade das informações. Essas normativas orientam a prática investigativa dos(as) licenciandos(as) em Pedagogia, garantindo que a produção de conhecimento esteja alinhada aos princípios éticos da pesquisa científica.

Compreender e vivenciar a importância da submissão de projetos ao CEP fortalece a formação do(a) futuro(a) pedagogo(a), não apenas como docente, mas também como pesquisador(a), capaz de atuar de forma crítica, reflexiva e ética na Educação Básica e no Ensino Superior. Essa prática promove a internalização de valores fundamentais, como o respeito às diferenças, a equidade e a proteção dos sujeitos envolvidos, consolidando uma perspectiva de pesquisa que contribui para a transformação social sem renunciar à ética como princípio inegociável.

Assim, o compromisso com a ética em pesquisa ultrapassa o aspecto burocrático da submissão ao CEP e se constitui como parte da identidade do curso de Pedagogia no IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista. É nesse exercício formativo que os(as) licenciandos(as) aprendem a compreender a docência e a pesquisa como dimensões indissociáveis da prática pedagógica, ambas sustentadas pelo compromisso ético com a vida, com os direitos humanos e com a dignidade das pessoas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. K. **Educação, docência e práticas sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, institui as diretrizes nacionais para a educação ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

BRASIL. Parecer CNE/CES n.º 13.022, de 2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para o curso de licenciatura em Matemática**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 06 nov. 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. Decreto n.º 4.366, de 9 de setembro de 2002. **Dá nova redação ao art. 4º do Decreto n.º 3.505, de 13 de junho de 2000, que institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 10 set. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4366.htm.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

BRASIL. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. **Institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>.

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l11340.htm.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Disponível:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 1.074, de 21 de novembro de 2014. **Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de abertura de processos seletivos para provimento de vagas nos cursos superiores das instituições federais de Ensino Superior por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 225, p. 17, 21 nov. 2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30245759/do1-2014-11-21-portaria-n-1-074-de-21-de-novembro-de-2014-30245755.

BRASIL. Lei n.º 13.146, 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n.º 2, de 1 de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 124, p. 8–12, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>.

BRASIL. Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 2016.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 abr. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2017.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

BRASIL. Resolução CNE/CES n.º 7, 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**. Disponível: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: ensino médio**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf.

BRASIL. Decreto n.º 10.195, de 30 de dezembro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2019.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10195.htm.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)**. Disponível:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192.

CARVALHO, L. D. Natureza, território e desenvolvimento no semiárido. In: REIS, E. dos S.; CARVALHO, L. D.; NOBREGA, L. S. (Org.) **Educação para convivência com o semiárido**: reflexões por dentro da UNEB. Juazeiro, BA: RESAB, 2011.

CARVALHO, A. M. **Inclusão escolar**: fundamentos e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DUARTE, N. As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamadasociedade do conhecimento. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2001, n.18, pp.35-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782001000300004>.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOODSON, I. F. **Currículo**: teoria e história. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções populacionais 2025**: estimativas preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 01, de 1 de janeiro de 2010. **Aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2010. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-01-2010/>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 46, de 25 de setembro de 2015. **Dispõe sobre a Assistência Estudantil no IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2015. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-46-2015/>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Histórico Institucional**. Petrolina, mai. de 2017. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/index.php/institucional/704-historico>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 41, de 9 de dezembro de 2020. **Dispõe sobre a organização acadêmica do IFSertãoPE**. Petrolina: CONSUP, 2020. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-41-2020/>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 7 do Conselho Superior, de 04 de março de 2021. **Aprova o Regulamento de Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto**

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE. Disponível: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Consup/2021/3.Marco/Resolucao%20n%202007.2021.pdf>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 46, de 2021. **Normas que regulamentam as atribuições de Coordenadores e de Vice Coordenadores dos Cursos do IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2021. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-46-2021/>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 10 do Conselho Superior, de 04 de março de 2022. **Aprova o Regulamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.** Disponível: https://ifsertaope.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/resolucao_10_2022.pdf.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 16, de 31 de março de 2022. **Aprova a atualização do regimento interno do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2022. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-16-2022/>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 54, de 26 de outubro de 2022. **Aprova o Regulamento de Estágio para cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.** Petrolina: CONSUP, 2022. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-54-2022/>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 07/2021/CONSUP/IFSertãoPE, de 25 de junho de 2021. **Dispõe sobre a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal do Sertão Pernambucano.** Petrolina: IFSertãoPE, 2021. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-7-2021/>.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Resolução n.º 58/2021/CONSUP/IFSertãoPE, de 23 de dezembro de 2021. **Regulamenta a operacionalização da curricularização da extensão no âmbito do Instituto Federal do Sertão Pernambucano.** Petrolina: IFSertãoPE, 2021. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/documentos/resolucao-n-o-58-2021/>.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 5. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MOREIRA, D. dos S.; de ALMEIDA, A., N.; RIBEIRO, H. F. Representações sociais sobre a extensão rural no contexto da comunidade remanescente do quilombo Nova Jatobá, Curaçá-BA. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v 38, n.14. p.18–142, 2018.

PACHECO, J. A. **Currículo: Teoria e Práxis.** Porto: Porto Editora, 2005.

- PEREIRA, F. C. BARACUHY, J. G. de V. Contextualização do semiárido. In: ROCHA, A. P. T. et al. (Org.). **Manejo ecológico integrado de bacias hidrográficas no semiárido brasileiro**. Campina Grande, PB: EPGRAF, 2011.
- PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- PIMENTA, S. G. **Formação de professores: aspectos históricos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Cortez, 2012.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. I. da S. **Formação continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCHISTEK, H. CARVALHO, L. D. Formação Histórico-Geográfico do Semiárido Brasileiro. In: REIS, E. dos S. CARVALHO, L. D. NOBREGA, L. S. (Org.) **Educação para convivência com o semiárido: reflexões por dentro da UNEB**. Juazeiro, BA: RESAB, 2011.
- SILVA, R. M. A. da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática**. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável, política e gestão ambiental) Universidade de Brasília, 2006.
- SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

